





Associação dos Professores  
da Universidade  
Federal de Santa Catarina -  
SSIND/ANDES - SN  
Gestão 92/94

Presidente:  
Bernardete W. Aued

Vice-Presidente:  
Anamaria Beck

Secretário Geral:  
Gerônimo W. Machado

1º Secretário:  
Eloisa Raquel de Oliveira

Tesoureiro Geral:  
Gelson Luiz Albuquerque

1º Tesoureiro:  
Jonas S. Spricigo

Vice-Diretor de Produções  
Sociais:  
Graça Bollmann

Secretário de Imprensa e  
Divulgação:  
Osni Jacó da Silva

2º Secretário de Imprensa e  
Divulgação:  
José G. Medeiros

Diretor de Política Sindical:  
Paulo Sérgio Tumolo

Comissão Editorial:  
José Gonçalves Medeiros  
Elizabeth Juchem Machado Leal  
Virginia Maria de Figueiredo e  
Silva  
Ary Minella  
Antônio D'Acâmpora

Revisão:  
Comissão Editorial

Editor:  
José G. Medeiros

Prog. Visual e diagramação:  
Rosângela Bion de Assis (DRT/SC  
1019)

Capa:  
Ana Lúcia Gomes Medeiros

Editoração Eletrônica  
Fotolito e Impressão:  
Unica Artes Gráficas  
Fone/Fax (0482) 44-0146  
Assessoria de Editoração:  
Cesar A. Vitelli

Correspondência:  
Associação dos Professores da  
Universidade  
Federal de Santa Catarina -  
Campus Universitário  
FAX 0482 - 342844 - Fone:  
319425  
CEP: 88040-900  
Florianópolis - SC

O material publicado é de  
responsabilidade de seus autores.

# Apresentação

"Este é tempo de partido  
tempo de homens partidos..."  
Carlos Drummond de Andrade

*É um tanto quanto... complexo... imaginar o que os homens do futuro designarão como relevante sobre o presente momento histórico. Falta-nos "distanciamento" para se distinguir o limite do que é apresentado como conjuntural e estrutural. Os homens que assistiram a Revolução Francesa, a Revolução Soviética, ousaram reconhecer que sua própria época era notável. Até os dias atuais a História não conseguiu contradizê-los. Que dirão os homens acerca dos assassinatos de Carandirú... Candelária... Vidigal... Chico Mendes... Que dirão destas formas de genocídio consentido? Que dirão desta época "...de homens partidos deste tempo de partido..." como afirma Carlos Drummond de Andrade? Até quando viveremos um tempo de homens partidos?*

*A maior parte dos textos desta edição de Plural foi escrita recentemente, nos mais variados contextos teóricos. Entretanto, eles se ligam estreitamente através de uma base analítica comum, no que diz respeito aos problemas associados à compreensão da sociedade do trabalho. Nada pode causar maior polêmica entre pensadores do final do século XX que a questão do trabalho, seja de uma forma geral, seja especialmente entre eles que se inserem no movimento sindical. Em torno desta questão muitos argumentos foram discutidos e confrontados, instigando a controvérsia, enriquecendo-a como outros enfoques. Offe, 1989; Gorz, 1987; Barro, 1972; Touraine, 1989. Kurz, 1992; Lojkine, 1993, de forma direta ou indireta, são exemplos do amplo círculo de "lenhadores que insistem em acender a fogueira", criando graus de dificuldade sempre maior do que de resoluções (se é que se pode atribuir ao debate graus de dificuldade).*

*Alguém poderia indagar se a vitalidade desta disputa seria, em si mesma, reveladora de sua importância para des-*

*vendar as questões do nosso tempo ou se, pelo contrário, elas denotariam em enviezamento particular de alguns críticos pela irrelevância. Há ainda a constituição de modas, que não sabemos exatamente como e porque surgem e muito menos porque passam. Poderia a questão do mundo do trabalho ser despejada nesta vala comum de inutilidades? Enquanto uma categoria mais complexa de análise, o trabalho estará sendo abordado, assim como as relações de trabalho na Universidade serão vistas dentro de uma perspectiva crítica.*

*Plural contribui com análise de um dos mais importantes movimentos políticos ocorridos nos últimos tempos: O "impeachment" do ex-presidente, ao mesmo tempo em que aborda o papel da ética no processo político.*

*Se um autor decretou o "fim da história", nós a concebemos como a construção do cotidiano onde se criam "possibilidades de condições" de, pelo olhar, presentificar o passado. Nesse sentido, a ditadura militar que tantos estragos fez em nossa sociedade será, mais uma vez, abordada nesta edição.*

*Focaliza-se esta e outras questões, a edição de Plural nº 3 pretende fornecer subsídios que estimulem a reflexão e o debate. A revista traz ainda um depoimento do professor Eric Hobsbawm, gravado em sua recente vinda ao Brasil, para quem "...a concepção materialista da História continua sendo, pelo menos para o historiador, um princípio, um método de investigação e análise."*

**Singularmente Plural está de volta.**

Bernardete W. Aued  
Presidente da APUFSC-SSIND.  
Gestão 92/94



# Plural traz nesta edição:

## **As novas tecnologias, o trabalho e os desafios do sindicalismo: o trabalho e os seus prolongamentos cotidianos ..... p. 5**

José Maria Carvalho Ferreira, professor de economia da Universidade Técnica de Lisboa apresenta um texto atual, com uma introdução de conotação humanística, contrapondo o ser humano, enquanto trabalhador, versus realidade tecnológica em processo de mudança histórica. Neste contexto, situam-se as respostas do movimento sindicalista aos desafios das mudanças na infra-estrutura.

## **Flexibilização no direito do trabalho ..... p.12**

Josecleto Costa de Almeida Pereira aborda a questão do direito do trabalho dos economicamente fracos com ênfase nos aspectos da relação empregado-empresa, dentro do cenário da prolongada crise econômica.

## **Administração de recursos humanos: uma perspectiva crítica ..... p. 15**

Louise Lhullier apresenta argumentos para mostrar que a expressão "administração de recursos humanos" conduz a uma visão de mundo que permite pensar em administrar pessoas como se fossem um "recurso". Critica esta concepção, afirmando que ela induz a erros de planejamento e intervenção nas esferas social e organizacional.

## **Especial:**

## **Concessão do título Doutor, Honoris Causa a Fidel Castro ..... p. 18**

A concessão do título foi uma homenagem da comunidade universitária da UFSC ao trabalho do povo cubano nos setores da educação, saúde, ciência e tecnologia, simbolizando na pessoa de seu líder, e uma manifestação de repúdio ao bloqueio econômico imposto a Cuba, pelos Estados Unidos, há mais de três décadas.

## **PLURAL entrevista**

## **Eric Hobsbawn ..... p. 26**

PLURAL entrevistou ERIC HOBSBAWN em sua recente visita ao Brasil. Questões importantes foram lhe formuladas: o espaço para o socialismo no mundo contemporâneo, por onde começar o sonho socialista, o colapso da modernização, a crise do Estado-Nação, os conflitos contemporâneos e como o emprego é tratado nos programas dos partidos de esquerda.

## **La comuna de Brasil. Fragmentos sobre el recuerdo y el delirio del olvido - los 25 anos de Marzo del 68 ..... p. 30**

Luiz A. Warat tece uma análise comparativa do Movimento pela Ética na Política, durante o processo de impedimento de Collor de Mello, com as barricadas do desejo de maio de 68 na França. O estudo parte de paradigmas da ciência psicanalítica, enfatizando o papel dos "cara-pintadas" brasileiros como sujeito coletivo.

## **Ética e política:**

## **o caso Collor ..... p. 37**

Nilson Borges Filho aborda um ponto crucial para a Sociedade e para os que trabalham com a produção do conhecimento: a ética. Comenta ainda outro tema polêmico, a chamada "geração shopping", como âncora do movimento que retirou Collor da presidência.

## **Poesia:**

## **Memórias ..... p. 40**

Mário César Coelho em seu poema resgata com imagens e metáforas a transformação física da capital de Santa Catarina.

## **A política externa da**

## **ditadura militar ..... p. 41**

Waldir Rampinelli comenta a ação dos governos militares e sua relação com a política internacional, principalmente na América Latina. Compara o conteúdo do livro de memórias do ex-chanceler Gibson Barbosa com o que de fato aconteceu, mostrando como muitas das atividades de apoio às outras ditaduras ficaram ocultas. O artigo se constitui numa denúncia da política externa dos militares.

## **Alfred Weber ..... p. 45**

Alfred Weber, irmão de Max Weber, praticamente desconhecido no Brasil é um dos mais ilustres representantes da escola heidelbergiana de sociologia cultural. A partir das reflexões de Weber no pós-guerra, Richard Brau, que esteve na UFSC em maio de 1992 debateu as teses polêmicas do filósofo americano Francis Fukuyama sobre o "fim da história". Brau apresenta a trajetória e as idéias de Alfred Weber.

## **Os anos 90 vistos do Sul:**

## **desafios e tendências ..... p. 48**

Richard Dreyfuss tece uma análise interpretativa das transformações mundiais recentes. Apresenta uma contribuição para a discussão atual da realidade dos países da América Latina no contexto mundial.

## **Estética da utopia ..... p. 59**

Anibal Quijano mostra como utopia e estética não ingressam no mundo a todo o tempo, nem são produzidas somente nas visões de intelectuais e de artistas. Admite que a utopia é um projeto de reconstituição do sentido histórico de uma sociedade.



# Plural traz nesta edição:

As novas tecnologias, o trabalho e os desafios

do sindicalismo: o trabalho e os

seus protagonistas cotidianos

do trabalho

Flexibilização no dialeto

do trabalho

Administração de recursos humanos: uma

perspectiva crítica

Especial:

Concessão de

Honoris Causa

de

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

do

Ética e política:

o caso Collor

o caso Collor

Poesia:

Memórias

Memórias

A política externa da

diplomacia militar

diplomacia militar

**Plural / APUFSC/SSIND. -- Ano 1, n. 1**  
**(jul./dez. 1991) - . -- Florianópolis : APUFSC/SSIND, 1991-**  
**v. ; 30 cm.**

**Semestral.**

**ISSN 0103-9717.**

**I. Associação dos Professores da**  
**Universidade Federal de Santa Catarina.**



# Aos colaboradores da Revista Plural

## Normas de publicação

1. A Revista Plural está aberta para as mais variadas produções artístico-culturais: artigos pequenos, ensaios, comentários, depoimentos, polémicas, contos, poesias, resenhas, relatos de experiências, entrevistas, charges.
2. Os trabalhos enviados pelos colaboradores devem ser apresentados em um original e uma cópia, em língua portuguesa ou espanhola. Tratando-se de textos, devem ser datilografados em espaço duplo, com observância de margens e sem emendas.
3. Os trabalhos não deverão ultrapassar, salvo exceções justificadas, 25 laudas. Deverão ser acompanhados das seguintes informações sobre o autor: nome completo, instituição a que está ligado, titulação, cargo que ocupa, últimas publicações (se houver), endereço, telefone (do trabalho e residencial).
4. Os trabalhos enviados serão examinados pela Comissão Editorial ou por ela indicados. Sua aceitação ou não será comunicada ao autor por correspondência. Aceito o texto, o autor deverá apresentar a versão final em disquete em um dos

seguintes programas: Word 4.0, Word 5.0, Wordstar 5.1, ou Word 2.0 for Windows.

5. Todo trabalho escrito será submetido a uma revisão; caso o texto exija modificações substanciais, será devolvido ao autor, para que ele mesmo as faça.
6. O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente na cessão de direitos autorais à Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - Seção Sindical da Andes-SN, para uma edição. A revista Plural não se obriga a devolver os originais dos trabalhos recebidos.

### A Comissão Editorial

Os trabalhos, e os pedidos de assinatura de Plural, devem ser enviados para:

#### Plural

Associação dos Professores da Universidade  
Federal de Santa Catarina.  
Seção Sindical - APUFSC-SSInd  
Campus Universitário - Trindade  
CEP 88.049-193 - Florianópolis - SC  
Fone/Fax (0482) 34-2844 e 31-9425

## Desejo fazer assinatura da revista Plural por

( ) um ano ou 2 edições      ( ) dois anos ou 4 edições

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ apto. \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

Local e Data \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

Valor da assinatura; um ano (duas edições): 9,50 UFIR mensal; dois anos (4 edições): 19,01 UFIR mensal  
Sob pedido sócios da APUFSC-SSInd receberão a revista gratuitamente



# As Novas Tecnologias, o Trabalho e os Desafios do Sindicalismo

## O Trabalho e os seus prolongamentos quotidianos

José Maria Carvalho Ferreira  
Professor do Instituto Superior  
de Economia e Gestão da  
Universidade Técnica de  
Lisboa, Portugal

Desde que o trabalho emergiu como atividade crucial do ser humano, para este poder subsistir face aos constrangimentos da natureza, foi sempre pautado no sentido da apropriação de riqueza social. Após uma evolução em relações sociais diferenciadas, a modernidade da condição e função do trabalho enquadra-se nos parâmetros do trabalho assalariado. Essa realidade não é, no entanto, genérica a toda a espécie humana que habita o planeta Terra.

Nos parâmetros das relações sociais de produção capitalistas, desde que se tenha acesso à riqueza social através da propriedade, da herança e de outros mecanismos institucionais e mercantis, é possível subsistir sem enveredar pelo regime do trabalho assalariado. Para quem está inserido neste regime, está sujeito a uma estratificação social resultante da divisão social do trabalho e do leque salarial. O trabalho assalariado obedece, por essa via, a uma desigualdade na condição-função de cada trabalhador expressa em grupos sócio-profissionais hierarquizados e privilégios diferenciados em recompensas materiais e sociais.

Escamoteando, por agora, as razões históricas que estruturaram tal realidade, é indiscutível que a grande maioria da espécie humana, para poder sobreviver, tem que recorrer aos mecanismos de mercado e do trabalho assalariado. Todos aqueles que não se enquadram nessa lógica normativa arriscam-se a evoluir para a marginalidade e, na pior das circunstâncias, a soçobrar no asfalto do mundo de miséria e fome que corporiza certas realidades infra-humanas.

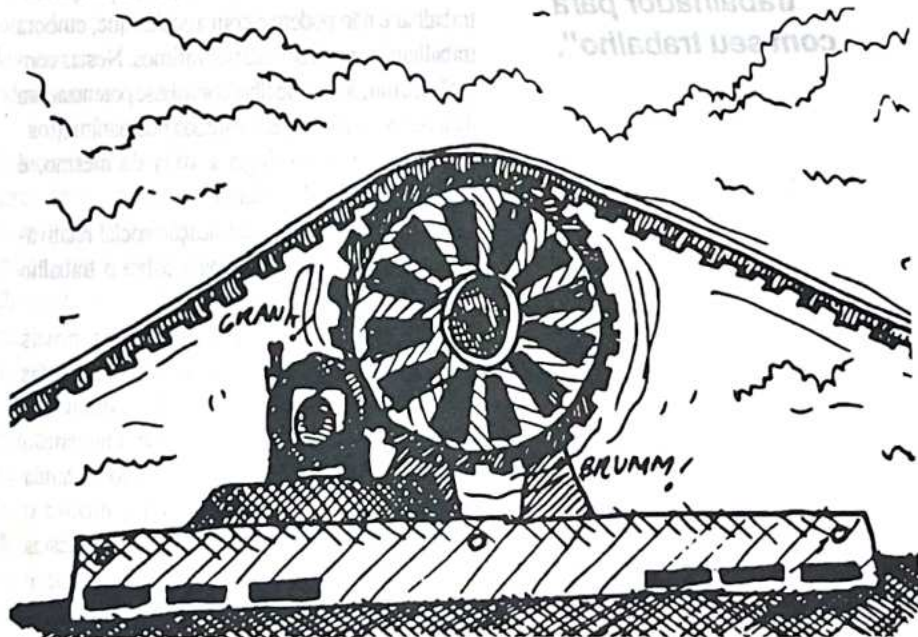
A tecnologia, enquanto expressão da razão e do progresso, tem sido quase sempre analisada como fator de desenvolvimento económico e social e inclusive como fator de emancipação do trabalho

assalariado. Dedução que decorre de uma função cada vez mais criativa do fator trabalho nos seus aspectos cognitivos e físicos e sobretudo da diminuição drástica do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção e reprodução de riqueza social.

Essa visão paradigmática da tecnologia, na ótica do progresso e da razão, de modo algum tem essa tradução real na vida quotidiana dos trabalhadores assalariados. Articulando esse dilema com o fenómeno das mudanças nas qualificações do fator trabalho e desemprego originado pelas novas tecnologias<sup>1</sup>, como primeiro sintoma, denota-se a desagregação progressiva da condição-função do trabalho assalariado da 2ª revolução industrial.

Por outro lado, o trabalho assalariado como modelo de criatividade física e intelectual está so-

1- FREEDMAN, David. L'emploi et le chômage dans les années quatre-vingts: dilemmes économiques et objectifs sociopolitiques". *Révue Internationale du Travail*, OIT, Genebra, v. 123, n. 5, 1984.





**“...o trabalho assalariado como modelo de criatividade física e intelectual está sofrendo um conjunto de reestruturações, que se traduzem na desagregação progressiva dos processos de identificação psicossocial do trabalhador para com seu trabalho”.**

frendo um conjunto de reestruturações que se traduzem na desagregação progressiva dos processos de identificação psicossocial do trabalhador para com o seu trabalho. Quando observamos um aumento gradual da qualificação do fator trabalho, não restam dúvidas que as novas tecnologias induzem a um desenvolvimento gigantesco da criatividade humana nos domínios da gestão, da programação e de outras funções e tarefas relacionadas com a produção de bens e serviços. É ainda verdade que muitas dessas atividades levaram a uma diminuição gigantesca do dispêndio de energias fisiológicas e intelectuais decorrentes de tarefas repetitivas e que exigiam uma força muscular importante nos processos de transformação e produção de bens e serviços.

Esses aspectos positivos das novas tecnologias não obstam a que se assista a uma distorção e atomização do fator trabalho nos capítulos da ergonomia e da sua inteligibilidade criativa. A observação da eliminação dos espaços autônomos da intervenção do fator trabalho, decorrentes da sua função clássica nos domínios do “saber-fazer”, despotenciou-o na margem de liberdade que mantinha com a máquina em termos de gestos, pausas, movimentos e inteligência. No mesmo sentido, certas funções transformaram os trabalhadores sem especialização em meros carregadores de botões de máquinas, o que cria uma ambiência de monotonia repetitiva geradora de disfunções ergonômicas. Todos esses aspectos conjugados, ainda com as expectativas negativas de emprego pelo meio social circundante, vão colidir negativamente com os valores, a ideologia e o estatuto clássico que subsistem à volta do mundo do trabalho.

A inexistência de um rendimento salarial estável e compatível com as necessidades e expectativas, geradas pela racionalidade do consumo, destrona os alicerces de uma sensibilidade positiva no ser humano. Estes casos acontecem com aqueles que querem trabalhar e não podem e com aqueles que, embora trabalhando, recebem salários ínfimos. Nestas condições, a função do trabalho, como base potenciadora de uma “vida digna”, enquadrada nos parâmetros dos valores e da ideologia à volta do mesmo, é destituída de sentido positivo.

O processo de desidentificação social relativamente aos valores e à ideologia sobre o trabalho reflete-se ainda noutros domínios.

A automatização progressiva das novas tecnologias, desqualificando certas funções e tarefas e tornando monótonas e repetitivas outras, desmotiva e condiciona os espaços residuais de intervenção lúdica e artística de que os trabalhadores ainda dispunham nas suas relações com o meio e o objetivo de trabalho. O trabalho enquanto tal, nestas circunstâncias, toma-se um enorme peso que é preciso suportar sem que haja a alternativa de o

executar de outro modo. O desinteresse por aquilo que se faz, a sabotagem, a negligência profissional, etc., substantivam a prática quotidiana dos trabalhadores, e contra isso pouco fazem as prescrições impostas pelos valores e ideologia sobre o trabalho.

As ramificações desses problemas generalizam-se ainda às premissas do estatuto social clássico do trabalhador. A desagregação progressiva da condição-função do trabalho deterioraram, simultaneamente, os laços de prestígio social que ele referenciava.

Não recebendo salário, não se consegue material e psiquicamente desfrutar dos valores éticos e estéticos mais representativos da sociedade, nem tão pouco valorizar-se nas múltiplas relações de troca com indivíduos e instituições mais representativas da sociedade. O dilema emprego/desemprego, ao tornar-se uma banalidade quotidiana, acabou com o anátema paradigmático que culpabilizava os desempregados. O desemprego deixou de ser assunto de incidência estritamente individual, para passar a ser, fulcralmente, um paradigma social. Todos aqueles que trabalham hoje, podem não o fazer amanhã. As permissividades conjuntural e estrutural do dilema emprego/desemprego, por tais motivos, desvalorizaram o estatuto social, em termos de honra, prestígio, rendimento, ostentação, etc., do trabalhador e, por razões lógicas, do trabalho.

Depois de analisar, muito sumariamente, os aspectos mais relevantes que afetam a modernidade do mundo do trabalho, denota-se a existência de uma tipologia causal produtora de desajustamentos e desidentificações entre a condição-função do trabalho, o produto do seu trabalho, o rendimento que auferi e o consumo de riqueza social que usufrui.

Para aqueles que não podem sobreviver sem trabalhar e, em via de regra, querem trabalhar, reveste-se de um absurdo paradoxal, não o poder fazer. As atividades cognitivas e físicas do trabalhador expressas, fenomenologicamente, em trabalho, deveriam, antes de tudo, manifestar-se como características racionais, já que a sociedade assim o prescreve. Neste sentido, não se compreende porque é que uma atividade tão glorificada, como o trabalho, e que deveria dar prazer e prestígio a quem o realiza, na ocorrência, não o faz. Ou seja, não se compreende a razão porque muitos daqueles que utilizam as novas tecnologias não se afirmam, de modo positivo, quando trabalham!

A primeira ilação a retirar é bastante significativa. O ser humano trabalhador, o meio de trabalho - ferramentas, máquinas-ferramentas, novas tecnologias - e o objeto de trabalho - matéria prima, bens e serviços -, nas suas múltiplas interações, não estão em consonância positiva, nem tão pouco estão identificados com os ditames da essência criativa dos seres humanos. O meio de trabalho e o objeto de trabalho oprimem e exploram o fator de produção





trabalho, na medida em que os seus mecanismos complexos, os seus materiais e energias modelam, negativamente, com as suas leis imperativas, as virtualidades criativas do ser humano trabalhador. Desta realidade deduz-se que o ser humano é um ser de natureza passiva no processo e na organização social do trabalho em que está inserido. Em vez de ser ele a utilizar e a consumir o meio e o objeto de trabalho em função dos seus interesses e necessidades, em contrapartida, é utilizado e consumido, de modo irracional, pelos mesmos.

Seguindo esta linha de raciocínio, não se compreende como é que aqueles que trabalham não têm controle, nem concebem o produto do seu trabalho e que, na generalidade dos casos, a sua utilização específica se revele contraproducente para com os seus desejos e necessidades. Isto é, não se compreende a razão porque os seres humanos produzem mercadorias que, no momento em que são consumidas, servem para os assassinar e estropiar.

Os exemplos do material de guerra, da energia nuclear, de produtos químicos poluidores dos rios, mares, florestas, etc. demonstram, à saciedade, a natureza negativa que no ato de produção os aliena e estropeia e no ato de consumo os assassina! O

paradoxo é manifestamente gritante. Como é possível trabalhar dispendendo energias físicas e intelectuais na produção de material de guerra, quando, ulteriormente, como cidadão consumidor se toma vítima de guerra, morte, pilhagem e violência? Como é possível extenuar-se a trabalhar para produzir energia nuclear e produtos químicos, quando, em contrapartida, se matam e destroem rios, mares, florestas e a vida daqueles que os produzem e de todos os seres vivos envolventes nesse processo?

Os paradoxos analisados são possíveis porque a (ir)racionalidade do trabalho atual não funciona a partir de pressupostos veiculadores da identidade entre produtor e consumidor, o que, na ocorrência, obriga a que a concepção, a fabricação e a organização social do trabalho sejam determinadas por fatores estranhos aos interesses e necessidades daqueles que trabalham.

Finalmente, o produto produzido pelo trabalhador, o rendimento auferido e a distribuição de riqueza social funcionam a partir de parâmetros iníquos. E, nesse aspecto, não basta afirmar que essa realidade é a expressão lógica das leis do mercado de trabalho e/ou da produtividade específica de cada fator de produção. Não escamoteando, em parte, a



função desses fatores, isso não obsta a que não se compreenda por que razão as pessoas, extenuando-se a trabalhar para a formação do "Produto Nacional Bruto", tenham, como contrapartida monetária, uma ínfima parcela do "Rendimento Nacional". Não se compreende, por outro lado, como, em muitos casos, acontece exatamente o contrário.

Os desajustamentos e as desidentificações apontadas decorrem, logicamente, dos imperativos das relações sociais de produção capitalistas. Estando o trabalho, o trabalhador, o produto e o consumo ligados aos imperativos do lucro, do investimento e da acumulação capitalistas, toda a essência desse processo terá forçosamente de persistir em função das dimensões do fator de produção, como custo de produção e da margem de lucro resultante do preço de venda no mercado da mercadoria produzida.

Nestas circunstâncias, quem determina como se produz, quem produz, quem consome, como se consome, quem trabalha, como se trabalha, quem não trabalha, quem é desempregado, quem morre de tédio sem trabalhar, quem morre extenuado a trabalhar, quem vive sem trabalhar, etc., etc.? Todas essas manifestações vivenciais decorrem das leis imperativas acima descritas. E nesse aspecto, pese embora todas as "virtudes" apologéticas do sistema social vigente, enquanto subsistirem as relações sociais de produção capitalistas, será extraordinariamente difícil superar o atual paradigma da crise que atravessam o trabalho e os trabalhadores.

## Os Desafios do Sindicalismo

Situando a natureza do sindicalismo no contexto da história do progresso técnico e da organização social do trabalho verifica-se que o mesmo atravessou fases bastante diferentes.

Identificando-se e exprimindo os interesses profissionais e coletivos do fator de produção trabalho nos contextos da organização social do trabalho e das relações sociais de produção capitalistas, o sindicalismo, logo nos seus primórdios históricos, foi uma manifestação social de intervenção reivindicativa e revolucionária, ora oscilando para opções de características mais reformistas - aumento de salários e regalias sócio-laborais -, ora oscilando para movimentos sociais revolucionários - greves selvagens e tentativas de transformação radical das instituições vigentes.

Nesses aspectos, desde meados do século XIX, pese embora a já relativa importância do fator tecnológico inserido no contexto da produção, o despontar aglutinador do mundo do trabalho para atividade voluntária nos sindicatos deveu-se, em

grande parte, à tipologia da organização social do trabalho e às disparidades existentes nos domínios económico, social e político. Quase sem direitos e muitos deveres, escoraçados durante longas horas a trabalhar nas fábricas, campos e oficinas, impossibilitados pela sociedade no livre acesso às instituições como cidadãos de plenos direitos, usufruindo de salários de miséria, aos trabalhadores, de então, só lhes restava organizar-se nos espaços onde adquiriam hábitos de sociabilidade fraterna e emancipalista. Pela via da profissão, do ofício, dos baixos salários, das arbitrariedades patronais e estatais, etc., sofreram uma realidade bastante negativa, mas foi através dela que conjugaram as suas forças e corporizaram os sindicatos.

O fato de o sindicalismo, nesse período histórico, assumir duas tipologias fundamentais - reformista e revolucionária -, deve-se, em grande parte, às formas de desenvolvimento e crescimento económico capitalistas de cada país e às naturezas dos sistemas cultural e político envolventes. Esses aspectos conjugados - salários baixos/salários altos, sistema político bastante repressivo/sistema político menos repressivo, cultura aberta ao progresso/cultura fechada ao progresso -, explicam os exemplos das existências de um sindicalismo de tendência mais reformista na Alemanha e Inglaterra<sup>2</sup> e de um com características mais revolucionárias em Portugal e Espanha<sup>3</sup>.

Não obstante essas diferenças existentes de país para país, do que não restam dúvidas é de que as suas expressões programática e pragmática situavam-se no sentido da melhoria progressiva do nível de vida dos trabalhadores, na reestruturação da organização do trabalho, na elaboração de legislação laboral identificada com os seus interesses específicos, na educação progressiva de todos os trabalhadores, na organização de greves e elaboração reivindicativa de contratos coletivos, etc. A dinâmica desse processo sindicalista não foi, porém, fácil de executar. A incapacidade do patronato e da sociedade em geral em satisfazerem essas reivindicações básicas, as atitudes quase sempre brutais e selváticas das forças governamentais, policiais e militares, etc. determinaram que os conflitos emergissem com extrema profricuidade e que o sindicalismo tivesse uma característica conflitual e revolucionária.

Embora as dificuldades de gestão inicial fossem grandes para o sindicalismo, o fato de defenderem com bastante eficácia os interesses mais prementes dos trabalhadores, determinou que houvesse uma grande adesão de trabalhadores para a atividade sindical nos países capitalistas mais desenvolvidos de então.

Entretanto, face às vicissitudes negativas que resultavam dos conflitos permanentes impostos pela dinâmica do sindicalismo, a partir dos princípios dos

2- A este propósito, ver: MORTON, A.C. e TATE, G. *O Movimento Operário Britânico*. Lisboa: Seara Nova, 1967; BENDROTA, W.A. *Historie du Mouvement Ouvrier en Europe*. Paris: Maspero, 1967. 3- GOMEZ-CASAS, Juan. *História del anarco sindicalismo en España*. Madrid: Aguilera, 1977; SOUSA, Manoel Joaquim de. *O Sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1976.



século XX, grande parte dos sindicatos sofrem um processo de institucionalização progressiva através das modificações operadas a nível da legislação laboral e da constituição de certos países. Esse fato não só atenua as razões dos conflitos que persistiam, como, inclusive, corresponsabiliza os sindicatos na elaboração dos contratos coletivos de trabalho a partir de uma ação tripartida protagonizada pelos sindicatos, patronato e o Estado, ou bipartida entre sindicatos e o patronato. Essas reestruturações, por outro lado, readaptaram a tipologia conflitual das relações entre trabalhadores e o patronato num sentido mais consensual.

Embora um tipo de sindicalismo revolucionário tenha persistido um pouco por toda a parte, sobretudo na Rússia em 1917 e na Espanha em 1936-1939, o movimento sindical, até o fim da Segunda Guerra Mundial, pautou-se por objetivos, fulcralmente, reivindicativos reformistas e situados numa melhoria progressiva das condições sócio-econômicas e políticas dos trabalhadores.

Com o desenvolvimento progressivo da segunda revolução industrial, sobretudo a partir dos meados da década de 1940, toda a estrutura produtiva é objeto de grandes transformações, dando origem a uma grande produção e consumo em massa de mercadorias. O capitalismo, a partir de então, vai conseguir repartir funcionalmente a distribuição de rendimentos de modo a permitir uma melhoria do poder de compra dos trabalhadores. Estes, pelo seu lado, vão começar a matar a sua fome através de consumo de riqueza social que, até então, lhes era inacessível. Neste contexto, não só as reestruturações do sistema social capitalista se tornaram possíveis, como ainda os sindicatos tiveram espaço para se expandirem enquanto instituição defensora dos interesses dos trabalhadores. Assim, por um lado, vão ser a mola real da defesa desses interesses, integrando-os nos parâmetros da evolução capitalista, o que implicou um aumento substancial das suas funções nos domínios da negociação de contratos coletivos de trabalho, reformas de legislação laboral, organização social do trabalho e na entrada dos sindicatos para funções institucionais, de natureza mais específica, relacionadas com a qualidade, a segurança e a saúde do trabalho. Todo esse processo, ao dinamizar as opções objetivas e subjetivas que os trabalhadores assimilaram durante anos da sua atividade sindical, permitiu, por outro lado, que o sindicalismo alargasse a sua esfera de influência sobre os mesmos o que repercutiu num aumento substancial das taxas percentuais de sindicalização. O espaço de manobra da atividade sindical ao ser alargado em termos institucionais e financeiros permite também que se transformem em grandes corporações financeiras e profissionais. Assim, não somente se transformam em parceiros sociais privilegiados no campo da

negociação coletiva de contratos de trabalho, como ainda passam a dispor de grandes meios financeiros para investir nos diferentes setores da economia capitalista, sobretudo nos domínios dos serviços, da indústria e da banca<sup>4</sup>.

As funções específicas da tecnologia e organização social do trabalho para o desenvolvimento do sindicalismo nas suas diferentes manifestações, durante a segunda revolução industrial, são bastante relevantes.

Sabendo-se da importância dos meios tecnológicos utilizados pelos trabalhadores nas suas interações cognitivas, psíquicas e físicas, facilmente se depreende da grande incidência que os mesmos exercem durante a atividade laboral. Nessa acepção, compreende-se a resistência física e a sabotagem contra as máquinas nos processos de trabalho<sup>5</sup> e a luta contra as cadências impostas pela linha de montagem e outras vicissitudes negativas provindas do ritmo das máquinas, etc. Todos esses fatores substantivaram grande parte das tipologias reivindicativas dinamizadas pelo sindicalismo. Porém, a resistência e a luta contra os malefícios do "progresso tecnológico" teve mais repercussão desde que o desemprego aumentou para níveis difíceis de suportar pela grande massa de trabalhadores. Estes fatores negativos, que induziram à ação sindical, não destroem a vertente positiva que o progresso tecnológico teve, para esses mesmos trabalhadores, nos aspectos relacionados com o aumento do nível de vida que as tecnologias, historicamente, possibilitaram. Há a sublinhar também que, inclusive, o seu progresso traduzido numa diminuição da fadiga física do fator de produção trabalho foi devido a aspectos que o sindicalismo reivindicou.

Quanto à organização social do trabalho, a maior parte das opções reivindicativas do sindicalismo localizaram-se na exigência de uma divisão social do trabalho, de qualificações e profissões baseadas em pressupostos mais humanos, mais participativos e democráticos. Nesse sentido, não admira que os trabalhadores aceitassem as melhorias provindas do abaixamento gradual do horário de trabalho, melhorias de índole profissional e qualificação e que passassem, em determinados países, a integrar os comitês de empresas e adotassem uma relativa aderência aos princípios da cogestão e da autogestão<sup>6</sup>.

Denotam-se, em todo este processo histórico de maturação sindical, no decorrer da segunda revolução industrial, duas tendências básicas.

Em primeiro lugar, a essência reivindicativa do sindicalismo, baseada nos princípios emancipalista e conflitual sobre um processo de reestruturação progressiva, que culmina com a institucionalização do sindicalismo em bases consensuais contratuais e integradas na lógica do sistema social vigente.

4 - DEUTSCH, Steven; ALBRECHT, Sandra. La participation des travailleurs aux Etats-Unis: les efforts de démocratisation de l'industrie et l'économie. *Travail et Société*, OIT/IES, Genebra, v.8, n. 4, p. 261-291.

5 - DURAND, Claude. Position syndicales et attitudes ouvrières à l'égard du progrès technique. *Sociologie du Travail*, Paris, n. 4, p. 346-362, 1960.

6 - KASSALOW, Everett M. Les différentes formes de la démocratie industrielle dans les pays occidentaux. *Problèmes Economiques*, Paris, n. 1810, p.3-10, 1983.





***“...não se  
compreende a razão  
porque os seres  
humanos produzem  
mercadorias que, no  
momento em que  
são consumidas,  
servem para os  
assassinar e  
estropiar”.***

Em segundo lugar, essa institucionalização e integração do sindicalismo, para além de ser o produto da evolução de uma estratégia sindical, é também o reflexo da capacidade do desenvolvimento capitalista em responder, de modo positivo, às aspirações e exigências reivindicativas por que o mundo dos trabalhadores há muito ansiava. Sindicatos, patronato e o Estado podem, doravante, coexistir nos mesmos parâmetros de racionalidade sem enveredarem por um processo de negação recíproca.

Entretanto, com a introdução generalizada das novas tecnologias no processo de trabalho, a partir da década de 1970, o contexto positivo que o sindicalismo usufruía, nos países capitalistas mais desenvolvidos, começa a deteriorar-se progressivamente.

Um dos fatores com maior relevância causal na determinação da desagregação do sindicalismo é, sem dúvida alguma, as novas tecnologias. Pelas razões já anteriormente focadas, as suas complexidades e automatização adquiridas no espaço da atividade produtiva de bens e serviços, não somente roubaram aos trabalhadores o seu saber-fazer clássico, como ainda aumentaram, drasticamente, os índices de produtividade dos fatores de produção das empresas e instituições. Os efeitos dessa introdução generalizada de novas tecnologias, na ocorrência, só podem resultar na substituição ou recomposição do fator de produção trabalho pelas mesmas. A demissão maciça de trabalhadores existentes e aquela que se prevê até o ano 2000 é, na verdade, avassaladora<sup>7</sup>. E contra esse fenômeno de nada valem os novos empregos entretanto criados pelo desenvolvimento acentuado, dos mesmos, no setor terciário. O que é fato é que a substituição do fator de produção trabalho pelas novas tecnologias, sendo acrescida com o desemprego resultante das indústrias obsoletas, na ocasião, em termos de percentagem, é maior que o emprego entretanto criado com a introdução de novas tecnologias e a expansão do setor terciário.

Este dilema imposto pelas novas tecnologias é ainda conjugado com a reestruturação generalizada das qualificações e profissões tradicionais, o que vai provocar a reestruturação da organização social do trabalho, desde o topo à base da sua pirâmide hierárquica.

Necessariamente, a natureza da organização social do trabalho induzida pela introdução de novas tecnologias vai traduzir-se em exigências qualitativas e quantitativas, substancialmente diferentes no mercado de trabalho.

Perante esta realidade que caminha a passos largos para altas taxas de desemprego, para a reestruturação das qualificações e das profissões e ainda para a segmentação do mercado de trabalho, as bases estruturantes da relativa homogeneidade do tecido social, que compõe o mundo do trabalho, sofrem

uma grande desestabilização.

Cumulativamente, a desestabilidade da condição-função do fator de produção trabalho provoca, por sua vez, fenômenos de desidentificação com as estruturas que o representam. A função positiva que o sindicalismo tinha adquirido junto aos trabalhadores é, por tais motivos, objeto de deterioração. O sindicalismo, face à sua incapacidade em resolver por processos reivindicativos clássicos os problemas mais prementes dos trabalhadores - desqualificação, segmentação do mercado de trabalho, desemprego, etc. -, vê-se constringido às inevitáveis diminuições das taxas de sindicalização<sup>8</sup>.

Perante os dilemas implementados pelas novas tecnologias sobre a organização social do trabalho e a condição-função do fator de produção trabalho, as táticas e as estratégias do sindicalismo representativo da segunda revolução industrial revelam-se bastante desajustadas e correm o risco de soçobrar progressivamente. Neste sentido, os desafios apresentados ao sindicalismo atual são grandes. Os problemas maiores subsistem nas reestruturações espaço-temporais dos seus objetivos pragmáticos e programáticos.

Quanto à sua intervenção pragmática, ela só voltará a ter eficácia quando os sindicatos conseguirem alargar o seu espaço reivindicativo aos fenômenos emergentes da invenção, concepção, fabricação, programação e métodos de gestão dinamizados pelas novas tecnologias no espaço da organização social do trabalho e da lógica empresarial. Isso implicará que os sindicatos terão livre acesso ao conjunto das informações decorrentes da atividade empresarial e progresso técnico que têm incidências diretas com a organização social do trabalho. A intervenção temporal de reivindicação do sindicalismo, relativamente às funções específicas das empresas e do Estado, terão que ser substancialmente modificadas. Ou seja, antes da irreversibilidade da introdução das novas tecnologias como fato consumado, os sindicatos terão que usufruir de poder de decisão igual àquele que o patronato e o Estado dispõem. Mas, realizar tais tarefas implica que os sindicatos passem a intervir em domínios que são considerados exclusivos do Estado e do patronato. Se os sindicatos conseguirem realizar esta “revolução”, nos seus relacionamentos clássicos com as empresas e o Estado, conseguirão, novamente, ganhar representatividade institucional e reivindicativa junto dos trabalhadores.

Por outro lado, como fenômeno reivindicativo do mundo do trabalho, o sindicalismo, sendo uma instituição reivindicativa dos interesses e necessidades históricas dos trabalhadores, deve “enquadrar” esses interesses e necessidades na lógica moderna do desenvolvimento capitalista, se quiser sobreviver enquanto tal. Se conseguir realizar essa tarefa, então terá que modificar a tipologia das suas reivindica-

7-MISSICA, J.L. et al. Informatisation et emploi - menace ou mutation? Paris, La Documentation Française, 1981

8 - REHMUS, Charles M. L'avenir des relations de travail aux Etats-Unis. Travail et Société, OIT/ILIES, Genebra, v.11, n. 2, p.151-162, 1986.



ções clássicas. Ou seja, terá que transformar as suas reivindicações para os campos específicos da empresa e da organização social do trabalho.

Nesses domínios, poderá ter uma função bastante crucial, sobretudo, nas "adaptações e reajustamentos", a diferentes níveis, que decorrerão das necessidades inerentes à reciclagem e formação profissional, às qualificações, desemprego e qualidade de vida do fator de produção trabalho no espaço organizacional da empresa. Assim, pese embora a importância que as reivindicações salariais e a contratação coletiva possam ter, na atual conjuntura, eles não serão aqueles com maior relevo no imaginário coletivo dos trabalhadores.

Enfim, pode-se ainda imaginar a hipótese histórica do ressurgimento do sindicalismo com características revolucionárias, mas, nessas condições, os parâmetros dos seus objetivos pragmáticos e programáticos terão de subsistir numa revolução social.

## Conclusões

Os desafios históricos que se apresentam à sociedade são grandes. Nesse aspecto, está demonstrado à saciedade que as novas tecnologias estão transformando o mundo do trabalho e do sindicalismo em geral. As manifestações quotidianas das mesmas no universo capitalista desenvolvido estão a transformar o imaginário coletivo das populações com bastante proficuidade.

Assim, da mesma maneira que as novas tecnologias oferecem maravilhas fantásticas nos domínios da produção e consumo de mercadorias, meios de comunicação, informação, transporte, lazer, espetáculo, etc., numa outra dimensão, essas mesmas tecnologias estão conduzindo o planeta para o abismo - guerra, desemprego, miséria, tédio, genocídio, etc.

A natureza dessa crise é o resultado lógico da atual paradigmatização societária. "Capitalismo ocidental", ou "socialismo real" não são mais versões diferentes de uma mesma realidade. Ambos são apologistas dos atuais modelos de produção e de consumo.

Ambos têm uma relação social de produção baseada na divisão social do trabalho, no trabalho assalariado e no lucro. Esse fato implica que a realidade fenomenológica envolvendo as novas tecnologias, o mundo do trabalho e o sindicalismo produzam a mesma crise. E nesta acepção, os dilemas que se põem são, essencialmente, de continuação da crise ou alternativas societárias credíveis.

Se continuarem a funcionar os mesmos meca-

nismos estruturantes analisados, então, o mundo de amanhã verá agravados os fenômenos negativos que subsistem. Então teremos um mundo dicotômico. Uns com trabalho, outros sem trabalho. Uns usufruindo riqueza social em excesso, outros perecendo na miséria. Uns matando e estropiando, outros morrendo à bomba e à bala. Uns destruindo selvaticamente a natureza, outros impotentes para a defender. Estes e outros problemas são a resultante da irracionalidade de um sistema social que, por enquanto, se reproduz de ano a ano. É no Estado, nas instituições que o compõem e nas relações sociais de produção capitalistas existentes que os problemas têm origem.

As alternativas a esta realidade paradigmática são difíceis, mas não impossíveis de realizar.

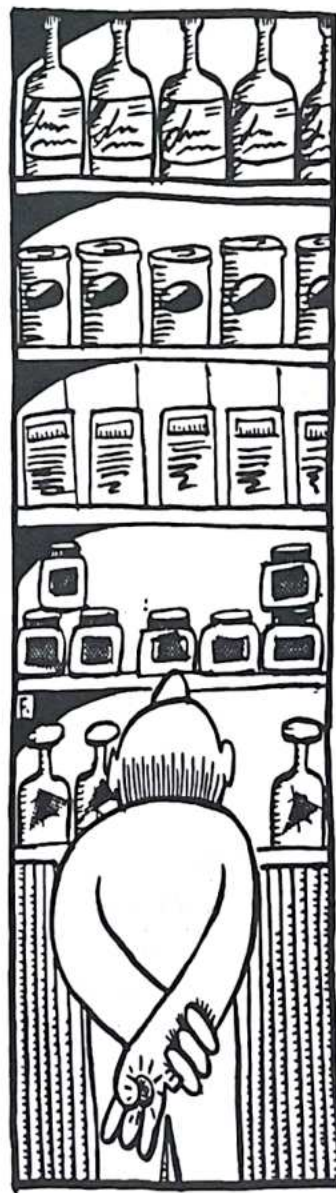
No imediato, há que inverter as lógicas dos modelos de produção e de consumo e extinguir as relações sociais de produção que os substantivam. Para tal, basta inverter as identidades existentes entre o trabalho, o produto, o consumo e o consumidor.

Assim, é preciso que os objetivos da condição-função do trabalho não persistam mais a produzir material de guerra, energia nuclear e produtos destruidores da natureza e da espécie humana. Em sua substituição devem-se criar novas tarefas para acabar com os malefícios deixados pela guerra, a energia nuclear e a poluição do planeta terra. Estas tarefas, só por si, chegariam para dar trabalho a quem hoje necessita.

Por outro lado, há que inverter o determinismo da técnica e do lucro nas suas relações imperativas com o mundo do trabalho. Se a produção e o consumo passarem a identificar-se com o produtor, necessariamente a técnica e a organização social do trabalho e o sistema social envolvente entrarão numa interação harmoniosa.

Nessa acepção, criar-se-iam novas profissões e qualificações a partir de uma nova divisão social do trabalho e da produção de novos produtos. Um novo trabalho poderia ser utilizado na destruição progressiva do caos urbano, dos focos de miséria e do genocídio existentes a nível planetário. Trabalho que poderia ser deslocado para atividades lúdicas e o lazer. Cantar, brincar, educar, fazer desportos, limpar rios, mares, florestas, fazer cinema, teatro, música, etc., passariam a ser as novas profissões e outras qualificações seriam exigidas.

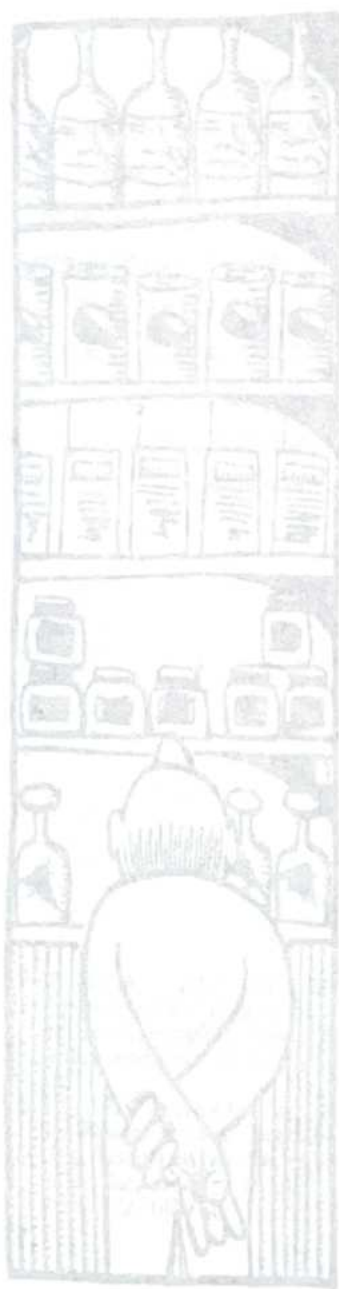
Para atingir esses objetivos não é difícil. O progresso técnico induzido pelas novas tecnologias e a crise que a sociedade atravessa assim o exigem. Para os realizar, é preciso que os seres humanos olhem para si e para a natureza como entidades antropogeográficas.





# Flexibilização do Direito do Trabalho

**Joscelito Costa de Almeida  
Pereira**  
Prof. Adjunto do Departamento  
de Direito Privado e Social -  
CCJ/UFSC  
Mestre em Direito



**E**ste pequeno artigo tem como objetivo principal algumas digressões sobre a Flexibilização no Direito do Trabalho, levando em consideração as características do direito do trabalho, como a proteção aos hipossuficientes (economicamente fracos).

A problemática jus-laboralista vem despertando muitos estudiosos e juristas europeus e latino-americanos para a importância de se aprofundarem as questões que podem ferir os interesses fundamentais do trabalhador e o exercício de seus direitos humanos.

Porém, é fundamental lembrarmos que o princípio de proteção dos economicamente fracos está ligado à própria razão de ser do Direito do Trabalho. Historicamente, este direito surgiu como consequência de que a liberdade de contrato entre pessoas com poder e capacidade econômica desiguais conduzia a diferentes formas de exploração inclusive às mais abusivas e iníquas.

Portanto, este tema é uma oportunidade de os juslaboralistas e estudiosos enfrentarem a flexibilização do Direito do Trabalho, elegendo um uso alternativo do direito ou o direito alternativo.

O tema é importante, não apenas pelos efeitos causados em muitos países, mas, também, porque o Direito do Trabalho necessita apoiar-se nos seus princípios básicos para não se descaracterizar e perder os seus fundamentos históricos, localizados na oposição ao "laissez faire".

A Flexibilização no Direito do Trabalho tem sido interpretada com diversos significados: isto mostra quanto os especialistas do Direito Laboral se mostram vacilantes em formular uma definição precisa do fenômeno. A dificuldade está relacionada às diferentes peculiaridades do sistema legal de cada país, bem como aos aspectos jurídico-político-social-econômicos e ao processo de desenvolvimento, em face das inovações tecnológicas.

Este fenômeno tem recebido diversas denominações, mais ou menos aproximadas, como por exemplo: adaptabilidade, versatilidade, desregulamentação, predominando o vocábulo Flexibilização. Porém, para nós a Flexibilização no Direito do Trabalho tem uma característica própria e inconfundível, que é a possibilidade de alteração da relação contratual entre empregado e empregador, com o objetivo de dar uma plasticidade às regras obreiras, tirando-lhes os aspectos 'tradicionais'.

Para alguns juristas italianos, este fenômeno deve ser examinado como Direito Emergencial do Trabalho, para atender a situação transitória em face de uma crise provisória; mas o que se constata é uma forma de obrigar os trabalhadores a cederem seus direitos laborais como meio de enfrentar a crise econômica, admitindo a incorporação de certas formas contratuais atípicas.

Assim, entendemos que a flexibilização, para os trabalhadores do Terceiro Mundo que não obtiveram as vantagens de um capitalismo social, significa renunciar a muitos dos seus direitos, para chegar a um nível do Primeiro Mundo, mesmo prejudicando seus interesses.

Portanto, este fenômeno pode criar uma uniformização da miséria, do desemprego e aumentar a concentração de renda, sem atingir a sua justificativa, que são o progresso e o desenvolvimento tecnológico dos países do Terceiro Mundo.

É importante lembrarmos que o Direito do Trabalho se consolidou, a nível internacional, após a Primeira Guerra Mundial, precisamente com o Tratado de Versailles em 1919, o qual instituiu a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o escopo de elaborar Convenções Internacionais voltadas às relações trabalhistas, baseadas nos princípios de justiça social e da dignificação do trabalho humano.

Porém, no curso das décadas de 50 e 60, graças



ao florescimento econômico europeu, e à ação dos sindicatos, mais amadurecidos e detentores de maior poder, ampliaram-se os direitos laborais sobre o direito individual, o direito coletivo e assim por diante. Reconheceram-lhes o direito à segurança no emprego; à segurança da remuneração; à participação nos lucros e na gestão da empresa, dentre outros. O clima de euforia e prosperidade do segundo pós-guerra começou a tornar-se confuso no início da década de 70, ante os choques petrolíferos, a desorganização dos mercados, e o agravamento do processo inflacionário nos países de economia de mercado.

Diante desse quadro, os avanços verificados no campo do direito individual do trabalho transformaram-se em "obstáculos" para as empresas. Estas entenderam que, reduzindo o contingente de pessoal, resolveriam seus problemas, surgindo em consequência um número assustador de desempregados. E desta forma a crise econômica atingiu profundamente o Direito do Trabalho, em face da postura que a Comunidade Econômica Européia tomou diante da crise econômica mundial, propondo a regulamentação da Flexibilidade no Direito do Trabalho.

Por outro lado, não há dúvida de que as inovações tecnológicas que sempre estiveram associadas à atividade econômica, atingiram profundamente o mundo do trabalho. Foi exatamente dentro do processo industrial (Revolução Industrial do Séc.

XVIII), com a introdução da máquina na atividade produtiva, que surgiram as primeiras normas específicas para disciplinar as relações trabalhistas. A luta dos operários organizados transformou os sindicatos em organizações para propiciar a passagem da dispersão e da impotência dos trabalhadores aos rudimentos da união da classe. Com efeito, o sindicato foi o representante da classe operária, que impediu a baixa de salários inferior ao mínimo indispensável para o seu sustento e o da sua família, impedindo também um controle sobre o excesso da jornada de trabalho.

A atual revolução tecnológica, com a substituição de trabalhadores pelo uso de robôs, assim como a informática e a biotecnologia, vem provocando mudanças em todos os setores da vida humana.

Emerge uma civilização com novos valores e com conflitos políticos diferentes.

Em contrapartida, surge o desemprego como desafio desta nova realidade, junto à necessidade de melhoria do nível de vida dos cidadãos, sobretudo no que diz respeito à distribuição do tempo de trabalho e à melhoria do salário para os trabalhadores.

E é na maleabilidade do tempo de trabalho que se criam os novos modelos contratuais, ou em outras palavras, é na mudança no tempo de trabalho que se abre um espaço para o governo, os empregadores e suas entidades flexibilizarem o tempo individual de



***"A flexibilização para os trabalhadores do Terceiro Mundo, que não obtiveram as vantagens de um capitalismo social significa renunciar a muitos dos seus direitos".***

***"O princípio de proteção dos hipossuficientes (economicamente fracos) está ligado à própria razão de ser do Direito do Trabalho".***



ALONSO Olea, Manuel. *Derecho del trabajo*. 8 ed. Madrid: Universidad de Madrid, 1983.

ARRIGO Gianni. *Derecho laboral*. Roma, 1988.

BIRGIN, Mauricio. *Derecho del trabajo y crisis económica. Derecho Laboral*, Buenos Aires, set/out. 1984.

BIRGIN, Mauricio. *Acerca de la denominada flexibilidad laboral. Derecho Laboral*, Buenos Aires, jun. 1986.

CLT - Consolidação das leis do trabalho. São Paulo; Atlas, 1992.

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

GENRO, Tarso Fernando. *Direito Individual do trabalho: uma abordagem crítica*. S. Paulo: LTR, 1985.

JAVILLIER, Jean Claude. *Droit du travail*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1986.

LOJKINE, Jean. *A classe operária em mutações*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

MAGANO, Octavio Bueno. *Manual de direito do trabalho*. S. Paulo: LTR, 1987.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Direito sindical*. S. Paulo: LTR, 1991.

PLÁ RODRIGUES, Américo. *Princípios de direito do trabalho*. S. Paulo: LTR, 1983.

PAULON, Carlos Arthur. *Direito alternativo do trabalho*. São Paulo: LTR, 1984.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. S. Paulo: Ed. Ática, 1990.

SUSSEKIND, Amaldo. *Direito Internacional do trabalho*. S. Paulo: LTR, [s.d.], [s.p.].

TAMAJO, Raffaele de Luca. *La flexibilidad del trabajo en los países de la CEE. Cuestiones Laborales*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1988.

VIALARD, Antonio Vazquez. *La flexibilidad en el derecho del trabajo: eslogan para disminuir los derechos de los empleados o adecuación a la realidad. Cuestiones Laborales*. México: Universidad de México, 1988.

KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*. Rio: Ed. Paz e Terra, 1992.

trabalho e, conseqüentemente, a redução do salário. Este fenômeno da flexibilização tem deixado evidente o ataque que os empregadores fazem aos sindicatos dos trabalhadores, acusando-os de inoperantes e de ignorarem a realidade hodierna.

A Flexibilização no Direito do Trabalho procura solucionar a crise econômica, mas postergando os direitos dos trabalhadores.

Para exemplificarmos, dentro do contexto brasileiro, a Flexibilização é entendida como a possibilidade de alteração do contrato individual do trabalho, mesmo prejudicando os direitos do empregado. De acordo com a CLT (1943) só é possível alteração do contrato de trabalho por mútuo consentimento; mas dentro da concepção de Flexibilidade no Direito do Trabalho, o art. 468 da CLT estaria derogado:

"Art. 468 - Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia".

Na Europa, o processo de flexibilização tem um colorido próprio, pois a redução do tempo de trabalho tem sido usada como uma forma generalizada de solucionar problemas regionais; no Brasil, porém, para que existam novas normas de flexibilização que atinjam os direitos individuais do trabalhador, é indispensável, pelo regime jurídico, que seja vedada qualquer alteração no contrato de trabalho prejudicial ao empregado.

A flexibilização no Direito Laboral pode atingir qualquer setor da relação de trabalho, como por exemplo, quanto à mobilidade do trabalhador, ou seja, a movimentação do empregado para dentro ou fora da empresa; isto significa dizer que esta flexibilização é o passaporte para a empresa admitir e despedir os trabalhadores com liberdade. Sem sombra de dúvida, isto representa um retrocesso na história do Direito Laboral brasileiro, como também uma afronta à Constituição Federal de 1988, que, inequivocamente, consagra o princípio de proteção ao trabalhador, com a irredutibilidade salarial, a preservação do valor real do salário mínimo, o poder normativo da Justiça do Trabalho, etc.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) através da Convenção, nº 158 - na Parte III... "dispõe sobre extinção da relação de emprego por motivos econômicos, tecnológicos, estruturais e análogos..."

O artigo 13 desta mesma Convenção declara que "... o empregador, que pretender dispensar empregados em razão de causa dessa natureza, proporcionará aos representantes dos trabalhadores interessados o tempo oportuno, a informação pertinente, incluídos os motivos de extinção previstos, o

número e categorias de trabalhadores que possam ser afetados e o período durante o qual serão levadas a cabo as referidas medidas."

Como podemos concluir, é necessário aprofundar este tema: independentemente das contradições entre o discurso e a prática, é relevante observar o discurso neo-liberal ou anti-estatizante dessa tendência doutrinária, tendo em vista uma nova ordem internacional e os projetos para os países do Terceiro Mundo.

Aqui no Brasil, desde a promulgação da Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, em 1967, passou a funcionar um regime de completa "flexibilização" de contratar e despedir trabalhadores, pois este instituto tirou a estabilidade do trabalhador brasileiro.

Outro setor da relação de trabalho que pode ser atingido pela Flexibilização, é a duração do Contrato Individual de Trabalho.

Em face das necessidades da empresa, em termos de mão-de-obra, pode tornar-se uma regra a contratação de trabalhadores temporários; em outras palavras, generalizar-se o Contrato por Prazo Determinado, facilitando assim a rotatividade da mão-de-obra.

Porém, quanto à Flexibilização do salário, os efeitos não só atingem a possibilidade de diminuir o seu valor, em razão de crises econômicas ou empresariais, mas, também, a generalização da remuneração maleável do trabalho prestado, enfraquecendo os sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

Portanto, abriu-se uma discussão sobre o Direito do Trabalho de forma restritiva em que, dependendo da situação da economia do País, os direitos trabalhistas ficariam postergados; enfim, uma inversão de valores, em que o Direito do Trabalho perderia sua expressão de humanismo jurídico (a serviço de um valor absoluto e universal, que é a dignidade do ser humano que trabalha) para valores meramente econômicos. Enfim, diante de algumas questões que surgem a partir desta reflexão, podemos concluir, dizendo que a Flexibilização não trará benefícios para os trabalhadores; mas por outro lado toma corpo, dentro de uma visão progressista, o Direito Alternativo, que fazendo uso do mesmo direito, busca nas interpretações finais da lei a, liberação dos oprimidos, ou no caso mais extremado, e que tem causado mais polêmica, uma interpretação *contra legem*, sempre visando a concretização da Justiça Social em defesa dos economicamente fracos.

Roberto Garcia Martinez diz o seguinte sobre a Flexibilização no Direito do Trabalho:

"Lo que está en juego en esta polémica no es un ejercicio académico, ni siquiera teorías contradictorias sobre la política de empleo, sino el despido del Derecho del Trabajo." (Revista *Derecho del Trabajo* - Buenos Aires, maio, 1990 p. 873).





# Administração de Recursos Humanos

A expressão "administração de recursos humanos" tornou-se tão consagrada pelo uso que poucos questionamentos são dirigidos às suas raízes, à visão de mundo que permite pensar em administrar pessoas, como se fossem um "recurso". Além da crítica aos fundamentos de tal concepção, o artigo afirma que, no plano da ação, ela induz a erros de planejamento e intervenção nas esferas social e organizacional. Situa, ainda, a "administração de recursos humanos" como proposta e prática ideológica e sugere uma abordagem centrada nas relações de trabalho.

No decurso das últimas décadas, a expressão administração de recursos humanos foi consagrada pelo uso por administradores "modernos" de posições políticas à direita e à esquerda, como um avanço em relação à visão tradicional da administração de pessoal. Tem passado incólume por questionamentos que se prendem a aspectos superficiais, sem denunciar o caráter ideológico da concepção que reduz os trabalhadores a mais um recurso da organização - assim como os financeiros, materiais e técnicos -, subordinando o sujeito ao seu papel no processo produtivo.

Nesse sentido, a substituição do pessoal pelos recursos humanos pode ser interpretada como um retrocesso. No plano discursivo, a designação primitiva remete explicitamente tanto à dimensão coletiva

dos trabalhadores (o pessoal como conjunto das pessoas que trabalham na organização), quanto ao reconhecimento de sua condição de sujeitos (pessoas), seres humanos complexos e íntegros na situação de trabalho, na sua inserção no processo produtivo. Ao contrário, referir-se aos trabalhadores como recursos humanos implica em proceder a um recorte nos dois planos - coletivo e individual - abstraindo aspectos que "não interessam" e ficando apenas com a fatia que convém aos objetivos organizacionais. Tal redução serve, de um lado, para assinalar uma mudança nas relações de trabalho e, de outro, induz novas transformações, ao enquadrar a discussão sobre o tema numa moldura que a limita aos planos da técnica e de um discurso competente que ainda pretende, com frequência, ter o aval de uma pretensa "neutralidade científica".

Certamente houve mudanças de conteúdo que acompanharam a modernização da linguagem. A administração de recursos humanos veio incorporar às atribuições tradicionais da área (direitos trabalhistas, folha de pagamento, controle de frequência, admissões e demissões, etc.) outras funções consideradas mais "nobres": recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho e de potencial, por exemplo. Em muitas organizações, as duas áreas subsistem separadamente: uma delas cuida dos assuntos de pessoal, ou seja, dos aspectos legais-contratuais das relações entre empregado e empregador, enquanto a outra se encarrega dos recursos humanos, isto é, da seleção, integração, capacitação, avaliação, readaptação,

*Louise A. Lhullier é doutora em Psicologia Social pela PUC-SP, professora adjunta do Departamento de Psicologia da UFSC e pesquisadora do CNPq.*



enfim, de adequá-los às necessidades da organização.

A compreensão do real significado dessa mudança, porém, deve ser buscada através do resgate da história das relações entre capital e trabalho, que evidencia o papel determinante da luta dos trabalhadores na sua conquista. Na medida em que a organização dos trabalhadores veio se fortalecendo, a administração teve que buscar novas fórmulas - menos "selvagens" - de perseguir seus objetivos. As relações de trabalho <sup>1</sup> na sociedade capitalista foram, assim, se modificando, como fruto de um processo histórico que teve como consequência, inclusive, o desenvolvimento das ciências sociais aplicadas aos problemas organizacionais e de novas técnicas administrativas. As origens desse processo, no entanto, são bem mais complexas e as versões que ignoram sua dimensão política refletem uma visão simplista do problema da gestão das relações de trabalho.

Igualmente redutoras são as discussões que ignoram o conflito inevitável entre, de um lado, as motivações individuais - desejos, interesses, razões, intenções, vontade, etc. -, e, de outro, as demandas impostas pelos objetivos organizacionais. Tais demandas, ao menos na estrutura sócio-econômica do capitalismo, caracterizam-se por refletirem interesses que pouco ou nada se identificam com os motivos dos trabalhadores. Isso porque, entre outros aspectos, a organização do trabalho típica do modo de produção capitalista obedece à lógica da produtividade, entendida como a obtenção da melhor remuneração possível do capital empatado num empreendimento. Via de regra isso se traduz em políticas e estratégias de maximização do uso dos recursos organizacionais - financeiros, materiais, técnicos e humanos - com o objetivo de reduzir custos e incrementar resultados. Em outras palavras, a produtividade aumenta quando se incrementa a produção e/ou se reduz custos, e os recursos são computados na coluna dos custos, é claro. Muitos defendem que o que é gasto em recursos humanos não é custo, mas investimento. Isso pode significar um aporte orçamentário maior para a área de RH, mas do ponto de vista dos administradores financeiros, a lógica permanece a mesma: a meta é investir o mínimo possível para obter o máximo. As conquistas trabalhistas, por sua vez, implicam em aumento dos custos e, portanto, decréscimo da produtividade...

A administração pública - ao menos no caso da sociedade capitalista - não foge a essa lógica. Não é outro o fundamento, por exemplo, das reformas administrativas que, invariavelmente, propõem o "enxugamento da máquina burocrática". Os trabalhadores sabem bem o que isso significa: demissões, disponibilidades, redução de benefícios e vantagens

sempre que a lei permitir, proibição de novas contratações, etc. <sup>2</sup>

Um outro ponto importante a ser considerado é que a discussão sobre o desempenho do servidor público se dá a partir dos mesmos critérios que fundamentam a avaliação dos trabalhadores dos setores privados da economia. Questiona-se a baixa produtividade da administração pública, sem que fiquem claros os parâmetros que orientam tal avaliação. O funcionalismo é visto como ocioso, incompetente, privilegiado e, não raramente, é culpabilizado pela situação falimentar da máquina estatal. Por outro lado, o emprego no setor público é visto, por muitos, como a garantia vitalícia de sustento mínimo em troca de um mínimo de trabalho.

Não são poucos os que preconizam como remédio para essas e outras supostas doenças crônicas da burocracia estatal a administração científica dos recursos humanos. A par de muitas outras críticas que caberiam a essa proposição, há uma que é inevitável: trata-se da despolitização do problema, da tentativa de neutralizar esse campo através do recurso à autoridade do saber dito científico <sup>3</sup>, e suas consequências. O deslocamento da questão das relações de trabalho para a administração de recursos humanos privilegia o discurso competente em detrimento do saber do trabalhador, historicamente construído num espaço político que a abordagem técnica descarta ao não reconhecer. Situar no campo pretensamente neutro da ciência essa discussão significa também desqualificar como interlocutores aqueles que não dominam com competência o seu jargão, bem como desvalorizar argumentos que se sustentem sobre outro referencial (o político, por exemplo). A administração científica dos recursos humanos configura-se, portanto, como prática autoritária e instrumento ideológico que confunde e alija o trabalhador comum do processo decisório.

No caso do serviço público, em especial, essa postura se contrapõe à possibilidade de uma parceria em torno de objetivos comuns aos servidores e administradores enquanto cidadãos, o que daria outro sentido às negociações em torno das questões atinentes às relações de trabalho. Essa é uma perspectiva de abordagem da questão ainda quase totalmente inexplorada. A partir do desenvolvimento da consciência de cidadania, as discussões sobre as questões atinentes às relações de trabalho na burocracia estatal passariam a ter como norte o compromisso com o serviço público, ou seja, com o atendimento às necessidades e demandas coletivas da população. Isso implicaria, necessariamente, no reconhecimento do conteúdo político multifacetado do problema, que extrapola o âmbito intra-organizacional e do relacionamento indivíduo versus organização em particular. A definição de políticas e estratégias, os critérios de avaliação, a normatização

***"...referir-se aos trabalhadores como recursos humanos implica em proceder a um recorte nos dois planos - coletivo e individual -, abstraindo aspectos que 'não interessam' e ficando apenas com a fatia que convém aos objetivos organizacionais."***



de procedimentos, etc., assumem outra dimensão. As discussões e negociações entre funcionalismo e administradores públicos passam a se constituir (também) num espaço de desenvolvimento da cidadania e o próprio conflito de interesses entre os indivíduos e a organização passa a ser examinado sob outra ótica.

Entre outros requisitos, esse posicionamento exige, porém, que se tenha clareza de que essas relações, mediadas pelas normas, pelos dispositivos de poder e autoridade, pelos hábitos e costumes, pelas exigências das tarefas, etc., constituem um processo extremamente complexo que não pode ser reduzido nem à visão administrativa pretensamente neutra, nem à sua dimensão exclusivamente política. Seus "resultados" - sempre instáveis, sempre renegociáveis - são produzidos continuamente a partir de múltiplos fatores, afetam e são afetados por acontecimentos políticos, econômicos, sociais e pelas tragédias e dramas individuais. Os acordos são frágeis, as negociações são difíceis, as decisões são objeto freqüente de controvérsia.

Em consequência, qualquer definição de políticas para essa área deve levar em consideração as características especiais das relações de trabalho no âmbito para o qual estão sendo propostas. No caso das universidades federais, dentre as quais a UFSC, é necessário considerar, em primeiro lugar, que o campo de intervenção da administração é restrito pelo fato de que algumas "grandes questões" são decididas fora do âmbito da Universidade, mais especificamente no embate político com o governo federal: salário, carreira, aposentadoria, previdência social, por exemplo. Além disso, como os dirigentes universitários são membros da comunidade acadêmica e, via de regra, eleitos pela maioria, é de se esperar que, além da possibilidade de parceria acima referida, haja identificação de interesses entre eles e o conjunto dos servidores/docentes, em torno de diversas questões importantes, inclusive de caráter corporativo. É muito provável, portanto, que, em diversas frentes, bases e cúpula da organização enfrentem unidos adversários comuns. Por outro lado, mesmo internamente, há choques entre os interesses das corporações, que se evidenciam quando as "ameaças externas" não são sentidas com tanta intensidade. Por exemplo, servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes se unem para defender o ensino público, gratuito e de qualidade, mas, por outro lado, se dividem em relação a questões tais como o horário de trabalho dos STA (que reivindicam expediente de 06 horas diárias).

É importante assinalar, ainda, que, embora a macropolítica de administração das relações de trabalho seja definida fora do âmbito da Universidade, o campo da intervenção dos dirigentes locais ainda é muito amplo. Cabe-lhes definir políticas de alocação

dos servidores, de dimensionamento quanti e qualitativo do efetivo de pessoal dos diversos órgãos, de capacitação e desenvolvimento, de tomada de decisão, de escolha das chefias etc. Essa definição exige respostas a questões fundamentais, tais como:

- quais são as necessidades de pessoal em termos quanti e qualitativos dos diversos órgãos da Universidade atualmente? e qual a previsão para os próximos anos?

- onde há excesso de pessoal? e onde há carência? por que isso acontece?

- quais são os locais de trabalho preferidos pelos funcionários no conjunto da Universidade? por quê?

- há locais que sejam rejeitados pelos servidores? Por quê? é possível fazer alguma coisa para modificar as condições que originam tal rejeição?

- quem são os trabalhadores da UFSC? o que pensam sobre seu trabalho e sobre seus chefes? como são suas relações com os colegas?

- como se sentem os servidores em relação aos estudantes e professores e vice-versa?

- de uma maneira geral os servidores gostam de seu trabalho? gostariam de introduzir modificações na maneira de executá-lo? ou no seu conteúdo? quais as suas sugestões para melhorar o desempenho do seu setor?

- como é o ambiente físico e psicossocial de trabalho nos diversos órgãos da UFSC? as pessoas gostam de seus locais de trabalho? que modificações gostariam de introduzir?

- quais são as necessidades de treinamento dos servidores, na sua opinião, na de seus chefes, na de seus subordinados?

A tentativa de responder a essas indagações exige, contudo, um referencial político mais amplo que é uma outra visão de administração das relações de trabalho, a qual difere radicalmente (nas suas raízes) das concepções vigentes da administração de recursos humanos, e que se esboça a partir das idéias acima colocadas. Não se trata aqui, é bom deixar claro, de negar a utilidade de instrumentos e recursos técnicos da área, mas de questionar o seu uso e propor uma releitura das suas implicações políticas e sociais. Na ausência de uma definição clara das premissas e critérios que devem orientar o relacionamento entre o servidor público, o seu trabalho (o serviço público) e seu empregador (o Estado), abre-se o espaço para arbitrariedades e soluções particulares em geral. Entre outras consequências, essa situação deteriora as relações de trabalho e desacredita os administradores junto aos servidores, alimenta o personalismo e perpetua as estruturas paralelas de poder baseadas nas redes informais de influência, prejudica o estabelecimento de um relacionamento sobre bases objetivas e profissionais e, enfim, tem reflexos negativos sobre o desempenho das organizações e da administração pública como um todo.

***"Na medida em que a organização dos trabalhadores veio se fortalecendo, a administração teve que buscar novas fórmulas - menos 'selvagens' - de perseguir seus objetivos".***



# Fidel Castro, "Doutor, Honoris Causa" pela UFSC

REPÚBLICA DE CUBA  
PRESIDENTE DEL CONSEJO DE ESTADO Y DEL GOBIERNO

La Habana, 13 de septiembre de 1993  
Profesor Antonio Diomario De Queiroz  
Rector  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis, Brasil

Estimado Señor Rector:

Significa para mí una alta distinción el título de Doctor Honoris Causa que el Consejo Universitario de esa ilustre institución ha tenido a bien conferirme. Lamentablemente, las circunstancias me han impedido haber estado presente en la ceremonia de entrega, como hubiese sido mi mayor deseo. Ruego a usted y a los demás miembros del Consejo que acepten mis excusas más sinceras.

Recibo esta honrosa dignidad académica que me otorga la Universidad de Santa Catarina en el entendido de que no se me concede a mí personalmente, sino al pueblo que ha logrado con su esfuerzo tesonero, a lo largo de más de treinta y cuatro años, alcanzar los resultados en la esfera de la educación y las ciencias de los que podemos hoy enorgullecernos los cubanos. Semerantes logros constituyen no sólo la demostración de lo que puede obtener un país del Tercer Mundo, aun en un campo tan complejo como el desarrollo científico, cuando existe la voluntad política y social para ello, sino el testimonio del papel singular de la ciencia y la técnica en el esfuerzo por vencer el subdesarrollo, el atraso y la pobreza.

Al reiterar nuestra gratitud a la Universidad de Santa Catarina por el título que hoy tan generosamente nos confiere, aprovecho para reafirmar nuestra vocación latinoamericana. Estoy convencido de que solamente mediante la unidad y la concertación de esfuerzos entre todos los pueblos de lo que José Martí con tanto acierto llamó Nuestra América, podrán nuestros países ocupar el lugar digno que les corresponde en un mundo cada vez más dominado por grandes conglomerados económicos.

Muchas veces he dicho que si nuestros países tienen la fortuna de contar con una historia compartida, con raíces semejantes en nuestra cultura y nuestra sangre, con similares problemas y hasta con una lengua común -- pues no es nada difícil que hispanoamericanos y brasileños se entiendan --, no hay otra solución para nuestros pueblos que compartir también un mismo destino.

En este empeño noble y urgente en favor de la imprescindible unión latinoamericana, la colaboración entre nuestras instituciones de enseñanza superior está llamada a desempeñar un papel de primer orden.

En el campo de la ciencia y la educación, como en todas las demás esferas de la actividad humana en las que nuestro país ha obtenido resultados particularmente notables, Brasil y sus instituciones educacionales y científicas podrán contar, como siempre han contado, con la total colaboración de Cuba. De otra manera no seríamos fieles a ese sentimiento latinoamericanista de hermandad que ha de estar en la base de las relaciones entre los gobiernos y los pueblos de nuestros países al sur del Río Grande.

Para la Universidad Federal de Santa Catarina, para su distinguido claustro de profesores, sus estudiantes y su colectivo de trabajadores no docentes, así como para todos los ciudadanos de esta ciudad y del estado, nuestros mejores deseos y el testimonio de mi mayor aprecio.

Fraternalmente,

  
Fidel Castro Ruz

No dia 29 de junho, por 31 votos a 8, o Conselho Universitário da UFSC aprovou a concessão do título de "Doutor, Honoris Causa" ao presidente de Cuba, Fidel Castro. Muitos conselheiros qualificaram aquela ocasião como "memorável". A concessão do título é uma homenagem ao trabalho do povo cubano nos setores da educação, saúde, ciência e tecnologia, simbolizado na pessoa de seu líder, e uma manifestação de repúdio ao bloqueio econômico imposto a Cuba, pelos Estados Unidos, há mais de três décadas.

Esta foi também uma oportunidade para o aprofundamento do debate político na UFSC. Ao aprovar a exposição de motivos, levada pelo diretor do Conselho Departamental do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, o prosseguimento da tramitação ficou condicionado à aprovação em assembléia geral do Centro, realizada no dia 22 de junho e marcada por intensos debates.

21 de setembro de 1993, é uma data histórica para a UFSC. Em sessão solene marcada pela emoção, pelo carinho e pela solidariedade latino-americana, é feita a entrega do título de "Doutor, Honoris Causa, ao Dr. Carlos Borroto, representante pessoal do Presidente de Cuba, Fidel Castro.



**Discurso do representante do conselho universitário, Prof. Luiz Fernando Schelbe<sup>1</sup>, na sessão solene de outorga do título de Doutor, Honoris Causa, ao presidente de Cuba, Fidel Castro, no ato representado pelo Dr. Carlos Borroto**

Em sessão de 29 de junho próximo passado, o conselho Universitário da UFSC concedeu ao Presidente de Cuba, Fidel Castro, o título de **Doutor, Honoris Causa**, como homenagem a todo o povo cubano por suas lutas, sua coragem e determinação, especialmente nos setores da Educação, da Saúde, da Ciência e Tecnologia.

Menos de três meses se passaram, até termos hoje a alegria, o prazer de efetuar a entrega desta que é a mais alta honraria de nossa Universidade ao representante pessoal de Fidel Castro, o Dr. Carlos Borroto, cientista ilustre e Deputado da Assembléia Nacional, e a quem aprendemos a respeitar e estimar, irmanados que nos sentimos em nossos ideais com relação a Cuba, ao Brasil e a todos os povos latino-americanos.

Assim, ao nos dirigirmos aqui ao Dr. Carlos Borroto, na presença também do ilustre Embaixador de Cuba no Brasil, o Dr. Carlos Bolaños Suarez, temos a tranqüila certeza de que nos dirigimos ao cientista irmão e amigo, ao representante do Presidente Fidel Castro, que receberá cópia desta saudação e a gravação em vídeo de toda a cerimônia, mas principalmente ao representante de todo o povo cubano, alvo desta justa, sincera e solidária homenagem.

Em menos de três meses desde a histórica sessão do Conselho Universitário que aprovou o título, vivemos no Brasil o choque de assistir a demonstrações brutais de violência de brasileiros contra brasileiros: à palavra CARANDIRU, que já ressoava em nossos ouvidos, juntaram-se as palavras CANDELÁRIA, YANOMAMI, VIGÁRIOGERAL.

Como um contraponto ainda tímido à explosiva situação geradora dessa violência, tivemos demonstrações de ruas e moções de repúdio e, na sexta-feira passada, dia 17, a instalação, aqui na Ufsc, de mais um comitê da AÇÃO UNIVERSITÁRIA CONTRA A MISÉRIA E A FOME, E PELA VIDA.

Há tanto que fazer no Brasil, por quê nos lembrarmos de Cuba?

Há tantas crianças famintas, sem casa e sem escola no Brasil, por quê mandar um lápis para Cuba?

Precisamos tanto de ajuda, por quê, então,

despertar, talvez, a má vontade e o rancor de deputados e governadores, vizinhos de Cuba ou nossos vizinhos, homenageando o povo cubano através da concessão de um título tão significativo àquele que é agora considerado aparentemente seu maior e mais temível inimigo, o barbudo Fidel Castro, por alguns jornalistas supostamente bem informados, reiteradamente rotulado como "o último ditador em pé sobre a face da terra?"

Pois sabemos que em Cuba nenhuma criança morre de fome; que por humildes que sejam, em Cuba as crianças têm um teto como abrigo; e que por distante que vivam, têm uma escola onde aprender. E no entanto, especialmente nos últimos dias, nossos jornais estão cheios de descrições sobre as imensas dificuldades enfrentadas no dia a dia por todo o povo cubano. Terá falhado a Revolução, tal como teria sido liquidada, com o esfacelamento do bloco socialista liderado pela União Soviética, qualquer esperança fora do sistema capitalista?

Se acreditamos na História, não podemos acreditar em transformações mágicas na vida dos povos, nem mesmo com uma linda "Revolución".

Todo o povo cubano apoiou suas lideranças na clara opção pela saúde, pelo domínio da ciência e da tecnologia, pela educação. Educação, saúde, ciência não são fins em si, mas meios para se atingir o objetivo de uma vida longa, plena, saudável, digna e feliz para todos.

Quem educa não pode esperar outro resultado do que homens livres, aptos a decidir soberanamente sobre o projeto de suas vidas e sobre os destinos de seu povo. Pois, segundo José Martí, o respeitado professor que liderou tantas lutas pela independência de Cuba, e cujos pensamentos lá estão presentes em faixas, cartazes, monumentos, em todos os discursos (inclusive neste):

**"HOMBRES RECOGERÁ QUIEN SIEMPRE ESCUELAS".**

"Colherá homens, quem semeie escolas".

Sabiam disso líderes da Revolução, e entre eles Fidel Castro, quando semearam escolas por todo o país, de rincão a rincão.

Está é a circunstância que torna única, no contexto latino-americano moderno, a façanha que aqui estamos homenageando.

A semente, plantada em solo fértil, germinou e cresceu, apesar de todas as dificuldades impostas desde fora. E agora, quando todo um povo deveria aproveitar seus frutos, vê-se impedido de fazê-lo.

Ao verificar os prejuízos ocasionados à economia cubana, arrochada por mais de trinta anos de bloqueio ocidental, pelo desmantelamento do bloco soviético. Torricelli e seus colegas do Congresso Norte-americano acrescentaram mais algumas voltas no garrote econômico, fazendo com que se

1. Universidade Federal de Santa Catarina, professor Luiz Fernando Schelbe, Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas.



**"Pois sabemos que em Cuba nenhuma criança morre de fome; que por humilde que sejam, em Cuba as crianças têm um teto como abrigo; e que por distante que vivam, têm uma escola onde aprender."**

possa dizer, como Fidel Castro, que "o bloqueio não é simplesmente a proibição do comércio entre Cuba e os Estados Unidos, é todo o aparelho governamental do império dedicado ao exercício do bloqueio e à sistemática do bloqueio. E por isso, de cada dez pessoas que querem fazer operações comerciais com Cuba, nove desanimam".

Numa conjuntura internacional completamente desfavorável aos países produtores de alimentos e matérias primas, e com sua produção prejudicada ainda neste ano pela força da "Tormenta do Século", Cuba vive hoje a situação singular de um povo saudável e instruído, de natureza alegre e descontraída, a quem faltam as matérias primas e principalmente o combustível necessários para permitir o acesso aos bens de consumo mais comecinhos. Faltam lápis, pastas de dente, sabonete, papel, caneta esferográfica...

De nada adiantou a condenação do bloqueio e da Lei Torricelli pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em novembro de 1992. Nem têm os Estados Unidos nada a temer dos atuais governantes da grande maioria dos países latino-americanos, inclusive o Brasil, com seu silêncio cúmplice em relação aos que querem ver fracassada a tarefa da revolução, e em relação aos sofrimentos impostos ao povo cubano pelo bloqueio, mas mais do que isto, um silêncio criminoso em relação aos ideais de solidariedade entre os povos, e em relação à nossa crença em um futuro melhor para a humanidade.

Pois é justamente o nosso direito a esta crença, a este sonho, a esta utopia, que nos está sendo subtraído por mais esta forma mesquinha de impo-

sição desta ideologia neoliberal, ao tentar nos impingir a noção de um capitalismo triunfante como o fim da História, eliminadas quaisquer possibilidades. E nos perguntamos, entre atônitos e inconformados, se teremos que admitir como sendo o melhor que a humanidade conseguirá produzir, esta situação mundial em que até nos países mais desenvolvidos a miséria e a fome vitimam porcentagens cada vez mais significativas da população, excluindo seres humanos desde o nascimento, do direito de sonhar com uma vida digna e feliz.

É porque não nos conformamos com esta situação que participamos dos movimentos pela ética na política, e da ação contra a fome e a miséria, e pela vida.

É para tentar contribuir para que o povo cubano possa permanecer em pé, embora tendo para isso que sustentar hoje praticamente sozinho o peso descomunal do tacão da bota do "Gigante das Sete Léguas", que erguemos a nossa voz, solidários, contra o bloqueio.

É por teimar em confiar na utopia, e por acreditar na educação, e nos cuidados com a saúde, e nos investimentos na ciência e na tecnologia, como formas de caminhar na direção desta utopia, que com orgulho entregamos hoje ao Dr. Carlos Borroto, representante pessoal do Comandante FIDEL CASTRO, que liderou e simboliza as lutas, a coragem e a determinação do povo Cubano, o título de Doutor, Honoris Causa, pela UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA, dizendo, como o poeta Geir Campos, ontem mesmo lembrado nesta casa:

Meu ofício é cantando revelar  
a palavra que serve aos companheiros;  
mas se preciso for calar o canto  
e em fainas diferentes me aplicar  
unindo a outros meu braço prevenido,  
mais serviço que houver será servido.

**Discurso proferido na cerimônia de concessão do título de Doutor, Honoris Causa, ao Comandante Fidel Castro, pela presidente da APUFSC-SSInd, professora Bernardete W. Aued**

Com muito orgulho e emoção estamos neste momento fazendo a entrega do material escolar arrecadado, na campanha "Dê um lápis para Cuba", durante esta semana entre os professores, alunos e servidores desta Universidade. Com este gesto, simbolicamente, estamos reafirmando nossa solidariedade e apoio à revolução socialista que os Cubanos estão procurando corajosamente, construir. Sabemos que inúmeras dificuldades

Sessão solene de entrega do título, no auditório da Reitoria



James Tavares



ameaçam esta construção, pois não lhes faltam apenas lápis. Lápis "Johann Faber", assim como borracha e papel, são objetos impedidos de entrar em Cuba. Com este gesto, querem os estados capitalistas, particularmente os EUA, privá-los de triviais "coisas" da sociedade de consumo e sobretudo por à prova o caminho escolhido de autodeterminação.

É sempre interessante lembrar que a "Lei Torricelli" foi instituída no tempo da "Guerra Fria", diante da pretensa ameaça da revolução socialista.

Hoje porém, transcende este objetivo na medida em que a ameaça à soberania nacional é extensiva a todos os países, cujos interesses colidam com os dos EUA e de alguns outros países. No caso brasileiro, a Amazônia é vista como de interesse estratégico norte-americano, o que nos faz, também, passíveis de bloqueios.

Esta campanha simbólica é, na verdade, mais uma homenagem ao povo cubano do que a solução do problema. Com este gesto, queremos nos somar àqueles que resistem, insistem, que teimam em viver uma sociedade diferente.

Ensejamos que estes lápis possam ajudar as crianças cubanas a dar continuidade no processo de "escrever" a história de resistência ao bloqueio econômico a que foram submetidas e que continuam, também, "escrevendo" este ousado projeto de construir uma sociedade de homens dignos.

Que viva o povo cubano

Que viva o socialismo

Que viva o povo latino-americano

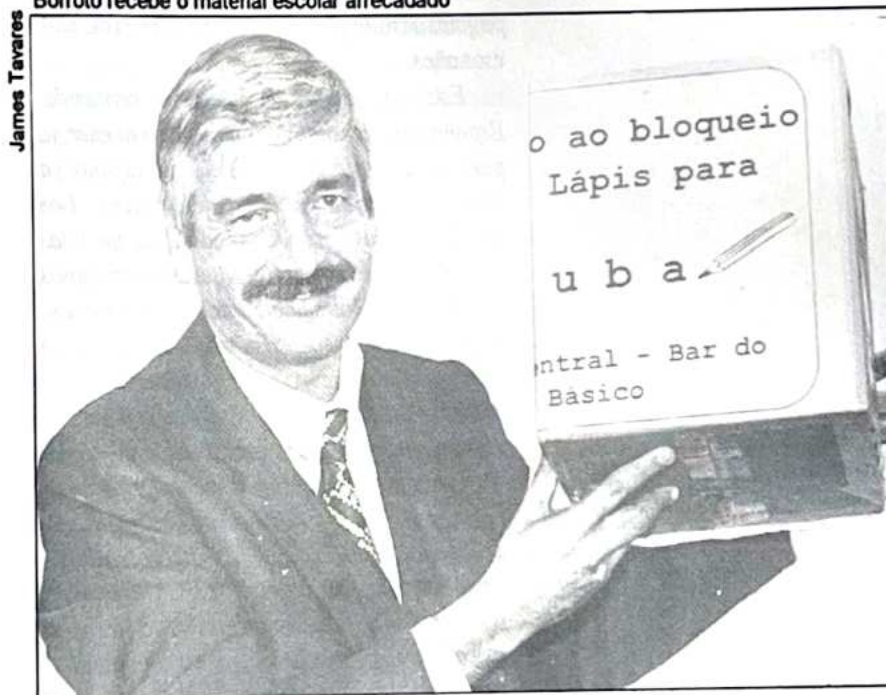
**Discurso proferido pelo Dr. Carlos Borroto, deputado da Assembléia Nacional popular, representante do presidente de Cuba, na sessão solene de outorga do título de Doutor Honoris Causa, ao comandante Fidel Castro, pela Universidade Federal de Santa Catarina**

Es para mi motivo de especial satisfacción dirigirme a Uds hoy en tan solemne ocasión y permitan me exponer algunas ideas acerca de la obra social y educacional cubana, muy especialmente en relación a la Educación superior y a su papel en la construcción de una sociedad justa y democrática.

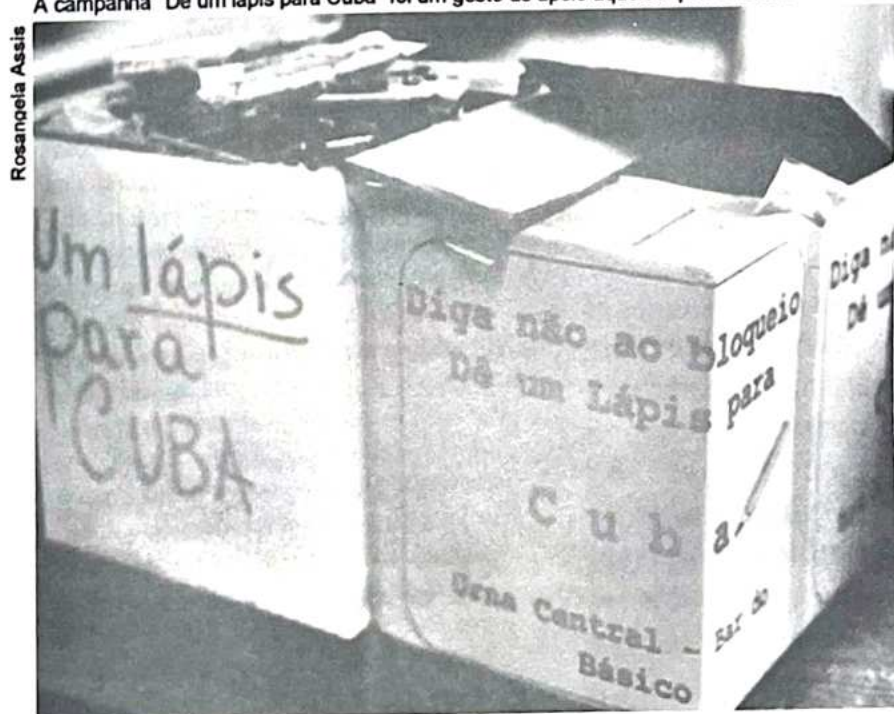
Dr. Esta obra ha sido inspirada y dirigida personalmente por el Fidel Castro, a quien acaban de honrar Uds. con el título de Doctor Honoris Causa. Tanto él, como Uds. y yo, hubiéramos preferido que fuera el propio Presidente Fidel

**'Colherá homens, quem semeia escolas'. Saibam disso os líderes da Revolução, e entre eles Fidel Castro, quando semearam escolas por todo o país, de rincão a rincão.'**

Borroto recebe o material escolar arrecadado



A campanha "Dê um lápis para Cuba" foi um gesto de apoio àqueles que resistem





**"...desde del inicio de la concepción des desarrollo revolucionário... estaba claro el papel que debía jugar la educación em todo el proceso, si queríamos ver verdaderamente libres."**

Castro quien les dirigiera estas palabras, pero me encargó que lograra transmitirles que causas ajenas a su voluntad se lo han impedido como era su máximo deseo.

Cuba fue la última colonia de España en América Latina. La primeira guerra de independencia se inicia por Carlos Manuel de Céspedes en 1868 y continúa bajo la guía de nuestro héroe nacional José Martí, cuyo genio político rebasó las fronteras de su tierra y su época.

Sin recursos, sin suministros, sin logística, con una población que apenas rebasada el millón y medio de habitantes, el pueblo de Cuba combatió contra doscientos mil soldados coloniales. Bellas páginas de valor y heroísmo se escribieron durante esos años.

Esta vez, después de 3 años de contienda, España estaba exhausta, sin recursos ni energía para continuar la guerra. El ejército español ya sólo controlaba las grandes plazas. Los revolucionarios dominaban todo el campo y las comunicaciones interiores. Muchos prestigiosos generales españoles habían sido derrotados a lo largo de la contienda. Es entonces cuando se produce la intervención militar norteamericana en 1898. Cuba adquiere su independencia formal en 1902, el país simplemente había cambiado de amo.

Los gobiernos corruptos y las intervenciones norteamericanas que se sucedieron en las primeras décadas de la república neocolonizada, cumplieron la misión de entregar al amo extranjero las riquezas del país. El pueblo rebelde y valeroso que asombró al mundo con sus hazañas patrióticas, se vio obligado a seguir viviendo como paria en su propia tierra.

Es en ese contexto que surge el movimiento revolucionario comandado por Fidel Castro, que después de varias acciones políticas se decide por la lucha armada por conquistar la independencia y realiza su primera acción en el asalto al Cuartel Moncada, en la ciudad de Santiago de Cuba en julio de 1953. El asalto al Cuartel Moncada no significó el triunfo de la Revolución en ese instante, pero señaló el camino y trazó un programa de liberación nacional. No siempre en la historia los reveses tácticos son sinónimo de derrota.

Fidel, en su histórico alegato, ejerciendo su autodefensa después del revés inicial del asalto al Cuartel Moncada, alegato conocido como la "HISTORIA ME ABSOLVERA", de acusado se tornó en acusador y denunció la situación precaria que los gobiernos de la seudorepública habían sumido a Cuba.

En su alegato esbozó el programa para construir una sociedad JUSTA Y DEMOCRÁTICA, que enfatizaba en 6 programas iniciables, que se llevarían a cabo al triunfar la revolución que

comandaba, estos eran:

- El problema de la tierra
- El problema de la industrialización
- El problema de la vivienda
- EL PROBLEMA DE LA EDUCACION
- El problema de la salud
- Unido a las conquistas de las libertades públicas y la democracia política.

Podemos observar como desde el inicio de la concepción del desarrollo revolucionario por la máxima dirección del movimiento, estaba claro el papel que debía jugar la educación en todo el proceso, si queríamos ser verdaderamente libres.

Después vino la prisión en Isla de Pinos, el exilio en las hermanas tierras mexicanas, la expedición y desembarco en el yate Granma en diciembre de 1956, los días gloriosos de la Sierra Maestra que culminaron con la victoria revolucionaria del 1.º de enero de 1959.

Comenzaba una nueva etapa, muy compleja para la Revolución cubana: llevar a efecto su programa de construcción de una sociedad justa y democrática. Esto suponía la transformación de la sociedad desde sus mismos cimientos. En la esfera educacional el Gobierno Revolucionario se enfrentaba resumidamente a la siguiente crítica situación docente educativa:

- Inexistencia de un sistema docente-educativo científico y coherente, debidamente articulado en sus niveles; ausencia de un sistema de formación de profesores de enseñanza secundaria.

- Corrupción bastante generalizada en el Ministerio de educación de entonces.

- Un ridículo presupuesto para la enseñanza, malversado o robado.

- El abandono sistemático de la escuela pública.

- Más de 600.000 niños sin escuelas primarias, especialmente en zonas rurales.

- Un millón aproximado de analfabetos y cientos de miles de semi-analfabetos.

- Diez mil maestros desocupados.

- Sólo el 18% de los jóvenes con edad adecuada estaban incorporados a la enseñanza media.

- Una estructura de matrícula distorsionada en los niveles medio y superior, por el predominio de carreras no fundamentales para el desarrollo socio-económico del país.

- Unos dos mil alumnos de un reducido total de quince mil estudiantes del nivel superior asistiendo a las universidades privadas, mientras las universidades estatales se mantenían cerradas, debido a la actitud combativa estudiantado frente a la tiranía.

#### ESTRATEGIA GENERAL EDUCACIONAL DE LA REVOLUCION

Siendo consecuente con su programa, después

**"La educación superior tiene el deber ineludible de participar de manera concreta, científica y con un espíritu iminentemente revolucionario en la solución de los problemas a que se enfrenta la nación."**



del triunfo de la revolución en enero de 1959 se desarrolló un vigoroso programa educacional, esbozado en la "Historia me Absorberá" y enriquecido con el que hacer revolucionario, obteniendo entre otros, los siguientes resultados y logros al cabo de unos pocos años:

- Nacionalización de la enseñanza y su real carácter gratuito.

- El problema de la alfabetización no fue sólo un imperativo humano y social; fue, ante todo, un problema vital y base del desarrollo educacional alcanzado por el país a partir del triunfo revolucionario. La alfabetización general de la población, se logró en 1961, a los dos años del triunfo revolucionario, año que se denominó "de la Educación" y que coincidió con la gran victoria de Playa Girón.

- La Educación Obrera y Campesina, que culminó con el establecimiento del subsistema de Educación de Adultos.

La expansión de las escuelas primarias a todos los rincones del país y la elevación del nivel de escolaridad. En Cuba existen 9.346 escuelas primarias, con una matrícula superior a los 900.000 alumnos y una retención escolar del orden del 99%.

- El establecimiento del sistema de becas con régimen de internado y la creación del régimen de semi-internados para los alumnos de la Enseñanza General.

- La creación de la carrera professoral de la Enseñanza Media, la red de Escuelas Formadoras de Maestros y el sistema de superación del personal docente.

- El establecimiento de una red de Centros de Enseñanza Técnica y Profesional para la formación de obreros calificados y técnicos medios.

- La generalización en los niveles medio y superior del principio marxista y leninista que combina el estudio y el trabajo.

- El establecimiento de los Círculos Infantiles y la creación del subsistema de educación especial para los que presentan limitaciones físicas o mentales. Existen en la actualidad más de 1.100 Círculos Infantiles con una matrícula de 150.000 niños y más de 500 escuelas especiales con más de 60 mil alumnos.

Algo que caracteriza, que marca, todo el sistema educacional cubano, es la combinación del estudio con el trabajo.

En nuestra educación la combinación del estudio con el trabajo - variante fundamental del principio de vincular la teoría con la práctica, la escuela con la vida y la enseñanza con la producción - tiene dos profundas raíces teóricas que se integran en el pensamiento formulado por el Presidente Fidel.

- El objetivo de la educación es preparar el

individuo para la vida social, su función en la sociedad y su tarea en la sociedad. Y esto está indisolublemente vinculado al trabajo, a la actividad que ese ser humano tiene que desempeñar a lo largo de su vida.

Educar al hombre, entre otras cosas para la producción, para los servicios, para servir a los demás, para cumplir con sus más elementales obligaciones.

**HÁ DE SER EL TRABAJO EL GRAN PEDAGOGO DE LA JUVENTUD.**

- Un subproducto de la combinación del estudio y el trabajo ha sido sin duda la creación, como resultado del mismo, de cuantiosas riquezas, resolviendo el país otra importante contradicción: la contradicción entre su pobreza y la necesidad de desarrollar de forma más amplia la educación de la juventud.

La Revolución Cubana, al triunfar el 1º de enero de 1959 e iniciar su etapa transformadora, encontró ante sí que la educación superior no estaba preparada para satisfacer las demandas que el desarrollo económico, político y social del país exigía, en lo referente al tipo de especialista idóneo -in en las cantidades necesarias, ni con la calidad requerida- en una situación internacional que comenzaba a mostrar los rasgos de una profunda revolución científico-técnica.

El concepto mismo de la educación superior estaba en quiebra. La Universidad había abonado con generosa cuota de mártires y combatientes la causa de la libertad nacional. Sin embargo, en dramática pero inexplicable paradoja, por sobre sus contribuciones harmosas seguían persistiendo y haciéndose aún más graves los viejos males docentes.

En la educación superior se comienzan a producir cambios sustanciales en tanto se plantea que la misma contribuya, como un factor de primera importancia, al logro de los objetivos y aspiraciones que se exige en el plano del desarrollo económico y social del país.

Un momento trascendente de esas transformaciones se produce con la Reforma de la Enseñanza Superior que entra en vigor el 10 de enero de 1962.

A partir de la reforma universitaria, se producen profundas transformaciones en nuestras universidades. La adopción de planes y programas de estudio con bases científicas, el surgimiento de nuevas carreras de acuerdo al desarrollo del país, el cambio de estructura de matrículas a favor de las ramas científicas y tecnológicas, la organización de las investigaciones junto al proceso docente, y la democratización de la vida universitaria, entre otras medidas, propiciaron un cambio cualitativo en los centros superiores de enseñanza.

**"La docencia debe ser formadora y no informadora."**

**"Cuba vive hoy momentos, por un lado por la desaparición del campo socialista y por otro por el redrudimiento del injusto, inhumano e legal bloqueo por parte de los Estados."**



La educación superior tiene el deber ineludible de participar de manera concreta, científica y con un espíritu eminentemente revolucionario en la solución de los problemas a que se enfrenta la nación. Ello no se logra con palabras altisonantes ni con compromisos formales; se logra en el trabajo diario, en la formación de profesionales con un alto nivel científico-técnico, comprometidos emocionalmente con los principios más sagrados de nuestra herencia humanista y solidaria; en la clara proyección de una actividad de posgrado que tienda a dotar a nuestros profesionales de las herramientas teóricas y prácticas que les permitan enfrentar los retos del desarrollo impetuoso y desafiante de la revolución científico-técnica; en la utilización óptima del personal humano, nuestro mayor capital en las universidades, en la investigación, haciendo de la ciencia una fuerza productiva decisiva para el desarrollo socioeconómico, político y cultural del país.

Estamos conscientes de que para lograr la formación de un graduado que responda a los intereses de nuestra sociedad, que sea capaz de coadyuvar a su desarrollo, se hace necesaria una verdadera formación para la vida, en la vida y por la vida y ello es, ante todo, la formación para el trabajo, en el trabajo y por el trabajo. Esta es la única forma de materializar en nuestras universidades el principio de la vinculación del estudio con el trabajo.

• El proceso docente-educativo se desarrolla en las aulas universitarias, pero trasciende sus muros y se realiza paralelamente en las industrias, en las granjas, en los tribunales y bufetes, los centros hospitalarios y escolares, en la comunidad. Su formación es armónica: aprende haciendo, aprende investigando.

Aquí se pone evidencia la necesidad de tener presente en la aplicación de la combinación del estudio y el trabajo, prevenir contra el practicismo que desprecia la importancia del conocimiento de la verdad, concretado en teorías, y al mismo tiempo contra la teorización que, al despreciar la práctica, conduce a errores especulativos. No podemos olvidar que la práctica es un elemento de la realidad en la que el conocimiento y la actividad se unifican.

La docencia debe ser formadora y no informadora. Es un hecho probado bajo disímiles circunstancias y condiciones que cuando la universidad transforma el medio, transforma a la vez a sus educandos.

Las universidades cuentan con el mayor potencial científico de nuestros países, incluyendo sus profesores, investigadores y estudiantes; estos últimos dan además la posibilidad de una constante renovación de la parte más joven de ese poten-

cial. Esos jóvenes están en una edad óptima para su creación intelectual y físicamente aptos para los mayores sacrificios, cuando se les logra motivar adecuadamente.

La actividad científica permite además una influencia determinante de las universidades en el desarrollo de sus regiones de influencia y el país en general. Debe aportar a la vez resultados básicos para la ciencia internacional en la materia que se trate.

Para lograr esto en la práctica consideramos importante:

- Se creen en ellas un ambiente de creación científica, de debate y de confrontación de ideas y conceptos.

- vincular gran parte del trabajo científico a las principales líneas estratégicas y de desarrollo socioeconómico del país.

- uso amplio de estudiantes en el trabajo científico.

- lograr una cooperación estrecha entre las facultades de una universidad, entre diferentes universidades y con otros organismos y dependencias del sector productivo, con un enfoque multidisciplinario del trabajo científico.

- promover y lograr se haga imprescindible un intensivo uso de la literatura científico-técnica.

- concebir desde su planificación la ejecución y obtención de resultados científicos a ciclo cerrado, es decir incluyendo su introducción en la práctica social. No se puede sentirse satisfecho con obtener un resultado, si este no se aplica, si este no contribuye al desarrollo de una sociedad mejor para su pueblo.

#### Colegas:

Al aplicar estos principios del incremento del papel de la universidad en la transformación de la sociedad, se cambia el propio concepto de la universidad intramuros y resulta cada vez más difícil deslindar cuando se está realizando una actividad docente, de investigación, de posgrado o productiva, se produce un proceso que vama allá de la colaboración para convertirse en una verdadera integración de la universidad con su entorno social, cuya mayor recompensa es saber que se está contribuyendo de forma activa, sin recetas, sin dogmatismos, a que nuestros pueblos vivan en una sociedad mejor.

En nuestro país le concedemos gran importancia a la alta responsabilidad del profesor en sembrar las ideas más puras de la justicia social en las mentes de su educandos. No puede pasar inadvertido que es en nuestras aulas universitarias donde nuestros jóvenes pasan definitivamente de la adolescencia a la adultez, donde y a definen para siempre rasgos de su personalidad de ciudadano, de



trabajador, de su nacionalidad.

Cuba vive hoy momentos difíciles, por un lado por la desaparición del campo socialista y por otro por el recrudecimiento del injusto, inhumano e ilegal bloqueo por parte de los Estados Unidos.

Es sabido que las limitaciones materiales pueden engendrar deformaciones de la personalidad. Podremos tener pobreza material, pero lo que no podemos, ni tendremos nunca, es pobreza espiritual. La honradez, la dignidad, el decoro, el sentimiento de responsabilidad individual, el odio a la reacción, ya todo tipo de injusticia social, el desprecio al fraude, al plagio, a la mentira, son valores, actitudes y rasgos que se forman, no son innatos.

No pueden escatimarse esfuerzos cuando de lo que se trata es de formar personalidades que junto con un sólido desarrollo académico y científico muestren altos valores éticos y patrióticos y ostenten con orgullo su condición de su nacionalidad y de ser latinoamericanos.

**Colegas, hermanos de la comunidad universitaria de Santa Catarina, que con esta alta distinción no sólo honran al Presidente Fidel Castro, sino a todo el pueblo cubano:**

En estas breves palabras he tratado de exponerles nuestras concepciones sobre el papel de la Educación superior en la construcción de una sociedad justa y democrática. No considerando que todo lo hemos hecho perfectamente, ni que hemos alcanzado la excelencia en todos los temas expuestos. Creo con modestia, que Cuba puede sentirse orgullosa de lo que ha logrado en la esfera de la educación, pero al mismo tiempo que es mucho lo que puede hacerse por continuar desarrollándola y es precisamente en los contactos crecientes entre nuestros centros educacionales y países en general, que podamos transmitirnos las mayores experiencias.

El que les habla tenía 3 años cuando al asalto al Cuartel Moncada, 6 años cuando el desembarco del Granma y 8 al triunfo de la Revolución en enero de 1959. Soy una expresión y resultado genuino de la revolución cubana, y en especial de su sistema educacional.

He tenido el privilegio además de haber tenido contactos con Fidel desde la etapa estudiantil, hasta la actualidad, de haber escuchado sus ideas desde entonces, como siempre fue el que más lejos, vio a donde debíamos llegar y como nos los fue enseñando a todos, como nos impregnó su entusiasmo, su optimismo, su fe en la victoria, su irrestricta adhesión a los más puros ideales.

Se destacan también en Fidel su honestidad y sinceridad revolucionarias, su modestia y su gran sensibilidad humana, que mucho han tenido que ver con la construcción de la nueva sociedad y del

hombre nuevo que ella reclama.

Estima que ésta, tan alta distinción que hoy Uds. le otorgan y que yo tengo el honor de ser portador, está en correspondencia con sus ideas y su quehacer práctico en el terreno social y específicamente en el terreno de la educación, por sus ideas y ejecución en la práctica de los aspectos estratégicos del programa educacional cubano, como son, entre otros: la participación de todo el pueblo en la tarea educacional, la combinación del estudio con el trabajo, la formación integral de las nuevas generaciones, la universalización de la enseñanza, la participación de las universidades en la construcción de la nueva sociedad y sobre todo, por su ejemplo personal en este proceso, que no sólo es guía indiscutible de todo el pueblo cubano, sino que trasciende sus fronteras hacia su gran patria latinoamericana.

El hecho que un pueblo como el de Santa Catarina y una universidad con tanta tradición y excelencia como la Universidad Federal de Santa Catarina haya reconocido esos valores en la persona del Dr. Fidel Castro, nos llena de orgullo a todos los cubanos y en el orden personal les agradezco que hayan aceptado que sea portador de tan alto estímulo y les prometo transmitirle todo el cariño y admiración con que han Uds. organizado esta solemne actividad.

Quisiera expresarles finalmente que bajo la certera dirección del Comandante en Jefe Fidel, los cubanos seremos siempre fieles a nuestros principios y al resistir y defender la Revolución, defendemos no sólo la sociedad digna, justa y democrática que pese a todas las adversidades seguiremos edificando, no sólo defendemos nuestra sociedad sin mendigos, sin analfabetos, sin desamparados, nuestra sociedad con escuelas y hospitales y justicia y dignidad para todos, defendemos también la patria definitivamente liberada, la patria que nadie, jamás nos podrá arrebatarnos.

Muchas Gracias

Carlos Borroto profiere su discurso

James Tavares





# Da crítica ao capitalismo às revisões do socialismo

Entrevistadores

Apufsc-SSind

Transcrição e tradução: Amílcar  
D'Ávila de Mello

***“A concepção materialista da História continua sendo, pelo menos para um historiador, um princípio, um método de investigação e de análise.”***

**P**lural: Se ainda houver espaço para o socialismo no mundo contemporâneo, que tipo de socialismo é viável? Seria o “socialismo verde”, conforme I. Galthung R. Bahro?

Hobsbawn: Na minha opinião, no mundo contemporâneo há espaço para o socialismo, e mais do que isso, a necessidade de uma crítica permanente e profunda ao sistema capitalista. Esse também é o ponto de onde, não diria, recomendar, porque nunca foi abandonado, mas de onde iniciar o trabalho para restabelecer socialismo. No que se refere ao socialismo como um sistema de instituições, um mecanismo de condução da economia, parece-me que aí há necessidade de revisões bastante grandes, inclusive de revisões de crenças, de teses de quase toda a tradição socialista. Acho, por exemplo, que a idéia da abolição total do mercado não é viável, e nem desejável, pois acredito que o mercado não apenas contém uma certa garantia, digamos, da racionalidade econômica, pelo estudo de demanda, como também é um modo de estabelecer o que as pessoas desejam, as satisfações de cada um, através do qual elas estão preparadas para gastar dinheiro.

Um dos elementos negativos da velha União Soviética, foi o fato deles terem descuidado quase totalmente de certas necessidades, digamos, que cada mulher sente, não? Havia uma grande escassez de absorventes higiênicos durante uma grande época... E isso porque não havia modo de expressar a demanda dessas coisas, existente no caso de uma economia de mercado... Nesse sentido, parece-me então que o problema não é um socialismo totalmente organizado e, ainda menos, centralizado.

Mas, a causa, o argumento pró-socialismo, deve sofrer revisões, porque no passado ele expressou em grande parte uma experiência que não existe mais. Por exemplo, o argumento do período entre guerras de que somente o socialismo podia garantir o crescimento econômico parecia bastante lógico, pela época, pelo contraste com a crise das grandes depressões do capitalismo. Agora sabemos muito bem que o problema do crescimento da produção pode ser solucionado pelo próprio capitalismo, o mesmo não acontecendo com outros problemas. Por exemplo, o problema da distribuição, de como organizar os bens públicos, os produtos e serviços a que todos devem ter acesso.



Há um imperativo social, moral, ético, que impõe certos valores, e parece-me que, neste sentido, esta é a função do socialismo. Na minha opinião, no futuro próximo, todas as economias deverão ser a combinação de elementos públicos e privados. Isto aplica-se a economias capitalistas e socialistas.

**Plural:** Por onde recomendar o sonho socialista? Por um retorno a Marx, ou, a partir de teorias concretas que apontam para uma democratização da sociedade capitalista?

**Hobsbawn:** Eu sempre fui da opinião, que também é a opinião do marxismo da II Internacional, que a concepção materialista da história é o coração, o próprio centro do marxismo. Ela continua sendo, pelo menos para um historiador, um princípio, um método de investigação e de análise. A outra questão é, digamos, o elemento utópico que existe em Marx e em todos os outros socialistas, ou seja, o problema não é o simples melhoramento da sociedade atual, e sim o de mudar. Sem esta consciência da necessidade de mudanças verdadeiramente profundas não haveria socialismo e não haveria, na minha opinião, futuro para a humanidade.

Não quero, com isto, dizer que concordo com o ceticismo de Marx quanto às utopias concretas, o esboço de tipos de instituições utópicas. Isto também me parece uma crítica ao comunismo soviético, que já se dizia ser um socialismo em vias de desenvolvimento em direção ao comunismo, mas o conceito de que há alguma coisa além. Isto também está além das necessidades de democratização das sociedades e estados atuais.

**Plural:** O senhor concorda que hoje vivemos uma crise do Estado-Nação? Ele seria pequeno demais para enfrentar questões colossais, ou demasiadamente grande para dar conta de questões locais? Diante dessa problemática, existiria a emergência de algo novo, como uma sociedade civil nova, ou alguma outra forma de espaço público?

**Hobsbawn:** Eu pessoalmente acredito que há necessidade da revisão do conceito de estado contemporâneo, que é fundamentalmente o de um território com todos os seus habitantes, com fronteiras fixas, entendendo tudo que acontece no interior desse território. Este conceito de estado territorial já está em grandes dificuldades, em face da evolução, do surgimento de uma economia não apenas mundial como também trans-nacional. Uma economia que não pode, portanto, ser definida em termos territoriais, pois opera através de outros tipos. Como no passado pré-capitalista havia tipos de governo que não foi possível definir em termos de território e de população, porque havia a possibilidade de

integrar várias comunidades em um mesmo império.

Creio que, por exemplo, uma grande parte dos conflitos entre grupos étnicos e outros, tem as suas raízes precisamente na competição pelo controle de um único território. A possibilidade de uma entidade política pluralista é bastante difícil na ótica de um estado territorial, que é por natureza homogêneo e monopoliza tudo o que existe em seu interior.

**Plural:** A que tipo de conflito o Sr. se refere? Aos conflitos que estão ocorrendo na Jugoslávia ou aos conflitos da guerra do Líbano?

**Hobsbawn:** Há todo tipo de conflitos. Mas de conflitos étnicos, esses são bons exemplos. É bem verdade que os exemplos históricos de tais governos, entidades, são bastante antigos e, portanto, não são muito fáceis de aplicar em uma situação moder-

**"No capitalismo neo-liberal não há nenhuma solução para isto. Pelo contrário, como se viu nos anos 80, e como se tem visto no Brasil nos últimos 30 ou 40 anos, há uma má distribuição cada vez maior da renda, da riqueza da sociedade".**

Fotos Rosângela Assis





**"...o problema não é o simples melhoramento da sociedade atual e sim o de mudar, de reconhecer que alguma coisa que não vale nesta sociedade e que precisa ser mudada."**



na. Por exemplo, os antigos impérios, romano, bizantino, etc, que tem certos elementos que não são territoriais, e que não tem conceito de um território governado unicamente por um centro, não são exemplos fáceis de encontrar e estão muito distantes no tempo. O que quero dizer é que há outras maneiras de organizar sociedades políticas, que são diferentes da sociedade atual.

Neste momento há possibilidade de descentralização, de federalismo, de vários modos. Temos vários modelos de federalismo. Há federalismos muito centralizados, como o de vários países da América Latina. Há também um federalismo bastante descentralizado como o da República Alemã onde os "Länder" (governos estaduais) têm uma função bastante importante em certos sentidos, inclusive nas finanças. É claro que acredito que a centralização deve ser muito limitada; limitada unicamente a certas funções que não podem ser descentralizadas. A tradição jacobina de um estado nacional regido e administrado por um único centro não creio que tenha hoje grandes possibilidades.

**Plural:** O Prof. Robert Kurz, em seu livro "O colapso da modernização", falando sobre o Terceiro Mundo, diz que o sistema da moderna mercadoria estaria em seu final, porque esse sistema se encerrou em seu círculo de produtividade e não conseguiria integrar a maioria da população mundial em sua lógica. O senhor concorda, ou qual a sua opinião sobre as conclusões?

**Hobsbawn:** Sim, o problema é bastante importante. Até um século atrás, e talvez, no Terceiro Mundo, até há meio século atrás, a maior parte da população vivia da agricultura, uns 80% da população viviam disso, produziam os cultivos, os alimentos, para as demais pessoas. Agora sabemos que é possível produzir todos os alimentos, todas as matérias-primas de que o mundo necessita com uma porcentagem infinitamente pequena, por exemplo, nos EUA, na Grã-Bretanha, no Canadá, algo como de 3% a 4% da população ativa. É verdade que no passado grande parte das pessoas economicamente ociosas encontrou outros empregos, outras formas de ganhar a vida nas cidades, nas fábricas, em serviços de uma sociedade mista e, agora, de acordo com Kurz, estamos vivendo uma época em que não se necessita mão-de-obra em quantidade, como no passado, para produzir produtos industriais, e nem sequer certos tipos de serviço, como os serviços terciários, de escritórios, etc.

O grande problema é, então, precisamente, qual será o destino da humanidade se não há trabalho para as pessoas, se este passar a ser executado por máquinas. Acho que precisamente aqui temos possibilidades na revisão socialista: uma delas não é reconheci-



da de maneira nenhuma pelo capitalismo mundial, por razões econômicas, de criar empregos em que, em muitos casos, o trabalho não é uma coisa que possa ser contada em termos de eficácia econômica, e sim é uma tarefa social.

**Plural:** A respeito desta pergunta, a professora Marilena Chauí deu uma entrevista dizendo que partidos brasileiros de esquerda, principalmente o PT, não tem cuidado da questão do emprego, e que não sabem como tratá-la.

**Hobsbawn:** Isso é verdade, mas não estou formulando um programa. Digo apenas que esta questão é impensável para os capitalistas, mas não é para os socialistas. É dizer: "Muito bem, vamos organizar uma produção que dê emprego para as pessoas". Esta é uma possibilidade. A outra é a do tempo livre, muito maior, a do tipo marxista, que quando todos fiquemos bastante ricos, possamos escolher o que vamos fazer. Parece-me que aqui também temos muitos problemas, porque já estamos na época da mídia.

Nestas duas possibilidades há uma necessidade absoluta de solucionar o problema da distribuição da renda. As pessoas têm que ter mais renda, ganhar algo. No capitalismo neo-liberal, não há nenhuma solução para isto. Pelo contrário, como se viu nos anos 80, e como tem se visto no Brasil nos últimos 30 ou 40 anos, há uma má distribuição cada vez maior da renda, da riqueza da sociedade. Parece-me que esta é uma condição "sine que non" para solucionar o problema. As pessoas tem que ter renda.

Mas este problema não pode ser solucionado de modo simples, com uma filantropia do tipo "New Deal" norte-americano, distribuindo serviços, recursos da previdência. Pode-se ver que é verdade que existem comunidades dependentes de mendigos, mendigos do estado, que fazem com que as pessoas sejam desmoralizadas. Então, uma distribuição justa, com as mínimas condições de vida sim, mas não gratuita. Tem a responsabilidade de não destruir os laços sociais por este tipo de dependência do bem-estar do Estado. Mas este problema é sério. Ele tinha sido solucionado na União Soviética pela mesma ineficácia da economia soviética. O tipo de economia soviética era aquele em que em todas as fábricas e empresas havia gente demais trabalhando, ou, melhor dizendo, não trabalhando.

**Plural:** Isso se aproximaria das idéias de pleno emprego de Keynes?

**Hobsbawn:** Sim, claro, hoje em dia o pleno emprego é bem mais difícil porque o controle da política social e econômica exercido há séculos pelos

estados-nacionais é muito mais difícil, e quase impossível para a maioria desses estados. Mas acho que é absolutamente natural que o pleno emprego seja um objetivo positivo em si. Esta não é uma observação socialista, porque Keynes não era socialista, embora muito ciente da importância, do "perigo" socialista.

**Plural:** A decadência do Estado-Nação, traz uma preocupação quanto às reações da América Latina. Os últimos acontecimentos deste ano na Venezuela, Uruguai, o "impeachment" no Brasil, o golpe no Peru poderiam ser interpretados como uma reação à política liberal? É possível apontar para uma reunificação nacional diante de um quadro de decadência do Estado-Nação? Dentro dessa questão há uma outra: as pessoas perguntam se o reforço do nacionalismo seria uma crítica ao neo-liberalismo. Esse neo-nacionalismo estaria sendo real na América Latina? Ele seria uma revisão do nacionalismo dos anos 50?

**Hobsbawn:** É muito difícil dizer... Acho que é bastante claro que o neo-liberalismo como política, como "teologia universal", já está em declínio. Nos anos 80 havia este tipo de coisas, mas hoje a reação contrária até mesmo nos Estados Unidos, é notável. Então, uma reação nos países da América Latina contra o neo-liberalismo, uma reação popular, mais que política, pois as classes políticas continuam a ser ainda mais neo-liberais do que antes. No caso do México, por exemplo, o presidente Salinas vê de maneira muito clara o futuro do México em termos de abastecimento de produtos industriais baseados em mão-de-obra barata para os Estados Unidos, digamos, um mercado comum. É neo-liberal na medida em que destruiu os programas agrários da região de Chicana, talvez a parte mais negativa. Mas a reação popular foi positiva. Parece-me que há uma tendência demasiadamente grande de inventar "modas" gerais para a América Latina. A cada instante aparece um modelo que todos buscam imitar: ora um "nacionalismo cepalista" (separatista?), ora "governos militares". Hoje se diz: "Ah! A América Latina voltou-se para a democracia ..." e tudo mais. Acho que, por um lado, a América Latina, como outras tantas partes do mundo, é muito mais heterogênea, não se pode generalizar. Mas, por outro lado, é muito mais instável. Não era possível dizer, nos anos 70, "Ah! o futuro da América Latina será de ditaduras militares de políticas neo-liberais", porque, no caso brasileiro, não foi uma política neo-liberal. Há várias possibilidades, e não se pode dizer, por exemplo, que os golpes de estado no Peru, na Venezuela, significam o fim de uma época de governos constitucionais. Temos que evitar esse tipo de generalizações.

**"O problema é, então, precisamente, qual será o destino da humanidade se não há trabalho para as pessoas, se este passar a ser executado por máquinas. Acho que precisamente aqui temos possibilidades na revisão socialista: o trabalho como tarefa social..."**

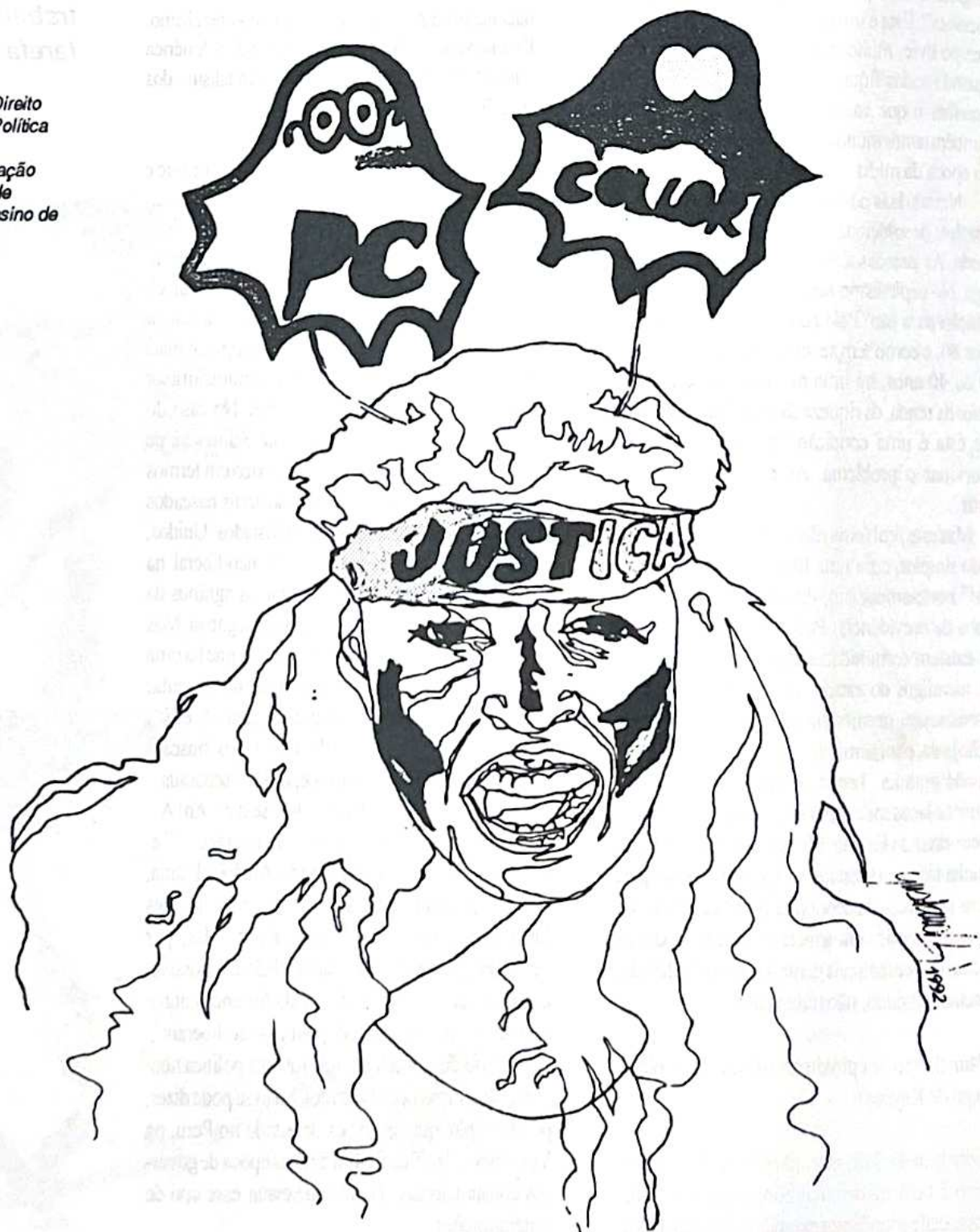


# La Comuna de Brasil

**Fragmentos sobre el recuerdo y el  
delirio del olvido**

**Los 25 años de mayo del 68**

**Luis Alberto Warat**  
Professor Titular do  
Departamento de Direito  
Público e Ciência Política  
CCJ/UFSC  
Presidente da Associação  
Latino-Americana de  
Metodologia em Ensino de  
Direito





**H**an pasado 25 años desde mayo del 68, y sin embargo, la derecha retomó el poder en Francia. El impacto inicial de la guerra entre los hermanos Collor sucedió hace más de un año, y hay un encanto especial de los políticos brasileños en dejar que todo se desarrolle con el tedio de lo que nunca cambió. Cuarenta años nos separan del genocidio nazi, sin que una segunda, tercera, o decimoquinta eventualidad semejante pueda ser pensada como absolutamente improbable. Hiroshima, como los amantes de la película, quedó reducida a un nombre, que a lo sumo sirve para marcar el comienzo de la posmodernidad en Lyotard. Las madres de la Plaza de Mayo continúan exigiendo la memoria de sus muertos, cada día más solitarias. Las fantasías que organizaron el deseo de la revolución cubana están descomponiendo la actualidad de su socialismo. Los renglones de tantos libros han perdido su sentido. Es como si el horror del olvido condenara a todos estos acontecimientos.

Voy a tomar los sucesos de mayo del 68 y los que provocaron la caída de Collor como puntos de referencia que me permitan tratar - usando el psicoanálisis como un "extraño en mí" - las consecuencias ético-políticas, en la experiencia colectiva, del recuerdo y del olvido. Dos momentos misteriosos de la historia, que aparentemente no dejaron huellas, y me resultan de especial interés, en este momento concreto de la decadencia de la modernidad, para aventurar algunas ideas sobre el devenir de los acontecimientos y sus interdictos? Entiendo que los dos ejemplos elegidos servirán a mi propósito de ilustrar, de un modo general, los modos en que el olvido y el recuerdo afectaron las experiencias traumáticas antes citadas. En el fondo, una excusa que nos sirva para preguntarnos sobre lo que es preciso olvidar o retener de los comportamientos colectivos. Una forma de tratar de aprender con lo que se decide salvar o enterrar. La búsqueda de una vía fructífera para hacer una interrogación sobre el imaginario que vendrá y sobre el imaginario que tendrá que ser enterrado. La bienvenida y el nunca más en los comportamientos colectivos.

Mayo del 68 (en adelante "M-68") y los episodios que llevaron a la destitución de Collor (en adelante "collorgate") tienen, como primera coincidencia, la marca de un deseo de transformación del estilo del poder y de la vida. Dos irrupciones súbitas de la imaginación creativa y del placer poético que pueden ser entendidas como una reacción contra las formas desgastadas de vivir y hacer política. Dos raros momentos de la historia en que, espontánea y colectivamente, se produce un acontecimiento que contiene en sí mismo las semillas de lo nuevo. Algo que se nos ofrece, de repente, sin apelación posible: la irrupción de las señales de lo

nuevo cuando lo existente se convierte en agotado; el relámpago de una ruptura que llama a otra forma de vivir. Una movilidad maravillosa, el encadenamiento soberano de los cuerpos y del movimiento. El "entre-nos" de un intento de liberar amor reprimido el percatarse colectivo de los sentimientos reprimidos. El acontecimiento que puede funcionar como la fantasía, en un tiempo suspendido, de la resurrección de un deseo erótico colectivo.

Las madres de la plaza de mayo, el genocidio nazi, Hiroshima, son acontecimientos siniestros de la historia que nos provocan el miedo del olvido de sus consecuencias monstruosas. Experiencias vividas como límite del sufrimiento que colocan al psiquismo colectivo frente a tres opciones: reprimirlas, exhibirlas como heridas siempre abiertas, reconstruirlas por el recuerdo.

"M-68" y el "collorgate" nos plantean otro tipo de temor: no queremos que se conviertan en quimeras de pasos perdidos, el "modo de vida del 68", o el "sueño carapintada del Brasil" en lugar del "American way of life". Es decir, el delirio eufórico que adquiere el supremo dominio sobre nosotros, negando la inscripción de nuestro cuerpo en el circuito de la vida. Cómo hacer para que lo siniestro no se repita y las experiencias colectivas libertarias, sin fijaciones eufóricas, se multipliquen? En todos estos casos, siempre presente, el horror del olvido.

Permanentemente constatamos el retorno incrementado de la potencialidad destructiva de la especie humana. El sentido imaginado para nuestra civilización persiste en sorprendernos con situaciones en donde la violencia contra los otros termina adquiriendo el rostro de la fatalidad, pone en evidencia la amnesia de una cultura prisionera de la irrealidad de sus propios actos. Delante de los acontecimientos "genocidas hemos gritado siempre un nunca más, indefectiblemente jamás escuchado. Su sentido trágico convertido en pensamiento publicitario, en imágenes disfrazadas, sin fuerza para decimos si las cosas realmente sucedieron. Los acontecimientos que nos marcaron de horror, pero que olvidados, borrados en su reconstrucción como espectáculo. Un objeto histórico nunca más identificado. La "memoria televisiva" como un "no-lugar" del olvido y el recuerdo. La historia desestimada. Las imágenes del pasado que retoman desprovistas de todo sentimiento. La posmodernidad que renuncia la absoluta imposibilidad del recuerdo y del olvido como actividad colectiva, como formas de acción social y constitución del sentido del pasado. La memoria reducida a la recuperación de informaciones almacenadas, sin creación o represión del pasado. Una especie de inconsciente social en donde el sentimiento y las representaciones sufren los efectos

*"El acontecimiento es un poco una acción colectiva sin razones visibles: cuerpos que se incluyen (sin planificación) en un sueño colectivo, que se ofrecen y se entregan al otro (colectivo) para inventar espontáneamente un momento extraordinario."*  
*"No es bueno hacer una obsesión del pasado: una religión de hechos irresponsables."*



Collorgate

La C

Fragmentos del

Los 23 años

***"No es bueno hacer del pasado una religión de hechos intransponibles."***

de la desestimación.

El mismo destino virtual del espectáculo parece estar reservado para los acontecimientos que permiten buscar, festivamente, otras formas de participar en la cosa pública, anticipar puntos de subjetivación, (la fuga colectiva hacia nuevas perspectivas de vida), expresar los sentimientos éticos y estéticos e interrogar la realidad de nuestra condición de sujetos. Acaso "M-68" y el "collorgate" no son ya tiempos anulados por las consecuencias de sus imágenes vacías? Como hacer para que estos movimientos de subjetividad libertadora mantengan su fuerza erótica?

El "collorgate" nos muestra una ciudadanía en estado de gracia, feliz por haber recuperado su dignidad. Un suceso político totalmente inédito: el presidente destituido con por las armas de la alegría. Una sociedad civil indignada, que consiguió-desmintiendo a Maquiavelo y a Robespierre - exigir la restitución de la ética en la política, sin aquel furor moralista que suele provocar, en nombre de la virtud, discriminaciones, escaladas de terror, o el surgimiento de líderes que invocan actitudes moralizantes para no respetar las leyes. La indignación provocando alegría en lugar de terror. Una ciudadanía que generó un acontecimiento carnavalizado, para encontrarse con la ética, aproximándose de la estética. Una juventud que pudo comenzar a confiar en su propia capacidad creativa de un mundo nuevo; jóvenes que le enseñaron, a los viejos liderazgos políticos, que no pueden diferenciar tontamente la invención de la vida y la creación política.

La movilización masiva en el "collorgate" (con una juventud que representó su brazo alegre, no armado) puede ser interpretada como la exteriorización consciente de una inquietud, que todos tenemos de no querer vivir fuera de un determinado orden, sin las garantías de un uso eficiente de las leyes. Una rebeldía erotizada, para producir, sin barricadas, una fiesta en beneficio del "Estado de derecho".

La alegre "Comuna de Brasil", formada por estudiantes que se pintaron la cara, para armar con sus rostros la opinión del pueblo. "Los carapintados del Brasil", que hicieron de sus cuerpos un manifiesto de alegres reivindicaciones (el rostro como producto de un acontecimiento, diría Deleuze).

El movimiento carapintado no fué exactamente igual al de "M-68", existieron diferencias en los objetivos políticos y en las relaciones tácticas. La generación carapintada fué el potencial más fuerte y la expresión lingüística de un deseo colectivo de respeto al "Estado de derecho". Un alegre reclamo del retorno de la legalidad.

En el mayo francés se cuestionó la legalidad instituida y se reclamó, con barricadas y el calor del combate, un deseo de libertad, el derecho a la imaginación y a la alegría. Fué un movimiento que,

en nombre de una crítica a la universidad, cuestionó el poder del Estado y toda una forma de sociedad capitalista. Una forma de poner en claridad, una libertad no vivida. En el fondo, una actuación difusa contra todas las formas de autoritarismo. También, el rechazo de las actividades autoritarias de la militancia, sin la juventud francesa quererlo conscientemente.

"M-68" pecó por tener alumnos líderes anarquistas demasiado exhibicionistas. Pecó, también, por buscar, en el delirio de las estrategias revolucionarias, respuestas contra la infelicidad cotidiana y los maltratos del poder. Por suerte, en el "collorgate", no hubo ningún Daniel Cohn-Bendit. En el Brasil no se precisó liberar el destino del deseo del peso de alguna visión religiosa de la historia. La alegría fué expresión del vínculo del deseo con el presente. La alegría como una forma de aceptación del presente. La alegría como el derecho a ser feliz, una reivindicación que estuvo, como consigna, presente en la campaña presidencial de "Lula" y que luego los "carapintados del Brasil" usan para distituir um presidente y cuidar de la dignidade, negandose a ser maltratados por el poder.

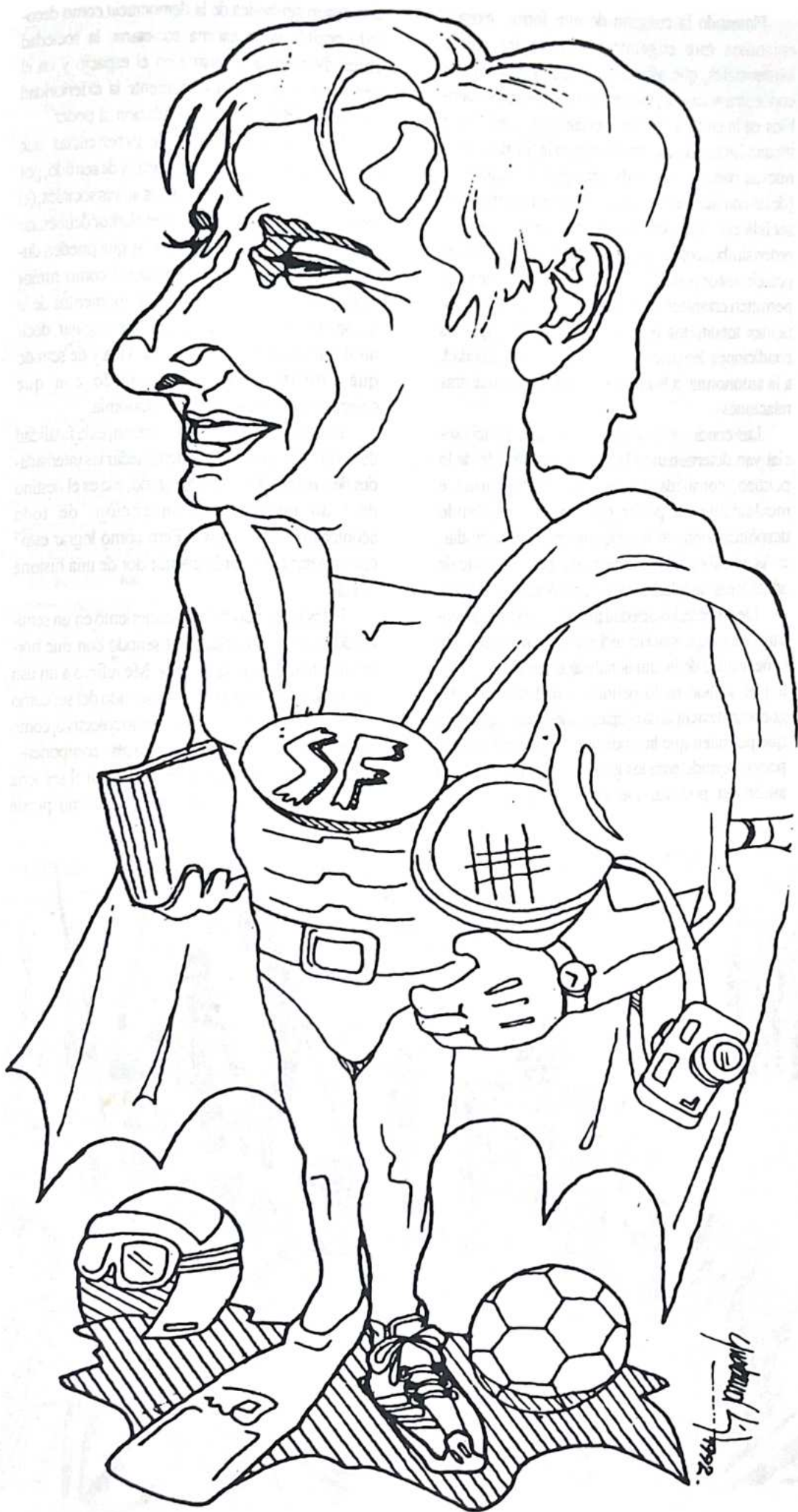
Una consigna que también pertenció a "M-68", pero que abortó presa a creencias que adquieren un absoluto dominio inconciente sobre el movimiento.

El "carapintadismo" expresa un nuevo tiempo político, donde la idea del fin de la historia quedará atrás, difusa como el recuerdo de una pesadilla. Un tiempo nuevo, que se avecina como un viaje de retorno a la historia, con una ciudadanía alerta, que encarnará - con sus actos - un "Estado de derecho", sin abstracciones ni garantías simuladas; la generación "carapintada" como el símbolo que permite decir que la idea de un sujeto de la historia (como una diferente concepción de la ciudadanía) no murió. Es necesaria y posible. La solidaridad en los cuidados (que es la forma social del amor) como el abono que permanentemente puede fertilizar las prácticas de ciudadanía y las concepciones progresistas del "Estado de derecho", lugar de encuentro del deseo y la historia.

Los sucesos que culminaron con la humillante caída de Collor muestran un cuadro con algunos logros pedagógicos que serán irrenunciables. Un acontecimiento que desplaza saber consagrados, para despertar el interrogatorio de las experiencias constitutivas de lo nuevo y libertario.

Existen momentos privilegiados de la historia en que es posible trabar el debate que anticipa lo nuevo que vendrá como deseo de autonomía, que pone en juego el sentido de lo nuevo, refinándolo al sentido que precisa perderse del pasado. La "sociedad desconocida", que primero tiene que ser anticipada como sentido (aunque luego se frustre, por mucho tiempo, como realidad).





**"El acontecimiento  
es un poco una  
acción colectiva sin  
razones visibles:  
cuerpos que se  
incluyen (sin  
planificación) en un  
sueño colectivo,  
que se ofrecen y se  
entregan al otro  
(colectivo) para  
inventar  
espontáneamente  
un momento  
extraordinario."**



Plateando la cuestión de otra forma: existen episodios que engendran nuevos territorios existenciales, que afectan lo instituido, modifican conceptos y concepciones, desencadenando cambios en la cultura política. Serían experiencias que incitan los trazos que apuntan para la formación de nuevas condiciones simbólicas para la autonomía (de las condiciones que nos habilitarían para tratar de ser felices)... Episodios que marcan un cambio en el orden simbólico, certificando la posibilidad de nuevas posiciones de poder. Se trata de acontecimientos que permiten establecer comparaciones con los componentes totalitarios que nos maltratan (ahogan las condiciones de existencia, que hacen a la solidaridad, a la autonomía; a la ética y a la estética de nuestras relaciones).

Las condiciones totalitarias de la existencia social van determinando la pérdida del sentido de lo político, consolidando un polo indeterminado e incalculable de poder que se va congelando despóticamente en figuras imperiales (sostenidas, en la actualidad latinoamericana, por una corte de aduladores vinculados entre sí por códigos mafiosos).

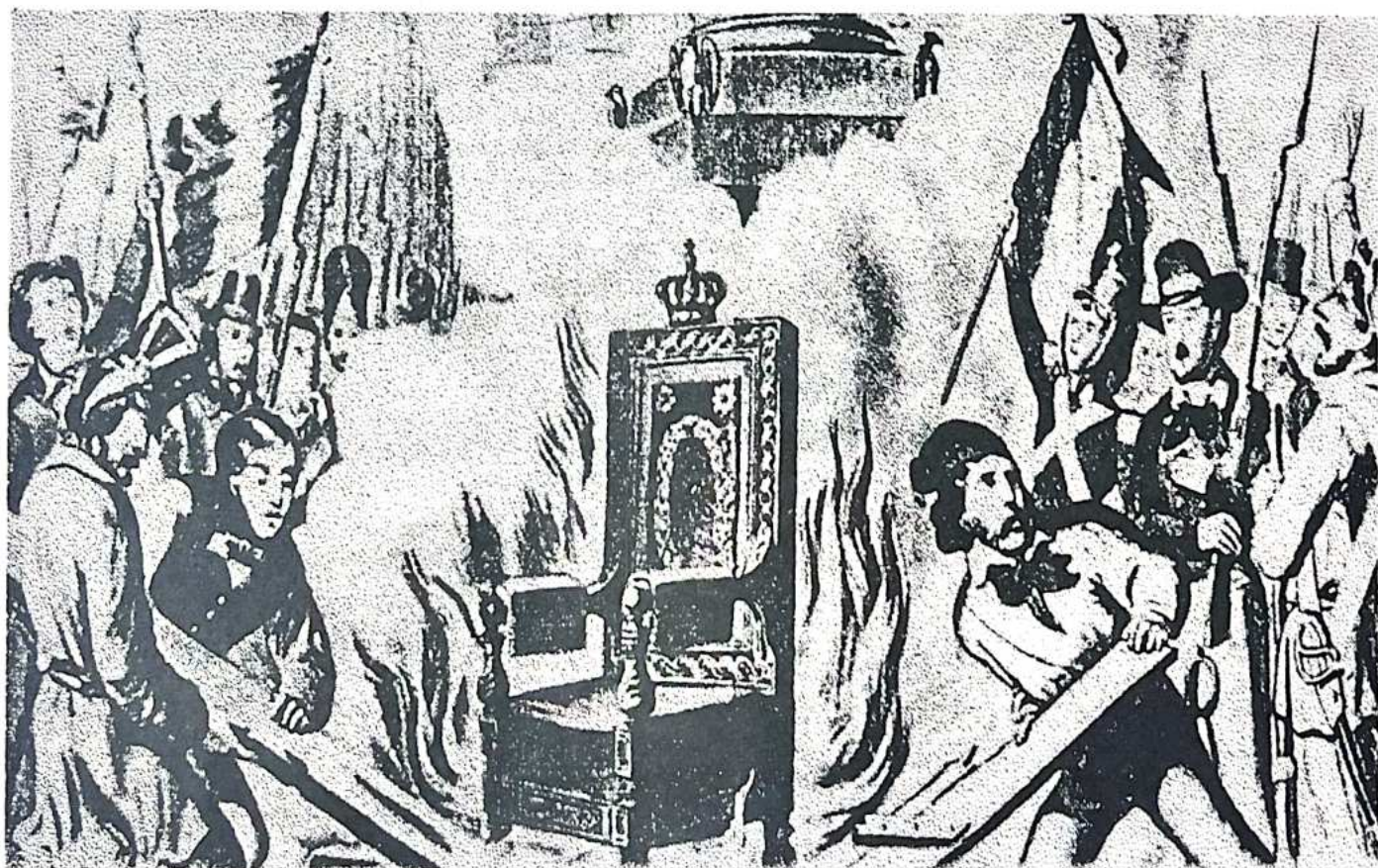
De repente, la sociedad puede reaccionar provocando una experiencia que denuncia simbólicamente la necesidad de institucionalizar el conflicto y restituir el sentido de lo político, impidiendo que los gobernantes tengan la propiedad del poder. Episodios que permiten que la ciudadanía ocupe el lugar del poder, dejando para los gobernantes únicamente la autoridad política. De esta forma, irrumpe la

dimensión simbólica de la democracia como decorado posible de la escena societaria: la sociedad apreendiéndose a sí misma en el espacio y en el tiempo, marcando simbólicamente la exterioridad de la ética y del derecho con relación al poder.

Por lo general se trata de experiencias que alteran las configuraciones políticas y de sentido, por una disposición espontánea de los actores sociales, (el ideal: sin guías iluminados y sin el clamor deliberado de las abstracciones). Experiencias que pueden durar poco, pero que pueden perdurar como rumor conceptual o referencia filosófica: momentos de la historia en que la gente pudo sentirse singular, decir no al conformismo. Incidentes de vida y de sentido que formarán parte del recuerdo con que colectivamente pensamos la autonomía.

Todos los acontecimientos pasan, es la fatalidad de la vida. Únicamente pueden quedar las intensidades de sus sentidos como recuerdo, ese es el destino de todo momento de invención, de todo acontecimiento inventivo. Pero cómo lograr esto? como evitar el recuerdo encubridor de una historia oficial?

Estoy hablando del acontecimiento en un sentido deleuziano, que escapa al sentido con que normalmente usamos esa palabra. Me refiero a un uso que hace del acontecimiento el sentido del ser como devenir: el ser como acontecimiento colectivo, como un "entre muchos", que marca un otro componente para la idea del ser en el tiempo. Aquí el ser sería una instancia fugaz que forzosamente no puede





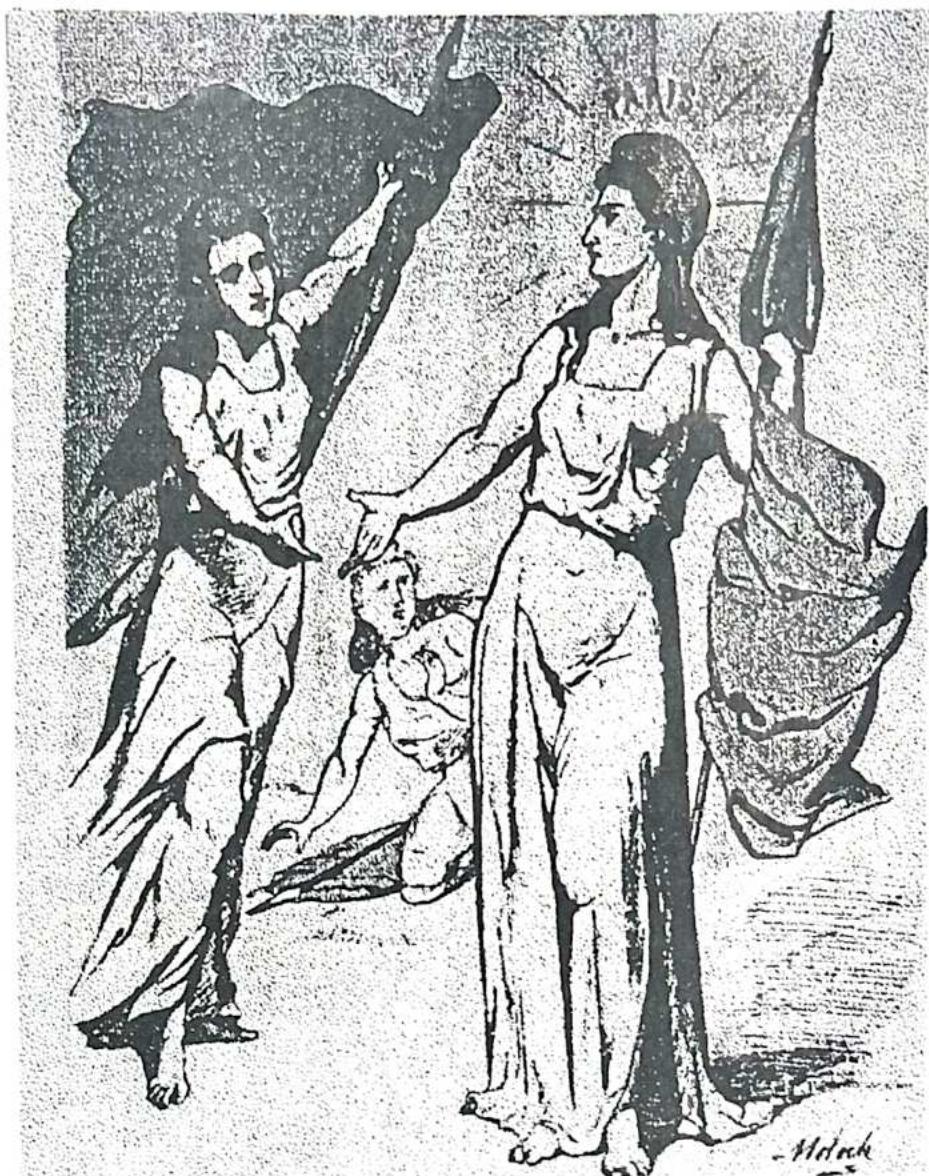
perdurar (un simultáneo sumar y restar del deseo en el tiempo, que solo puede perdurar como potencias residuales del imaginario colectivo). El destino del acontecimiento es el de ser fugaz. No puede durar mucho tiempo, permaneciendo dejaría de ser acontecimiento. El siempre es una fuga de las instituciones, que se produce (por una enigmática alquimia) para transformarlas.

Todos tenemos mucho miedo de vivir el acontecimiento sin interpretarlo. Vivirlo sin interpretarlo es como reponer nuestra angustia frente a la falta (toda indeterminación de sentido la repone). Pero lo que queda del acontecimiento es la marca de un sentido sin muchos fundamentos interpretativos (por lo menos no sirve buscar razones de su emergencia). El acontecimiento es un poco una acción colectiva sin razones visibles: cuerpos que se incluyen (sin planificación) en un sueño colectivo, que se ofrecen y se entregan al otro (colectivo) para inventar espontáneamente un momento extraordinario.

El acontecimiento escapa a los momentos ordinarios de la historia (es un recreo de la historia) para poder producir el límite. Los momentos ordinarios no permiten producir ese límite, precisan de un momento de temporalidad indefinida, necesitan el acontecimiento: un inédito resplandor de representaciones no triviales del "espacio-tiempo, que modifican la historia sin permanecer en ella. Es un mero productor de la diferencia imaginaria: la matriz de los colapsos temporales, que golpean las instituciones (de la misma forma en que los acontecimientos amorosos golpean la historia íntima de nuestros deseos) impidiendo que sean las mismas - aunque se repitan (la subjetividad que repite no es la misma, está marcada por el inconformismo). Sucedió un momento de plenitud estética que permitió entrever la superación de un límite de la historia. El acontecimiento, como acto estético, permite experimentar el sabor anticipado de algo que va a pasar (en algún tiempo) porque alguna cosa (inefable) ya pasó.

Recordando a Guattari, diría que el acontecimiento es un "extraño que permanece en nosotros como sentido. Muchas veces en forma larvada, pero instalado como un fuerte pontencial de cortocircuitos, que un día, fatalmente, estallarán abriendo el presente (sin demasiadas cualidades) para el futuro (tiempo de invención de un otro sentido del sujeto (del devenir y no de la historia). Como el replicante, de una tradicional película, que encontró el sentido de su muerte devolviéndole la vida a su cazador.

Escribí toda esta secuencia de ideas intercaladas, tratando de multiplicar sentidos que hagan pensar sobre lo que nos afecta cuando se reprime y se olvida neuróticamente. Finalmente quiero llegar



al tema del horror que puede significar no olvidar. Es decir, quedar cautivados por el pasado. Me importa transformar la historia en pasado, la cartografía que permite que un tiempo muerto encuentre su lugar como presente.

La película "Hiroshima, mi amor" muestra a dos amantes que se debaten frente al horror del olvido, de sus propios amores, del genocidio de una bomba. Pero, también nos muestra como su desesperación por no olvidar los imposibilita para amarse. Principalmente a ella, que había enterrado su deseo junto a su anterior amante muerto. Ella permitió que la muerte llevase su deseo, que su presente estuviera infiltrado por lo reprimido. Cultivó la memoria de su amante muerto, lo convirtió en una fantasía pétrea, permitió que lo reprimido se manifieste en ese cultivo.

La película de Saura "El amor brujo", muestra una resolución diferente para una similar historia del olvido. Hay una gitana, como la protagonista de Hiroshima, que también tiene preso su deseo a la figura de un muerto. La diferencia un gitano que ahora la ama y está dispuesto (como la mujer real que ocupó el lugar de la gradiva) a recuperarla para el juego erótico del presente. La llama para una danza



de amor donde consigue traerla para la vida venciendo al muerto, que también vino a bailar por su amor. En este caso el olvido como represión pudo ser transformado en recuerdo, liberó los sentimientos permitiendo que el deseo ligado al recuerdo ingrese en la actualidad del juego erótico. Una danza de transferencia, que le permite a la gitana traer su deseo para la vida.

En "El amor brujo" se muestra poéticamente como el horror del olvido no está en no acordarse del otro, sino en que el otro se lleve nuestro deseo en ese olvido. El olvido del otro como represión de nuestros sentimientos.

El horror del olvido, lejos de lo que los amantes de Hiroshima pensaban, pasa por una incapacidad (o un temor) para mirar creativamente el pasado, dejando que la memoria se cargue de represión. La muerte que toma nuestro deseo hace siniestro al olvido.

El olvido se hace recuerdo cuando separamos la nostalgia del otro de nuestra capacidad de desear, librando el deseo para la vida. El recuerdo es una nostalgia, sin culpas, que no tiene más nuestro deseo pegado. Son las "saudades" de la lengua portuguesa.

El recuerdo evita que nuestro presente esté infiltrado de lo reprimido. La resurrección del deseo erótico en la desaparición del delirio de un olvido. Las fantasías que organizan el deseo sin el delirio de un olvido.

El recuerdo se inscribe en el devenir, permitiendo la recomposición retroactiva de deseos y acontecimientos, en el medio de los conflictos actuales, dando al individuo fuerza y sentido para el presente. El recuerdo que constituye al devenir como historia activada desde el presente. No es bueno hacer del pasado una religión de hechos intrasponibles. Mantener el pasado como leyenda épica es la peor forma del olvido, la forma de no implicarse con el presente. Sólo desde el lugar del presente se puede adquirir un saber que nos permita escuchar las señales del futuro y mantener actualizada la posibilidad de construcción del vínculo social.

El pasado es siempre una cosa a superar. El recuerdo tiene el valor de ser el sentido superador del pasado. Es en estas condiciones de sentido en que debe reconsiderarse la importancia de una "memoria del horror", que solo puede escuchar el pasado como queja.





# Ética e Política: o caso Collor

**C**ollor de Melo, em campanha, se apresentava como candidato moderno, a mais pura imagem do político jovem, atlético e elegante. Época em que tudo o que era novo, era moderno e bom. Atirava contra todas as frentes, desde a burguesia, que pagava a conta de sua campanha milionária, aos militares, amedrontados com a possibilidade de um Lula ou um Brizola assumirem o comando Supremo das Forças Armadas.

No entanto, por trás daquela "imagem moderna", escondia-se o político tradicional, arcaico, clientelista, corrupto e prevaricador.

Faça-se justiça, pois poucos foram os políticos brasileiros que conseguiram trabalhar de forma tão competente com o imaginário popular. Sua campanha foi dirigida aos "descamisados", classe social que vive à margem do mercado de trabalho, em número de hoje, de 32 milhões de indigentes, segundo fontes do próprio governo. Atacava os "marajás", minoria de funcionários públicos encastelados na estrutura governamental com altos salários. O empresariado e as elites, como gostava de afirmar, constituíam-se nas principais causas do atraso brasileiro, mais interessados no lucro fácil do que nas condições sociais da maioria da população.

O tom do discurso, sem sombra de dúvida, era de oposição. Com isso, tentava recuperar o discurso de outros candidatos situados à esquerda, no espectro ideológico. Segundo Leônicio Martins Rodrigues, Collor conseguiu assim "capitalizar a hostilidade difusa do eleitorado pobre com relação à classe política e aos ricos"(1).

Ao assumir o governo, cai por terra a imagem construída pelas agências de publicidade e entra em cena o político arrogante, autoritário, truculento e medíocre até mesmo na escolha de um primeiro escalão de governo inexpressivo, em cujo interior mandava uma figura controvertida de Alagoas, que ficou conhecida no plano nacional como o protótipo do assaltante dos cofres públicos: PC ou Paulo César Farias.

PC e seus comparsas concluíram que poderiam governar e utilizar em benefício próprio as vantagens do poder, confundindo o Brasil com Alagoas. Ainda sobre tal prática, assim se expressa Leônicio

Martins Rodrigues: "Imaginaram que a classe política, a tecnocracia e a alta burguesia federal, os empresários, as lideranças sindicais, a imprensa, a intelectualidade e todo o eleitorado (especialmente o do sudeste) poderiam ser tratados do mesmo modo como a oligarquia alagoana costuma tratar a população pobre e inerme de seu Estado. Esqueceram-se de que, no resto do país, existe uma sociedade civil que, mal ou bem, é dotada de certa capacidade de reação capaz de influenciar a classe política".

É exatamente neste contexto que se construiu a ruptura do processo político que elegeu Collor e que imaginava mantê-lo sob controle. Na verdade, Collor e comparsas, no particular, e os políticos, no geral, não acreditavam numa reação popular que pudesse colocar em "xeque" o bloco de poder montado pelo presidente e seus amigos, de dentro e fora do governo. PC Farias, na ânsia do enriquecimento fácil e rápido, rompeu o contrato tácito entre governo e empresários, elevando a propina, já institucionalizada, de 10%, para até 40%, em determinados casos. Além disso, como afirma Leônicio Martins Rodrigues (2), Collor e caterva subestimaram o poder de mobilização da sociedade civil, mesmo que tenha sido um movimento espontaneísta, reivindicando a ética na política.

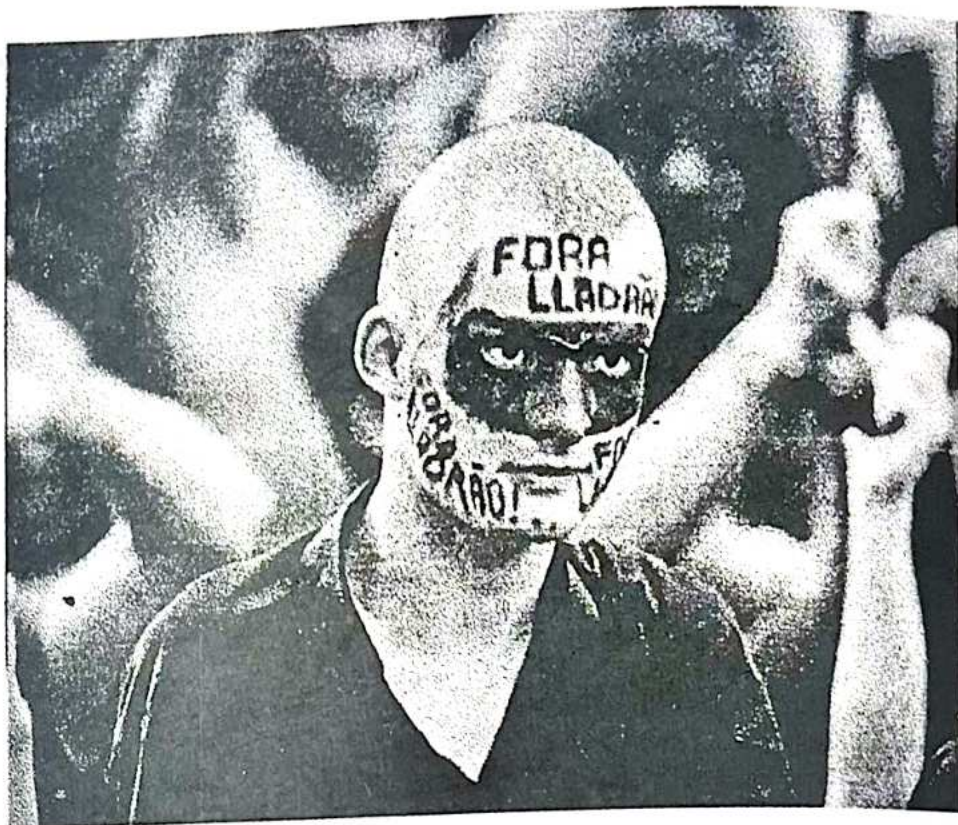
O saldo político do governo Collor e do processo de "impeachment" que afastou um presidente eleito, tem gerado, ainda hoje, a indignação da população brasileira. O próprio índice de abstenções no plebiscito de 21 de abril, em torno de 25%, é uma clara manifestação do eleitor brasileiro de desconfiança política. Em recente pesquisa realizada sob o patrocínio da Confederação Nacional das Indústrias, os números obtidos refletem a atual posição dos políticos frente à população: 88% dos entrevistados acharam que os políticos só pensam em resolver seus próprios problemas. Para 93%, os políticos só pensam em se reeleger. Já 92% consideram os políticos como pessoas que enriqueceram com a sua atividade.

Nunca a imagem dos políticos brasileiros junto à população atingiu ponto mais baixo. Jamais se viu um julgamento ético tão doloroso da classe política como o que agora apresenta o IBOPE/CNI(3). É

**Nilson Borges Filho**  
Professor Doutor do  
Departamento de Direito  
Público e Ciência Política -  
CCJ-UFSC

***"'Farsante, ladrão, revista ele', foram estas as palavras de ordem do povo que se comprimia na Praça dos Três Poderes para acompanhar a derrocada de um presidente eleito por 35 milhões de brasileiros, dois anos antes, após um conturbado e longo processo de 'impeachment'."***





correto que a classe política nunca foi bem vista pela população brasileira. Como é certo, também, que na hora de votar, o eleitor, regra geral, pouco leva em consideração o passado ético dos políticos. Contudo, mesmo perversamente, Collor de Melo provocou uma importante e séria discussão neste país: a questão da ética na política.

Finalmente (e isto se deve a Collor), a população brasileira reagiu contra esse processo - histórico na política brasileira - de assalto aos cofres públicos por governantes mal intencionados. Deve-se a Collor o fato de ter deixado transparecer "essa mistura de cosmopolitismo de 'free-shop', aventurismo e baixa picaretagem" (4). Cabe ainda a Collor, o papel de desmistificador do herói construído pelas encenações do "jet-sky", do piloto de "Mirage" e de comandante de submarino atômico. Aquele que poderia ser visto como um anti-herói, a exemplo de Macunaima, de Mário de Andrade; ou um desbravador, à la Barry Lindon; ou até como um Fausto brasileiro, encarnador de força devastadora da história, cujo projeto é o futuro, não passava de um simulacro (5). Coube, portanto, ao aventurismo de Collor de Melo, ao amadorismo de seus amigos no trato com a política e à forma vulgar com que o bando gastava o dinheiro roubado dos cofres públicos, a construção dos principais vetores que sinalizaram para uma tomada de posição da sociedade civil em defesa da moralidade pública e da ética na política.

O que mais espantou a sociedade civil não foi a corrupção que existia dentro do governo Collor, mas a maneira cínica como a República de Alagoas se

utilizava dele para a banalização do roubo público. O próprio empresariado, a principal "vítima" dos ataques de PC Farias, convivia e agia normalmente com a corrupção, demonstrando pelo silêncio, medo ou cinismo, a mínima capacidade ética de reagir. Não partissem do próprio irmão do presidente as denúncias de corrupção no governo, talvez ainda estivéssemos convivendo com Collor dirigindo o país. A indignação da sociedade civil não se originou simplesmente das denúncias apresentadas por Pedro Collor, mas sim "de quem partiu". O denunciante não era um mero cidadão, ou um político profissional atacando o presidente em busca de dividendos eleitorais. Ao contrário, o denunciante era alguém bem próximo do presidente, com ligações sanguíneas de irmandade, mas que, para fortalecer sua posição, se apresentava como um empresário bem sucedido e, ainda, muito embora irmão do presidente, esteve sempre longe das maracutaia da República. É nesse exato momento que se dá a partida para o "impeachment" de Collor e fica estabelecida pela sociedade civil que o presidente deveria deixar o cargo. Afinal, ingressa no imaginário popular um outro componente de vital importância para a massa da população: a moral cristã. Caso a denúncia partisse do cidadão comum ou do político, tal fato estaria coberto pelos parâmetros normais e legítimos de fazer política, sem qualquer efeito degenerador da moral cristã. Mas como a denúncia fugiu do público e do permissível, para ingressar no privado (irmão x irmão) e no não permitido (denúncia fora do espaço institucional), a sociedade civil reagiu, ocupando praças e avenidas para reivindicar a ética na política,



a partir do afastamento do Presidente da República.

O principal fenômeno resultante das denúncias de corrupção contra o governo Collor de Melo pode-se dizer, sem medo de errar, foi o papel exercido pelos "caras-pintadas", ao saírem às ruas em todo o país reivindicando o impedimento em benefício da ética na política. Ao contrário do que afirma Jean Baudrillard de que as massas "podem ser magnetizadas, o social as rodeia como uma eletricidade estática, mas a maior parte do tempo se comportam precisamente como massa, o que quer dizer que eles absorvem toda a eletricidade do social e do político e as neutralizam, sem retorno. Não são boas condutoras do político, nem boas condutoras do social, nem boas condutoras no sentido geral"(6), os "caras-pintadas" deram uma lição de mobilização.

A geração "shopping", neste caso específico, desmentiu a teoria de Baudrillard, uma vez que coube a ela a condução do político e do social, não só absorvendo a eletricidade do social como, também, multiplicando essa mesma eletricidade e retornando ao espaço público o seu incorformismo com antigas práticas políticas e a sua indignação com a imoralidade pública. É claro, até mesmo por suas origens de classe, que os "caras-pintadas" ocuparam as ruas das principais cidades brasileiras com base em referências estéticas, que iam das marcas famosas do vestuário jovem aos rostos sadios e alegres de quem vai a uma festa nos "jardins" em São Paulo ou no "Baixo Leblon" no Rio de Janeiro. Na multidão nada se via daquele tipo que poderia representar os "descamisados" do presidente sob suspeita. A rigor, sair da periferia, tomar dois ônibus e pintar a cara custa dinheiro. Talvez aí a explicação para tanta gente bonita em torno do movimento "cara-pintada".

Ocorre, entretanto, que até hoje ninguém se dispôs a analisar, com profundidade, o papel exercido por esses jovens no decorrer do processo de julgamento de Collor de Melo. Regra geral, as poucas análises que foram realizadas caíram no lugar comum, seja apresentando os "caras-pintadas" como produtos da mídia(7), seja comparando-os com os jovens dos anos 60 no Brasil ou nos fazedores de maio de 1968 na França. Nem um, nem outro. Talvez um pouco dos dois, com pintadas de "farra" e "glamour".

Mesmo sem ter lido Maquiavel, a geração "shopping" acreditou que "de um corpo político corrompido não se pode esperar mais nada, suas leis são incapazes de tolher a violência privada, o Estado deixa de representar os interesses públicos, os cidadãos visam apenas o próprio bem, sem se preocupar com os destinos da cidade"(8).

Os "caras-pintadas" brasileiros, assim como os manifestantes de 68 na França, por motivos diferentes, demonstraram que as entidades organizadas

(sindicatos, partidos, igreja etc), não detêm o monopólio da iniciativa de ação política. Da mesma forma como maio de 68 e ao contrário dos anos 60 no Brasil, em que se lutava para derrubar uma ditadura militar, o movimento dos "caras-pintadas" foi espontaneísta, não tendo por base qualquer tipo de filosofia, teoria ou ideologia. Sua ação estava centrada apenas, e não mais do que isso, num princípio básico de convivência sócio-política: a ética. Nos idos de 60 gritava-se palavra de ordem contra os "gorilas" e a ditadura e reivindicava-se a democracia. Já nos 90, as palavras de ordem eram contra "os ladrões" e reivindicava-se a ética na política(9). Se maio de 68, na França, fracassou em derrubar o governo de De Gaulle, o movimento dos "caras-pintadas" brasileiros obteve êxito com o afastamento de Collor de Melo.

Por outro lado, há que se considerar que maio de 68 não era uma situação revolucionária clássica, embora condições para tal situação pudesse ter se desenvolvido rapidamente como consequência de uma ruptura repentina e inesperada em um regime que mostrou ser muito mais frágil do que qualquer característica revolucionária no movimento dos "caras-pintadas", em nenhum minuto buscou-se obter condições para tal, uma vez que o que estava em jogo não era o regime brasileiro, mas um governo pobre e corrupto.

Tal qual na França, em maio de 68, os partidos de esquerda e os sindicatos vieram a reboque da manifestação dos jovens brasileiros, pois ou se engajavam no movimento ou ficariam de fora desse momento histórico na política do país. Pressentindo passar ao largo da riqueza desse período, partidos, políticos, sindicatos e outras entidades organizadas assumiram a organização de um movimento originalmente espontaneísta, que buscava apenas a sua cidadania política usurpada por um aventureiro de plantão.

Em nenhuma situação aqui apresentada pretendeu-se separar os "caras-pintadas" do político e do ideológico enquanto cidadãos, mesmo porque "o indivíduo não é oponível ao político originalmente, pois já é o resultado de um processo; é contemporâneo da massa(11). A rigor, o que se disse é que mesmo sendo um movimento espontaneísta, longe de filosofias, teorias e ideologias, o indivíduo coletivo, isto é, a massa ou, mais particularmente, os "caras-pintadas" conduziu o político no "impeachment" de Collor de Melo. Segundo Pommier, antes do indivíduo e da massa existe algo. "Assim, uma nação pode manter sua coesão graças a um de seus escritores, sua religião, as suas referências culturais em geral"(12). Antes dos "caras-pintadas" existia a ética, essa mesma ética que manteve a coesão da sociedade civil brasileira e que tomou a forma ideal do Eu coletivo.

1. RODRIGUES, Leôncio Martins. *Folha de São Paulo*, 3 set. 1992, p. 1-3.

(2) Ibid.

(3) IBOPE/CNI. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 maio 1993, p. 1-4.

(4) ALLEN CASTRO, Luiz Felipe. *O relatório da CPI: um retrato do Brasil. Novos Estudos CEBRAP*, n. 34, p.3, nov. 1992.

(5) OLIVEIRA, Francisco A. *Herança do marajá superkitsch, Novos Estudos CEBRAP*, n. 34.

(6) BAUDRILLARD, Jean. *Asombra das maiorias silenciosas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p. 9.

(7) Na época, a Rede Globo apresentava a série *Anos rebeldes*, sobre os anos 60 no Brasil, romantizando a figura do guerrilheiro político.

(8) BIGNOTTO, Newton. *As fronteiras da ética: Maquiavel*. In: *Ética*. São Paulo: Companhia das letras, 1982, p. 124.

(9) Sobre esse período no Brasil ver MACIEL, Luiz Carlos. *Anos 60*. Porto Alegre: Le PM, 1987, [s.p.].

(10) HOBBSBAWN, E. J. *Revolucionários*. Rio: Paz e Terra, 1982, p. 240.

(11) POMMIER, Gerard. *Freud Apolítico?* Porto Alegre: Artes Médicas, 1989, p. 22.

(12) Ibid.



# Memórias

Mário César Coelho  
Núcleo de Artes/CCE

Do que sobrou da Ilha do Carvão  
Do Porto e Rita Maria  
Que dizer de ti  
Iluminada de neon  
Se explodem tuas casas  
tuas janelas tuas portas

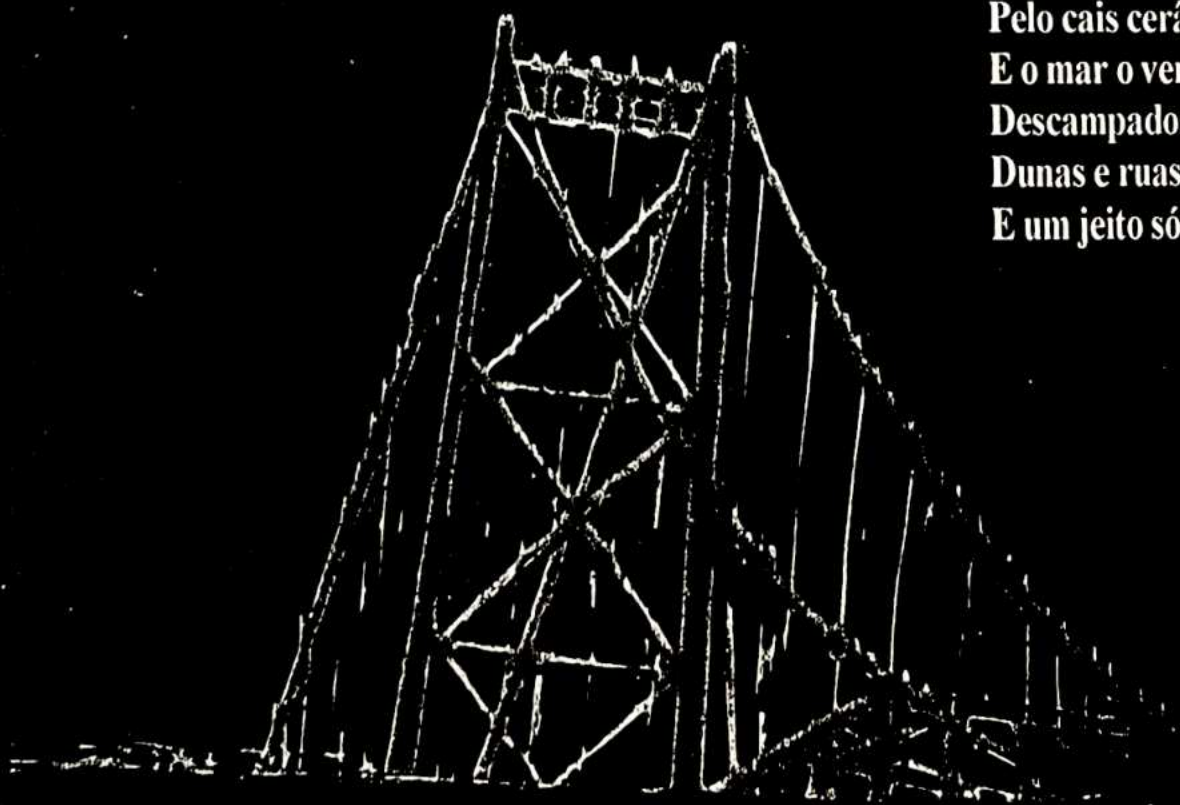
Vem na maré a pureza de teu véu  
Sobre os ombros do dia a dia  
Esculpir a beleza das ondas  
Mar montanhas céu e chão  
Já não és Maria nem João  
Teu barco não sai mais ao mar  
Existe barco? Existe mar?

Lá longe te alcanço  
És quase menina faceira  
Olhando triste horizonte  
Que quase não vês  
Estás na cidade desperta

Podemos dizer algo se passa  
Palavras? Data?  
Nos sonhos de alguém  
No brilho que vem da vidraça  
Em algum lugar o céu não existe

Quem pode cantar tua graça?  
Quem pode cantar tudo que és?  
Se Floriano Floripa Flor polis  
Sonha Desterro homens ao mar  
Tua simples-cidade se perde  
Quem apenas te vê via vãos  
Capital de um estado de coisas  
Capitais calamidades feitiços  
Transcendem teu corpo  
Areia e precipício

Do que restou apenas  
Cacos que formam vaso  
Postas de peixe sobre o prato  
Talvez lembranças de passeios  
Pelo cais cerâmica gaivotas  
E o mar o vento que bate  
Descampados caminhos  
Dunas e ruas coloridas  
E um jeito só teu de falar.





# Política Externa da Ditadura Militar

Waldir José Rampinelli  
Professor do Departamento de  
História da Universidade  
Federal de Santa Catarina,  
com mestrado em Estudos  
Latino-Americanos na  
Universidade Nacional  
Autônoma do México

**M**ário Gibson Barboá<sup>1</sup> publica um livro<sup>2</sup> sobre a política externa brasileira no qual, por um lado, faz algumas revelações, e por outro omite posições assumidas pelos governos da ditadura militar. No entanto, vale a pena ler o seu trabalho, tendo-se em vista principalmente as funções importantes que ocupou durante este período.

Na primeira parte do livro, o autor, além de mostrar a forte influência da cultura norte-americana sobre sua formação, faz uma espécie de autobiografia, relatando sua participação em acontecimentos tais como, A Conferência de São Francisco, em abril de 1945, que criou a ONU; a Operação Pan-Americana; o litígio fronteiriço com o Paraguai e a criação de Itaipu, bem como suas mediações para resolver alguns seqüestros diplomáticos durante o governo Médici.

Na segunda parte Gibson analisa as relações do Brasil com os Estados Unidos, América Latina, Egito, Israel, Quênia, Portugal, África e sua viagem a este continente.

O autor afirma que a formulação e condução da política externa brasileira - depois do governo Castello Branco - esteve "isenta das paixões da política interna", o que, a nosso juízo, não corresponde à verdade. Uma vez dado o golpe de estado - que Gibson chama de revolução - houve uma mudança radical na política externa brasileira para atender principalmente aos interesses do capital financeiro internacional, comandado por Washington. Passou-

se da política "externa independente" para a de "interdependência continental". Foi notória, por exemplo, a participação da Embaixada dos Estados Unidos na queda de Goulart<sup>3</sup>. Embora o curto governo de Costa e Silva, com sua "diplomacia da prosperidade", tenha se distanciado das posições de Castello Branco, Médici estreitou as relações do Brasil com os Estados Unidos. Há que reconhecer que houve tensões com Washington em três pontos: 1) o Acordo Mundial do Café; 2) o aumento de doze para duzentas milhas de extensão territorial marítima; 3) a continuação da política nuclear iniciada pelo governo Costa e Silva. No entanto, tais fricções não afetaram em profundidade as relações entre os dois países.

O presidente Nixon apoiou o governo Médici por seguir uma política econômica atrelada aos interesses norte-americanos e por seu anticomunismo macartista, deixando de lado qualquer princípio de direitos humanos quando se tratasse da repressão a comunistas e opositores. Em dezembro de 1971, quando Médici esteve em Washington, Nixon afirmou que "para onde fosse o Brasil iriam todos os países da América Latina". Na verdade, o mandatário estadunidense estava concedendo ao Brasil um papel sub-imperialista na região<sup>4</sup>. Tanto é verdade que o "aliado preferencial" passava a receber a maior parte da ajuda econômica destinada ao subcontinente. O autor, no entanto, nega peremptoriamente este papel atribuído ao Brasil pelos Estados Unidos.

1. Foi Embaixador em Viena, Assunção, Washington, Atenas, Roma e Londres durante a ditadura militar. Ademais, foi ministro de Estado das Relações Exteriores do governo Médici.
2. Na diplomacia, o traço todo da vida. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992, 330 páginas.
3. veja-se PARKER, Phyllis R. *Brasil y la intervención silenciosa*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984, cap. XVI, XVII e XVIII.
4. Veja-se MARINI, Ruy Mauro. Prefácio à quinta edição. *Subdesarrollo y Revolución*, México, p. VII, 1974.
5. Veja-se PETRAS James. *Economía política del terror estatal: Chile, El Salvador y Brasil*. Estado y Regimen en Latinoamérica, Madrid, p. 31, 1987.
6. Bethlem, embaixador brasileiro em La Paz, foi expulso pelo governo boliviano ao comprovar-se sua intervenção prepotente em assuntos internos do país.
7. O golpe foi planejado no Consulado Brasileiro de Santa Cruz de La Sierra e Médici foi o primeiro governo a reconhecer o novo mandatário boliviano.
8. Enquanto o general Alejandro Lanusse, presidente da Argentina, evitava comprometer-se com os que desde Buenos Aires planejavam a queda de Torres, o governo Médici, através da Casa Militar, oferecia aos mesmos dinheiro, armas, aviões e mercenários. Também permitiu a instalação de áreas de treinamento, supervisionados pela CIA e pelo Pentágono, perto da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, na fronteira com a Bolívia. Veja LOZADA, Jorge Gallardo. *De Torres a Banzer: diez meses de emergencia en Bolivia*. Buenos Aires: Ediciones Periferia S. R. L., 1972, p. 424-425.





governo, foram narradas pelo coronel Dickson M. Graef. Testemunha privilegiada dos acontecimentos, por haver participado dos mesmos, o militar fala sobre a "Operação Trinta Horas", tempo necessário, segundo os estrategistas brasileiros, para ocupar o país oriental.

Quando ocorreu o seqüestro do cônsul brasileiro Aloysio Dias Gomide, Médici pressionou o presidente uruguaio Pacheco Areco para que solucionasse imediatamente o caso, como nunca se havia feito em caso de rapto de um diplomata.

A assistência policial-militar brasileira aos órgãos de segurança uruguaio no combate da "subversão", das organizações de esquerda e do movimento guerrilheiro Tupamaro; o trabalho conjunto de tais organismos e seqüestros de uruguaio refugiados no Brasil e o apoio ideológico e moral ao deposto governo de Juan Maria Bordaberry, demonstram como o governo brasileiro intervinha nos assuntos internos do país vizinho. Quando Bordaberry assumiu o poder, em 1º de março de 1972, reconheceu que não podia "ocultar suas afinidades e simpatias para com o governo brasileiro", começando então um período de cooperação econômica entre os dois países, obviamente com vantagens para o Brasil.

Com o Paraguai, o governo Médici pôs em marcha o plano hidroelétrico de Itaipu, garantindo vantagens não só sobre o país mediterrâneo, mas também sobre a Argentina. O Brasil encarregou-se quase que da totalidade da construção da usina, assim como do seu financiamento. Ficou acordado entre Brasília e Assunção que não se venderia energia a terceiros países, devendo o excedente ser comercializado com o governo brasileiro. Desta forma, o Paraguai pagaria seu débito em um prazo de cinquenta anos. A Argentina protestou, já que a construção de Itaipu, além de apresentar problemas ecológicos regionais, dava aos brasileiros o controle do caudaloso rio Paraná e alterava o curso normal das águas que desembocam no Prata, causando prejuízo aos projetos de represas que argentinos e paraguaios construíam mais ao sul.

Na Bolívia, ao assumir o poder o general Juan José Torres, de tendências nacionalistas, o governo militar de Médici interveio abertamente para derrubá-lo. A um regime de segurança nacional, não convinha um governo nacionalista em seu "quintal" por dois motivos: 1) estimularia a oposição brasileira, massacrada pelo governo do "milagre econômico", a intensificar sua luta contra a ditadura militar, 2) representaria uma ameaça à hegemonia brasileira no país andino.

No final de 1970, quando houve a convocação de uma Assembleia Popular em La Paz, os militares brasileiros a consideraram um verdadeiro soviet na América Latina, sendo necessário derrotar esse go-

Igualmente Gibson Barboza apresenta o governo Médici, do qual foi Ministro, como contrário ao desrespeito aos direitos fundamentais do cidadão. Obviamente, nenhum ditador tortura os seus oponentes por uma simples satisfação pessoal. O faz, isto sim, como consequência do conflito existente entre os imperativos da acumulação capitalista e a crescente mobilização popular, que em um determinado momento ameaça os lucros daquela<sup>9</sup>.

Gibson omite qualquer referência à "diplomacia militar paralela" praticada por alguns embaixadores e membros das Forças Armadas, durante o período em que foi Ministro das Relações Exteriores, para intervir em vários países sulamericanos, cujos governos de cunho nacionalista ou socialista preocupavam a doutrina de segurança nacional brasileira.

Com respeito ao Uruguai, por exemplo, as ameaças veladas de invasão esboçadas por Castello Branco tornaram-se mais factíveis com Médici. Os preparativos desta invasão, a cargo do III Exército, caso o candidato da Frente Ampla, Liberal, Seregni, vencesse as eleições presidenciais de 1971 ou o movimento guerrilheiro Tupamaro derrubasse o

9. Esta região é rica em petróleo e ferro, além de ser uma ponta geográfica de duas grandes bacias - apratense e a amazônica - cujo controle permitiria ao Brasil abastecer-se de todo petróleo de que necessita para seu processo de industrialização e ao mesmo tempo colocar-se como árbitro das comunicações internas de um gigantesco território do interior da América do Sul. Veja-se GOSÁLVEZ, Raul Botelho. *Proceso del subimperialismo*. Buenos Aires: Editora Universitaria de Buenos Aires. (EUDEBA), 1974, 2ª edição, p. 13.

10. Embora o Brasil disponha de grandes reservas deste mineral, tinha interesse em chegar a Mutun antes que a Argentina o fizesse, garantindo o domínio hegemônico sobre a região.



verno o mais rápido possível. O general Hugo Bethlem<sup>6</sup> que propôs vergonhosamente ao embaixador argentino no Brasil a transformação da Bolívia em um protetorado (sic) exercido pelos dois países, prometeu um investimento de US\$ 20 milhões de dólares do empresariado paulista assim que Torres caísse.

O governo brasileiro, juntamente com a burguesia de Santa Cruz de la Sierra<sup>7</sup> apoiou material, logística e ideologicamente<sup>8</sup> o general Hugo Banzer no golpe de Estado contra Torres. Enquanto Banzer comandava a rebelião golpista desde Santa Cruz, cidade com forte influência hegemônica brasileira, alguns regimentos do exército de Médici se posicionavam na fronteira para passar armamentos e ajudar logisticamente aos sediciosos, caso houvesse alguma eventualidade desfavorável. Inclusive, chegou-se a admitir a hipótese da separação da província de Santa Cruz, através de mecanismos não determinados, e sua conseqüente anexação à "hegemonia expansionista do subimpério brasileiro".<sup>9</sup>

Uma vez derrotado Torres, em agosto de 1971, que pouco antes se opusera à exploração do ferro de Mutun pelos brasileiros<sup>10</sup> - a maior reserva deste mineral da América Latina - as sucursais do Banco do Brasil aumentaram em La Paz e os créditos voltaram a ser fáceis. Ademais, os estrategistas brasileiros e sua política externa davam dois passos concretos em seu expansionismo econômico e ideológico: 1) a "marcha ao Pacífico";<sup>11</sup> 2) uma maior pressão sobre o governo socialista de Salvador Allende no Chile.

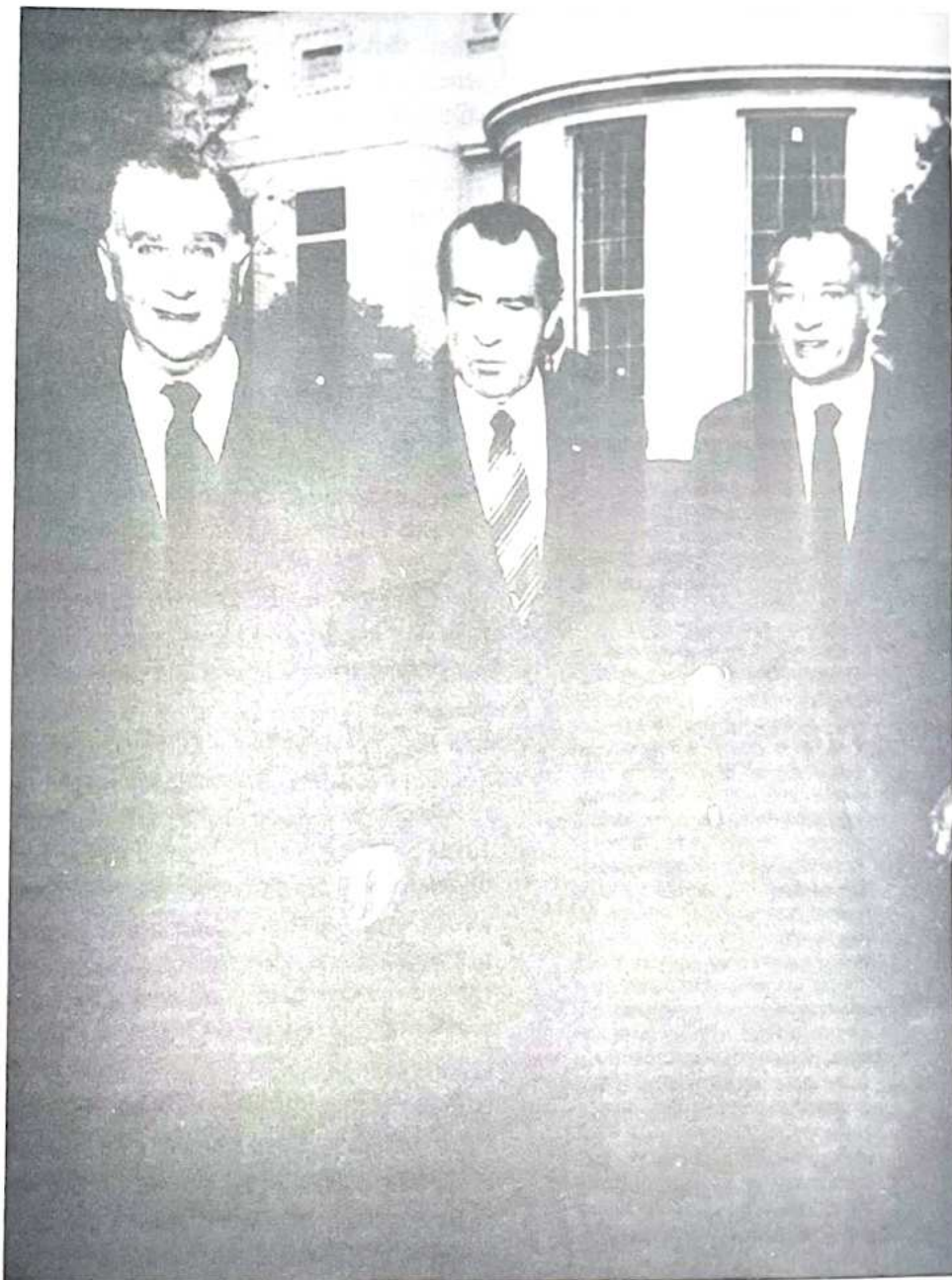
Com a Argentina, governada desde princípios de 1971 pelo general Alejandro Agustín Lanusse, defensor da tese da reconquista da antiga influência de Buenos Aires sobre a região, Médici manteve uma diplomacia de disputa, tentando reverter os possíveis avanços do mandatário pratense. Allende no Chile, Torres na Bolívia, o crescimento da Frente Ampla no Uruguai - governos e partidos hostis à hegemonia brasileira, bem como defensores dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos - poderiam ser aproveitados pela Argentina para estender um "cerco hispânico-americano" ao Brasil. Entre junho de 1971 e fevereiro do ano seguinte, Lanusse esteve com Allende no Chile, Pacheco Areco no Uruguai, Stroessner no Paraguai, Banzer na Bolívia, Velasco Alvarado no Peru, Velasco Ibarra no Equador, Pastrana Borrero na Colômbia e Caldera na Venezuela, precisamente com o objetivo de fortalecer a liderança argentina, e ao mesmo tempo, enfraquecer a penetração militar brasileira que vinha ocorrendo desde 1964.<sup>12</sup>

A Argentina assinou o Ato de Salta, estabelecendo fortes laços com os países do Pacto Andino. A cooperação comercial entre Buenos Aires e Santia-

go aumentou e formalizou a Ata de Santiago que, entre outros itens, defendia o princípio da não intervenção e a solução dos conflitos pela via pacífica, afirmando que "ambos princípios eram essenciais por serem as bases do pluralismo político na comunidade internacional". Para aumentar sua liderança na região, Lanusse aderiu à tese de Salvador Allende, que defendia a substituição das "fronteiras ideológicas" dos militares brasileiros pelo "pluralismo político".

O Chile passou a preocupar profundamente Brasília por ser seu presidente socialista e principalmente pela perspectiva de que governos de esquerda chegassem ao poder pela via eleitoral.<sup>13</sup> As relações entre o Brasil e o Chile tornaram-se difíceis durante o governo de Allende, por dois motivos: 1) pelo caráter socialista de seu governo, o que já era uma "ameaça" à ditadura militar brasileira; 2) por sua política externa, propondo o "pluralismo político"

11. O Brasil, há algum tempo, tem interesse em um corredor de exportação pelo Pacífico. Isso lhe permitiria transportar a produção do parque industrial paulista para o Oriente com mais rapidez e menos custo. Conseqüentemente a ditadura militar apoiava a velha reivindicação boliviana de sua saída ao mar, a ponto de Pinochet, incomodado por tal medida, afirmar que o governo brasileiro o fazia por interesse próprio. Além do mais, estes planos expansionistas brasileiros coincidiam com uma velha aspiração boliviana: a construção da estrada de ferro de Cochabamba-Santa Cruz, que se ligaria aos outros sistemas que levam a Santos e a África.





***"O Chile passou a preocupar profundamente Brasília por seu presidente socialista e principalmente pela perspectiva de que governos de esquerda chegassem ao poder pela via eleitoral."***

12. Veja-se MARTINEZ Pedro Fernando de Castro, *Fronteras Abiertas: expansionismo y geopolítica en el Brasil contemporáneo*. México: Século XXI, 1980, pp. 173-174.

13. Em 1973 o "milagre econômico" dava seus sinais de fracasso, e o aumento do petróleo afetou profundamente a economia brasileira, até então próspera. As consequências, a nível político, fizeram-se públicas nas eleições gerais para a renovação do Congresso Nacional, em outubro de 1974, quando o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), apesar do controle estrito da propaganda política eleitoral por parte do governo, obteve uma vitória avassaladora sobre o partido oficial.

14. Quando Lanusse esteve em Brasília, Médici reconheceu publicamente o direito de todos os povos a verem concretizados seus ideais de paz e prosperidade, de acordo com suas próprias instituições. Oficialmente parecia ser o fim da aplicação da doutrina das "fronteiras ideológicas". No entanto, o discurso oficial não correspondia à política governamental.

15. Assessores da polícia e das forças armadas participaram de interrogatórios e treinaram oficiais chilenos na prática da tortura, como o fuzilamento simulado, para arrancar confissões e quebrar a moral dos presos políticos.

16. Veja-se BRIONES, Álvaro. *Neofascismo y Nacionalismo em América Latina. Comércio Exterior*, México, v. 25, n. 7, jul. 1975.

ao invés das "fronteiras ideológicas".<sup>14</sup> Apesar destas divergências, o Brasil concedeu - junto com o México, a Colômbia e o Peru - um crédito de 100 milhões de dólares para minimizar, segundo o vice-presidente do Banco do Brasil, o embargo imposto ao Chile pelos bancos comerciais norte-americanos, na realidade, com tais empréstimos o Brasil buscava aumentar a exportação de manufaturas àquele país.

O governo Médici cooperou com a CIA na queda de Salvador Allende. Segundo Nathaniel Davies, ex-embaixador dos Estados Unidos no Chile, o embaixador brasileiro em Santiago, Antônio Cândido da Câmara Canto, havia-lhe sugerido em março de 1973 que as suas representações diplomáticas - Brasil e Estados Unidos - fizessem um trabalho conjunto para provocar a queda do governo da Unidade Popular. O Itamaraty, que sob a orientação de Gibson Barboza, defendia, pelo menos formalmente, o princípio de não intervenção, provavelmente não havia passado nenhuma instrução ao seu subordinado no Chile para que atuasse neste sentido. No entanto, se o embaixador Canto conspirou contra Allende por seu próprio arbítrio, tinha a certeza de que não estaria atuando contra os desejos do governo brasileiro. O referido embaixador, amigo de Pinochet, com quem costumava cavalgar com certa frequência nos fins de semana, provavelmente tinha contatos com a "diplomacia militar paralela" da comunidade de informações, além de representar os interesses intervencionistas de Brasília.

As evidências irrefutáveis da participação de oficiais brasileiros dos serviços secretos, provavelmente em conexão com a CIA, na preparação do golpe de Estado; a afirmação do ex-embaixador de Washington em Santiago, Edward Korry, que "o real apoio técnico e psicológico ao golpe de Estado partiu do Governo militar do Brasil"; os vários carregamentos de armas e munições - colocados em caixas que supostamente continham máquinas agrícolas e importados por uma empresa cujo proprietário era o senador Pedro Ibañez Ojeda e que serviam para abastecer a organização fascista Pátria e Liberdade - embarcados no porto de Santos com destino a Santiago; a aquisição de recursos entre os grupos econômicos de São Paulo pelo empresário Gilberto Huber e pelo engenheiro Glycon de Paiva, ambos dirigentes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) para financiar atividades contra o governo da Unidade Popular, demonstram que a trama montada, entre os governos e a burguesia brasileiros, tinha como objetivo primeiro pôr fim ao governo socialista chileno.

Uma vez derrotado Allende, os governantes chilenos aproximaram-se dos brasileiros reconhecendo a ajuda destes, antes, durante e depois do golpe de Estado, principalmente em serviços de inteligência.<sup>15</sup> Além do mais, como aconteceu com

Banzer na Bolívia, o governo brasileiro foi o primeiro a reconhecer a Junta Militar comandada por Augusto Pinochet.

O Brasil concedeu créditos à recém instalada Junta chilena, no valor de 50 milhões de dólares, além de ajudar com alimentos e medicamentos. Em 1974, um grupo de oficiais chilenos visitou o Brasil para receber treinamento na luta contra a "subversão interna". Nesta mesma época anunciou-se a venda de equipamento de guerra brasileiro ao Chile, como os carros-tanque anfíbios blindados tipo Urutu EEHH/II e Cascavel EE-9. Durante o primeiro ano da ditadura militar o governo brasileiro proporcionou uma ajuda econômica direta de 150 milhões de dólares, quantia muito significativa, inclusive superior à dada pelos Estados Unidos.<sup>16</sup>

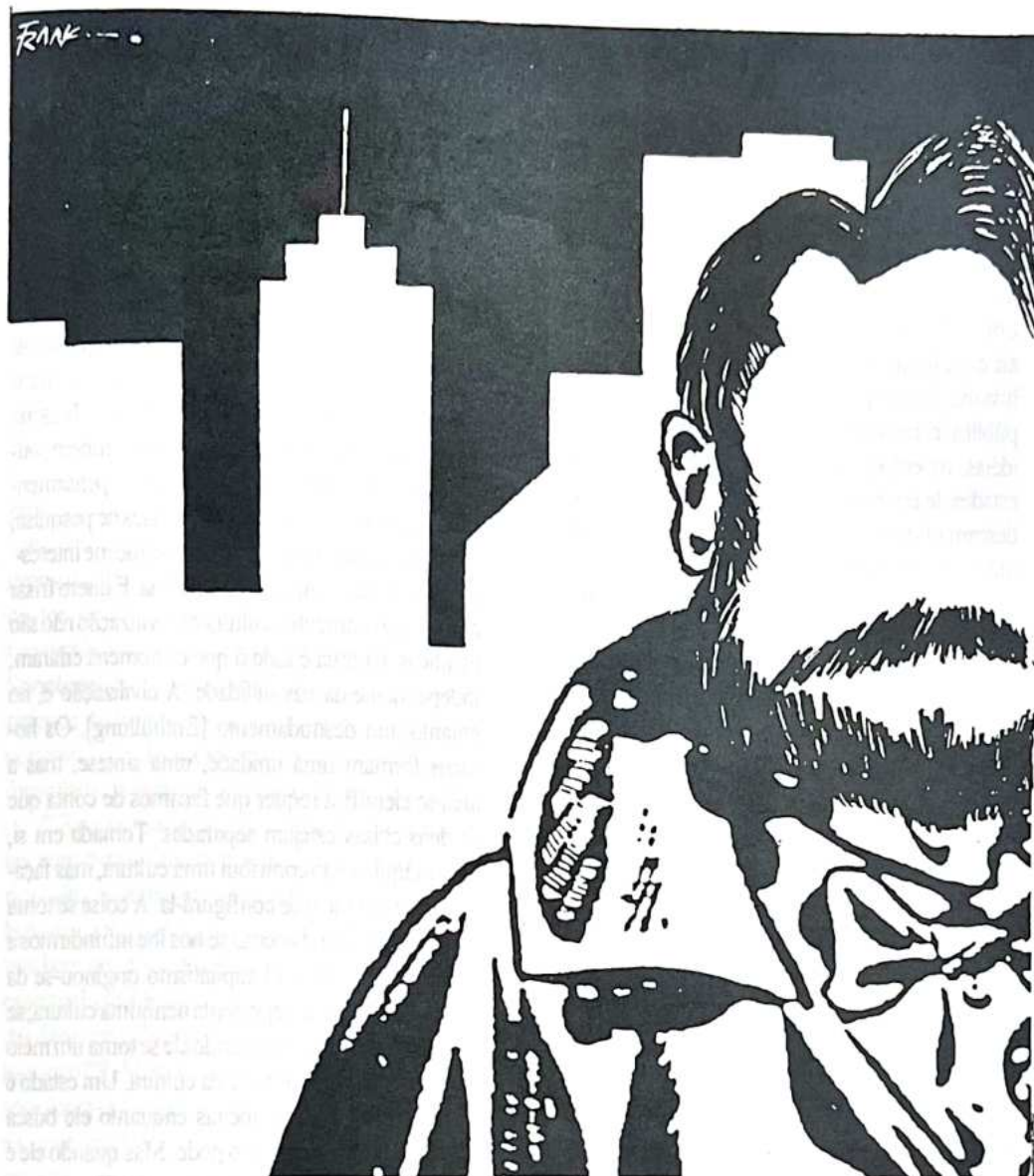
Finalmente, o governo brasileiro reverteu as conquistas de Lanuse na região ao enviar o Ministro Gibson em visita a vários países andinos. O Chanceler brasileiro assinou acordos com tais países com o intuito de debilitar a presença argentina. Para completar as pretensões brasileiras, Torres foi derrocado na Bolívia pelo pró-brasileiro Banzer, a Frente Ampla perdeu as eleições o Uruguai para Bordaberry, simpatizante da política externa brasileira; o Peru mostrou-se renitente em estabelecer um eixo diplomático com Santiago e Buenos Aires, e Allende foi derrotado por um golpe de Estado.

A participação direta do Brasil nos golpes de Estado na Bolívia, Uruguai e Chile através da "diplomacia militar paralela" e a necessidade de uma expansão econômica e de acesso às fontes de matérias-primas estava direcionado principalmente a garantir um estado de segurança nacional tanto interna como externamente e uma contra-revolução permanente em conexão com Washington.

Gibson Barboza, como Ministro das Relações Exteriores e até com forte influência sobre o alto comando militar como ele mesmo demonstra em sua obra, deveria saber de toda a trama da "diplomacia militar paralela", intervindo nos países da região a partir de concepções internas de segurança nacional. Daí não ser verdadeira a afirmação de que a política externa estava "isenta das paixões da política interna".

O livro de Mário Gibson Barboza, ex-ministro de Médici, é uma espécie de autobiografia ou livro de memórias, em que o autor faz uma auto-crítica velada de sua atuação durante a ditadura militar, tendo a constante preocupação de mostrar suas ligações com Santiago Dantas ou com a ala "mais liberal" do regime. No entanto, Gibson não pode ser disvinculado do período mais negro e truculento - em matéria de direitos humanos e da "diplomacia militar paralela" de toda a ditadura. Como ex-ministro desse período, ele deixou de contar estes e outros fatos históricos. Ou os narrou a seu modo.





Richard Brau (Greifswald/  
Alemanha)  
Alfred Weber (1868-1958), um  
erudito alemão, representante  
da Escola de Sociologia da  
Cultura e da História de  
Heidelberg

# Alfred Weber

## Apresentação

O Prof. Richard Brau esteve na UFSC em maio/1992 proferindo um ciclo de palestras organizado pelo Departamento de Filosofia. Um dos temas abordados pelo Prof. Brau foi pensamento do alemão Alfred Weber. Este pensador, irmão de Max Weber, é praticamente desconhecido no Brasil e um dos mais ilustres representantes da escola heidelbergiana de Sociologia Cultural. A releitura do pensamento de Alfred Weber, expressa em seu livro "Abschied von der bisherigen Geschichte -

Überwindung des Nihilismus? "sobre repensar da história e a superação do niilismo, escrito em 1946 e reeditado na Alemanha em 1991. A partir das reflexões de Weber no pós-guerra, o Prof. Brau debateu polêmicas do filósofo americano Francis Fukuyama sobre o "fim da História". Gentilmente o Prof. Brau acolheu solicitação em colaborar com a PLURAL, apresentando-nos Alfred Weber, sua trajetória e suas idéias, num conjunto de três artigos.

Prof. Erni J. Seibel



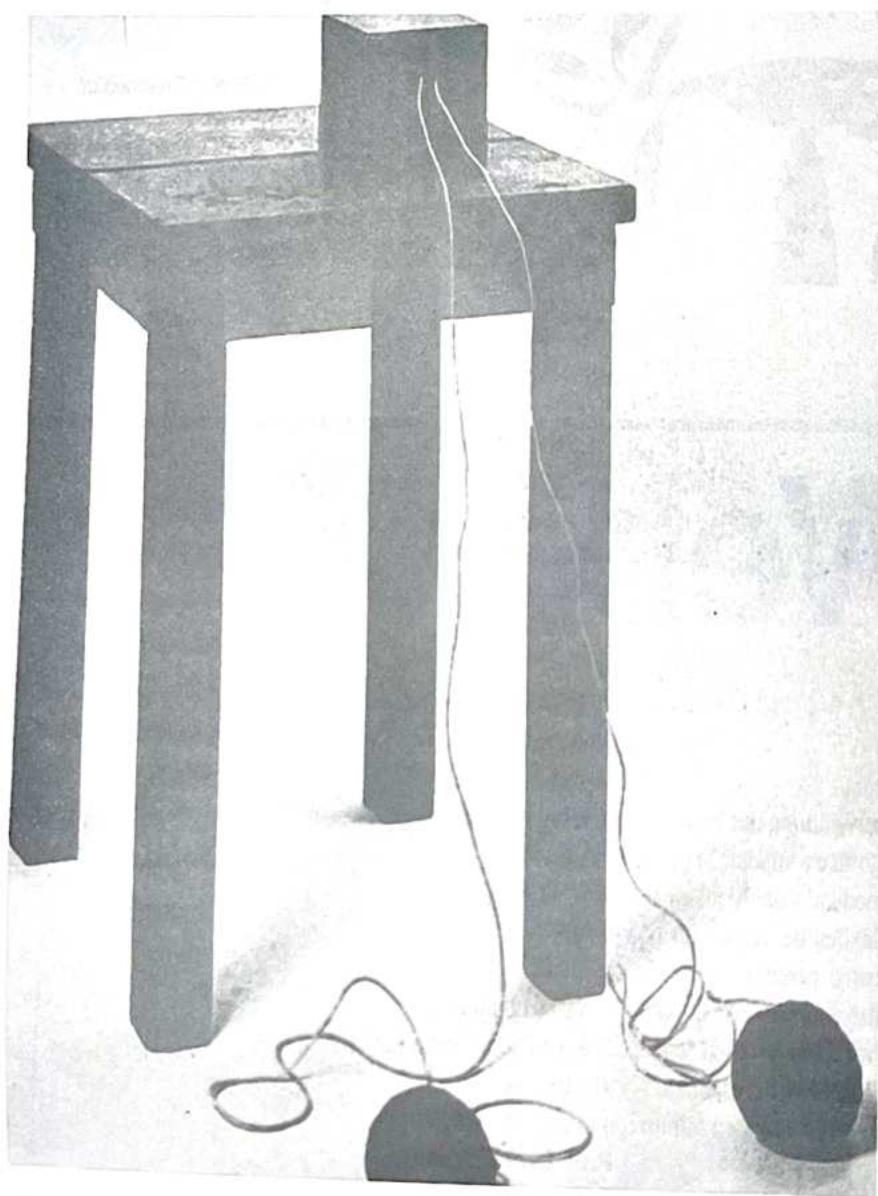
***“O capitalismo originou-se da busca do lucro e não representa nenhuma cultura, se o tomarmos em si, mas quando ele se torna um meio para outros fins, ele é parte da cultura”.***

A obra de Alfred Weber sobre sociologia da cultura e sociologia da história também se insere na rica tradição do pensamento sociológico alemão desde meados/fins do séc. XIX. Além do amplo leque de seus trabalhos sobre sociologia da cultura o espírito investigador de Weber atuava decididamente na teoria da localização industrial [industrielle Standorttheorie] e na pesquisa sobre a burocracia e a educação, chegando a manifestar-se até em enfoques universal-históricos da filosofia da história. No conjunto da sua obra e na sua atuação pública correlata refletem-se como num foco as idéias, os enfoques teóricos e metodológicos, os estados de espírito e as esperanças, mas também os descaminhos e as resignações de intelectuais alemães e europeus importantes de um período historicamente muito conturbado e rico em transformações.

Alfred Weber nasceu em 1868 em Erfurt. Foi o irmão mais jovem de Max Weber (1864-1920), cuja influência multifacetada sobre o pensamento e a pesquisa sociológica continua muito forte até os tempos atuais. Como sociólogos, os irmãos Weber são inconfundíveis; ambos são pensadores autônomos. O significado de Max Weber para as ciências

sociais praticamente não pode ser superestimado. Enquanto os dois estavam vivos, não se podia ignorar uma certa competição rivalizante, embora Alfred tivesse a obra do irmão, da qual ele também participava, em elevada estima. Ao ser perguntado em 1934 pelo sociólogo americano B. L. Eubank, quem dentre os sociólogos alemães seria na sua opinião importante, ele deu uma resposta bem definida: “Max Weber: na minha opinião ele é o maior entre todos os sociólogos alemães. Não creio que estou dizendo isso por ele ter sido meu irmão. Dinha o mesmo, se não tivéssemos sido parentes.”<sup>1</sup> Mas, na entrevista com Eubank, Alfred Weber também soube caracterizar o seu próprio enfoque de pensamento e a especificidade dos seus interesses de pesquisa, com brevidade e economia: “Eu mesmo me interesso pelos aspectos culturais da história. E quero frisar aqui que obviamente a cultura e a civilização não são idênticas. Cultura é tudo o que os homens criaram, independente da sua utilidade. A civilização é, no entanto, um desnudamento [Enthüllung]. Os homens formam uma unidade, uma síntese, mas a análise científica requer que façamos de conta que as duas coisas estejam separadas. Tomada em si, uma máquina não contribui uma cultura, mas fazemos ela é um meio de configurá-la. A coisa se torna uma forma cultural apenas se nós lhe infundimos a nossa própria alma. O capitalismo originou-se da busca do lucro e não representa nenhuma cultura, se o tomarmos em si; mas quando ele se torna um meio para outros fins, ele é parte da cultura. Um estado é uma instituição social apenas enquanto ele busca apenas e exclusivamente o poder. Mas quando ele é usado como meio, ele se torna cultura.”<sup>2</sup>

Esse enfoque contém em miniatura as deixas [Stichworte] e perguntas centrais do seu pensamento: qual é o lugar da era das máquinas na história da humanidade? Que conseqüências a era das máquinas tem para os homens? Como a produtividade cultural é possível? Poderá o capitalismo solucionar a questão social? Será que o estado centrado na idéia do poder [Machtstaat] se poderá transformar num estado centrado na idéia da cultura [Kulturstaat]? Como seria possível uma cultura política? Em que lugar da história se situa o homem contemporâneo? Que espécie de relações existe entre o indivíduo, a sociedade e a cultura? Essas perguntas ainda guardam uma grande atualidade na nossa época. Alfred Weber se esforça em compreender a história, procurando apreendê-la idiograficamente e interpretá-la hermeneuticamente. Sua perspectiva é holística [ganzheitlich], mas ele estrutura o fluxo da história universal para os fins da apropriação espiritual em três esferas, através de abstrações: no processo social, no processo civilizatório e no movimento cultural. O processo social e o processo civilizatório (a ciência, o esclarecimento através da racionalidade





[Rationalitätserhellung], o progresso técnico) transcorrem de forma global e linear, mas o movimento cultural se processa de forma cíclica e historicamente específica. Weber reconhecia na situação contemporânea o perigo da fragmentação da produtividade cultural, por um lado, e o perigo da fragmentação e dissociação da racionalidade e do nível de conhecimento técnico-intelectual, por outro lado. Alfred Weber interpreta a sua época como a época da crise, da crise da vida, da crise da existência, da crise da cultura. Mas essa perífrase indeterminada e multívoca da crise já permite intuir as limitações do diagnóstico weberiano da nossa época. A crise social se manifesta, numa reprodução antropológica, como crise do próprio gênero humano. Dessa maneira as questões concretas da história se diluem e desaparecem no problema fundamental da sua sociologia, que parece ter o seu lugar fora da realidade [in der wieabgehoben erscheinenden Grundfrage seiner Soziologie] A “pergunta mais abrangente, que compreende tudo”, também denominada “primeira pergunta”<sup>3</sup> da sociologia da história deve ser formulada da seguinte maneira, conforme Weber:

“Essa pergunta ou esse complexo de perguntas, com o qual a nossa perspectiva universal-histórica culturalmente orientada se aproxima da matéria histórica, indaga o seguinte: Qual é, numa perspectiva bem genérica, a situação da essência anímico-espiritual [seelisch-geistiges Wesen] do homem e das suas transformações e variações no processo histórico?”<sup>4</sup> Mas à medida que Weber define a sociologia - a sua própria sociologia - como “ciência da crise na forma da sociologia da história”<sup>5</sup> e procura rastrear assim os sintomas concretos da crise, ele chega a verdades parciais extremamente clarividentes acerca do estado e da situação do homem na sociedade capitalista da sua época. O ponto de orientação de Weber é o assim chamado “terceiro homem”, concebido num certo sentido como um tipo ideal e definido como o homem integrado em torno das idéias de liberdade e humanidade, o homem politicamente ativo, o homem ereto e autodeterminado. Na sua própria vida Alfred Weber se empenhou em fazer justiça a esse ideal da forma mais ampla possível. Numa certa medida essa vida foi um pensamento sociológico vivido pelo seu próprio autor. Também nesse sentido Alfred Weber foi uma figura solitária.

As principais idéias e obras e a atuação pública de Alfred Weber como erudito e político estão ligadas à Universidade de Heidelberg. Desde o ano de seu exame de conclusão de segundo grau [Abitur] em 1888, Weber tinha estudado Ciência Política [Staatswissenschaften] e Direito em Bonn, Tübingen e Berlim. Seu doutoramento em Berlim (1895) foi seguido pela livre-docência em Ciência Política e Económica (1899, na mesma universidade). Depois

de alguns anos de livre-docência, Weber ocupou de 1904 a 1907 uma cátedra da Economia na universidade alemã de Praga. Em 1908 ele iniciou o seu trabalho acadêmico em Heidelberg, primeiro como catedrático de Economia e Economia Financeira e mais tarde (1926) como catedrático de Sociologia. Até a sua morte ele manteve laços estreitos com essa antiga universidade alemã. Nas primeiras três décadas do século XX, a Universidade de Heidelberg ocupou um lugar especial em meio às universidades alemãs. Ela era um importante centro da ciência social burguesa na Alemanha, talvez o mais importante de todos. Ela era um centro do “espírito vivo”. Os dois irmãos Weber, Alfred e Max, contribuíram em grau elevado para firmar a reputação mundial da Universidade de Heidelberg. O ambiente sócio-cultural e acadêmico *sui generis* de Heidelberg foi um fator que cunhou num grau elevado o pensamento sociológico de Alfred Weber. Nesse sentido, a designação “Escola da Sociologia da Cultura e da Sociologia da História de Heidelberg” é mais do que simples designação de um local. As obras principais de Alfred Weber são assim co-determinadas pelo assim chamado “espírito de Heidelberg”: *Idéias para uma Sociologia do Estado e da Cultura* (Karlsruhe, 1927); *História da cultura como sociologia da cultura* (Leiden, 1935); *Despedida da história tradicional* (Hamburgo, 1946); *O terceiro ou quarto homem. Sobre o sentido da existência histórica* (Munique, 1953).

O que caracterizava esse erudito era um pensamento profundamente indagador, freqüentemente marcado pela dúvida de mesmo. O ceticismo e a dúvida metódica estavam estreitissimamente ligados a esse pensamento. Alfred Weber demonstrou sensibilidade diante de tudo era real e vivo, tinha sensibilidade estética, pronunciada e era contra a moralização abstrata [rechthaberisches Moralisieren] e contra os enjuncimentos ideológicos. Não procurou apenas o diálogo, mas viveu-o. Teve a coragem para a elaboração de visões e para a fantasia criativa, completamente isenta de qualquer ortodoxia. Onde as questões metodológicas ainda careciam de uma formulação exata e onde a análise empírica ainda não permitia a formulação de juízos suficientemente claros, Alfred Weber muitas vezes confiava apaixonadamente numa sabedoria de vida obtida através da divinação e da intuição.

Arnold Bergstraesser, um dos discípulos acadêmicos de Alfred Weber, chamou a sociologia do mestre uma “sociologia da liberdade”. Liberdade é uma palavra altissonante, mas a sociologia de Alfred Weber e sua pretensão de liberdade fazem parte com suas limitações e restrições auto-impostas - das experiências do séc. XX.

Traduzido por Peter Naumann

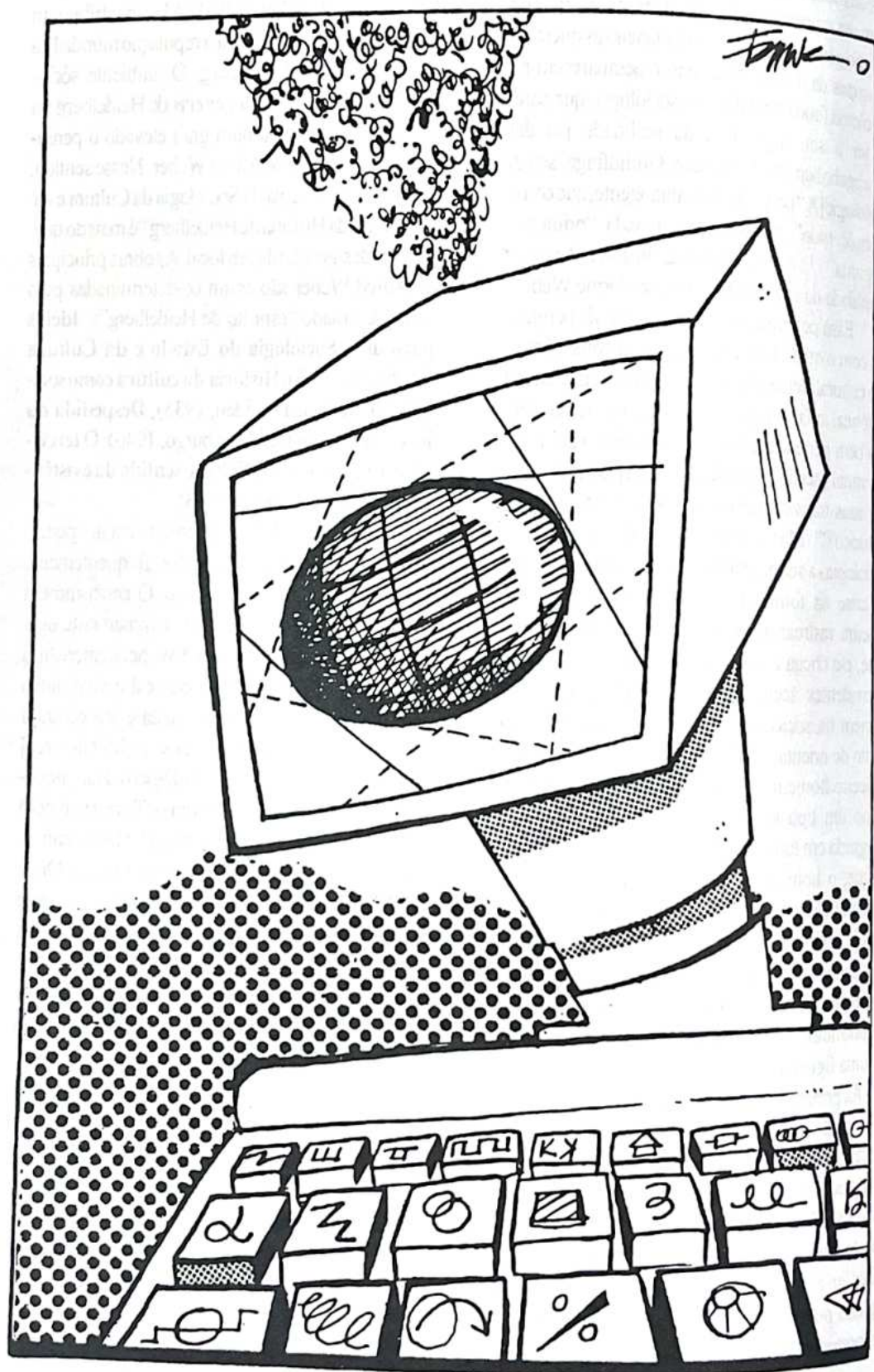
***“Weber reconhecia na situação contemporânea o perigo da fragmentação da produtividade cultural, por um lado, e o perigo da fragmentação e dissociação da racionalidade e do nível do conhecimento técnico-intelectual, por outro lado”.***

1. KÄSLER, D. *Soziologische Abenteuer. Earle Edward Eubank besucht europäische Soziologen im Sommer 1934* [Aventuras sociológicas, Earle Edward Eubank visita sociólogos europeus em 1934]. Opladen, 1985, p. 122 s.
2. *Ibid.*, p. 124.
3. WEBER, Alfred. *Prinzipien der Geschichts- und Kultursoziologie* [Princípios de sociologia da história e sociologia da cultura]. Munique, 1951, p. 14.
4. *Ibid.*, p. 15.
5. WEBER, Alfred. *Soziologie* (Sociologia). In: MANN, G. (ed) *Propyläen Weltgeschichte*, Berlim, Frankfurt, Viena, v. IX, p. 595, 1960.
6. BERGSTRAESSER, A. *Die soziologie der freiheit. Alfred Weber zum gedächtnis* (A sociologia da liberdade. Em memória de Alfred Weber). *Aussenpolitik* (Política externa), [s.l.], v. XIX, p. 141, 1958.



# Os anos 90 vistos dos sul: desafios e tendências

**René Armand Drelfuss**  
Doutor em Ciência Política pela  
Universidade de Glasgow,  
coordenador do Núcleo de  
Estudos Estratégicos da  
Universidade Federal  
Fluminense, membro do  
Núcleo de Estudos  
Estratégicos da UNICAMP e  
pesquisador do Pacs/Pries/  
CS.





A década de 80 marcou para os países do sul uma vivência singular: à sombra não só de uma verdadeira redistribuição e realocação das “riquezas das nações” (se levamos em consideração as maciças transferências de recursos para os países “industrializados”), mas também de uma redefinição do que estas riquezas representam e do que se considere bens. Trata-se não só de uma profunda e extensa recomposição do “sistema produtivo capitalista mundial”, mas de uma reformulação do conceito e da prática de mercado econômico, assim como da sua ampliação espacial. Estas recomposições e reformulações espelham e se ajustam à dinâmica de uma verdadeira transformação das bases científicas, industriais, culturais e políticas das economias e sociedades “avançadas” ou “informatizadas”. Estas mudanças também são impelidas por - e, por sua vez, estimulam - “reconfigurações” nos tecidos societários; “reformatações” político-sociais (estatais e culturais); deslocamentos de pólos motores dos processos de inovação e readequação de sistemas tecnológicos; e reformulações institucionais.<sup>1</sup> Trata-se de uma reestruturação e reorganização societária e produtiva que compreende inovação, renovação e recondicionamento da composição da manufatura (nos sistemas de “fabricação”, nos insumos utilizados, nos métodos empregados), na localização (onde ela acontece) e na atribuição (quem cumpre que função e que papel desempenha nesse processo). Em outras palavras: assistimos, do sul, à formulação, elaboração e concretização de uma “Nova Ordem Transnacional”, nos campos econômico, cultural e do conhecimento, assim como à reestruturação da “Hierarquia Geoestratégica”, a emergência de uma agenda de assuntos transfronteiriços (meio-ambiente, migrações, afirmação de identidades nacionais, étnicas e religiosas, aproveitamento de recursos naturais) e criação de uma “Poliarquia Internacional”, nos campos político e militar, além de testemunhar a “desconstrução” da antiga Ordem Internacional.

Esta rearticulação econômico-produtiva global, aliada à inovação científica e à aceleração tecnológica, predispõe para o discernimento de novos potenciais e capacidades das nações e regiões, além de dar sentidos e valores diferentes ao “potencial” e às “capacidades” já reconhecidas. De fato, a valoração convencional dos recursos naturais e das formas convencionais de obter vantagens comparativas - preços, salários, localização, abundância e facilidade de um insumo ou, ainda, a inexistência deste ou daquele condicionante negativo (seja climático ou político), etc. - é sobrepujada por outras medidas: pela “capacidade humana instalada” (conhecimento acumulado, parque científico-tecnológico, adestramento de operadores e direção, organização

e capacidade de decifrar códigos naturais e reproduzi-los em laboratório, com conseqüente produção em massa e não necessariamente padronizada). E levam, ainda, a dramáticas rearticulações políticas, militares e institucionais nos e dos diversos sistemas societários e estatais capitalistas, assim como carregam de roldão os sistemas socialistas, impondo mudanças nas relações internacionais, intercontinentais, intersistêmicas e transnacionais.

A década de 90 já está sendo considerada - e saudada - por alguns como a da inauguração de uma “Idade de Ouro” do Capitalismo Planetário. Mas é um novo tempo que se apresenta pleno de dificuldades para a maioria dos países do eixo Sul-Sul. Muitos deles ficarão em situação crítica, se não houver mudanças substanciais, rápidas e profundas no plano interno e no plano das relações internacionais. E ainda que aconteçam tais mudanças, o quadro será sombrio - e mesmo trágico - para um número significativo de nações e povos. Além disso, é possível vislumbrar desafios em Estadismo e Política e até mesmo oportunidades. Afinal de contas, como lembra Sun Tzu, aqueles que podem especular de forma inteligente terão a certeza de combinar vantagens e desvantagens. Com uma combinação de vantagens, a tentativa terá credibilidade; com uma combinação de desvantagens, a adversidade poderá ser superada.

O contexto mundial em que vivemos, imerso num processo de profundas e abrangentes inovações científicas e tecnológicas, e transformações políticas e societárias, parece inaugurar uma “era de múltiplas perplexidades”, sublinhando o “fim das mais diversas certezas”, sejam elas acadêmicas, intelectuais ou partidárias. Este contexto e processo é determinado por uma série de mudanças em todos os campos e manifestações da vida societária e estatal, entre os quais devemos mencionar como referência e premissas deste trabalho:

- Aceleração tecnológica e reestruturação produtiva;
- Formação de Corporações Estratégicas e Megaconglomerados;
- Criação de macromercados e definição de Continentalizações Político-Estratégicas;
- Formação de Mega-Estados de projeção planetária e emergência de Elites Orgânicas Globais;
- Reformulação estratégica e novas percepções de espaço (geoeconômicas, geopolíticas e cosmoestratégicas);
- Reconfiguração societária, emergência de macro-sociedades transfronteiras, reemergência ou irrupção de afirmações nacionais e étnicas, e reformatação do Estado nacional.

1. Trabalho preparado com base em palestras e debates do autor no “Seminário Verdrangt die Ost-West-Entspannung den Nord-Süd Konflikt?”, Wiesbaden, Alemanha, 05.04.90. Neste trabalho serão utilizados uma série de termos cunhados durante o período da pesquisa e que procuram dar conta dos novos fenômenos observados ou descritos. Estes termos são identificados por aspas simples e sublinhados quando da sua introdução no texto.



## Aceleração tecnológica e reestruturação produtiva

Vivemos num processo induzido pela Triade (Estados Unidos - Canadá, Europa Ocidental - CEE e EFTA - Japão - Austrália), de aceleração tecnológica e reestruturação produtiva, ambos baseados em *break-throughs* científicos, que impulsionam e condicionam uma extensa rearticulação do sistema produtivo mundial, expressa e alimentada, por sua vez, pela globalização tecnológica e (re)funcionalização espacial induzida (geopolítica, geotécnica, geoeconômica e geoestratégica), com alargamento e aprofundamento da defasagem científico-tecnológica em relação aos países do Terceiro (Brasil) ao Quinto Mundos (Burkina Faso).

Trata-se de uma verdadeira transformação das bases científico-tecnológicas e reestruturação produtiva e social, que compreende a entronização - em larga escala, densidade e intensidade - do "complexo capacitador telecomputrônico", integrado pela informática, telecomunicações, automação e robótica, microeletrônica, e eletrônica de concepção, de produção e consumo. Este "complexo telecomputrônico" passa a funcionar como agente de transformação tecnológica no processo de desenho, no instrumental de produção em escala, e até na circulação (comunicação, administração e transporte). Incluindo seus eixos centrais (as Telecomunicações, a Eletrônica e a Computação) e acoplado às Ciências Cognitivas, da Vida e do Espaço, aos Neomateriais (novas e exóticas sintetizações), à Optomatrônica, à Biotecnologia, às Energias Alternativas, à Robótica, à Genética e aos Serviços e componentes "inteligentes" introduzidos no próprio coração da manufatura, ele forma "Tecnobergs".<sup>2</sup> Este acrônimo aponta para a formação de sistemas integrados de pesquisa científica e aplicação tecnológica globais, criados formal e informalmente, através de fusões científicas, tecnológicas e produtivas nestas áreas de fronteira. Não só o sucesso, mas a própria sobrevivência das nações dependerão de sua capacidade criativa para a inovação, renovação e adaptação e, por conseguinte, da qualidade e potencial do seu parque científico-tecnológico e da sua estrutura social e humana. O conhecimento (criado, acumulado e aplicado) é a *commodity* da década.

Os Tecnobergs - cujos emblemas e representações (simbolizando a qualidade deste processo) são os semi e supercondutores, o computador, o robô, as substâncias experimentais e as potentes combinações de tecnologias como o CAD (Computer Aided Design), CAM (Computer Aided Manufacturing)

e o CIM (Computer Integrated Manufacturing) - e suas atividades conexas ou desdobradas, provocam, por sua vez, um efeito "multiplicador e potencializador" de opções, que a cada amanhecer descortina mais um "admirável mundo novo", já que hoje, "a fase da experimentação ocorre quase ao mesmo tempo que a criação de novas teorias".<sup>3</sup> Neste contexto, visualizam-se padrões emergentes de organização empresarial (realizados nas Corporações Estratégicas), de formatação estatal (compactação e refuncionalização), de desenvolvimento político-estratégico (poliarquia internacional e *polity* global) e econômico (macromercados, sociedades cibernéticas e cadeias produtivas regionais).

Trata-se, também, de uma reformulação das bases de produção material das economias avançadas, com a consolidação de uma nova configuração produtiva planetária, que privilegia a Triade como centro produtor dinâmico (consolidando seus parques científico-tecnológico-produtivos integrados de ponta) e estipulando novas regras e modalidades para o comércio internacional e transnacional. Finalmente, trata-se de renovações e inovações de organização e estratégias que alteram radicalmente o mix de processo de produção e de produtos.

Outra novidade dos últimos anos é que já se intensificam os esforços para introduzir processos de alta tecnologia (entre eles o sistemas e técnicas CAD/CAM/CIM - e as tecnologias flexíveis) na produção e administração de indústrias tradicionais. Esta questão é crítica para os países do 'Sul', já que estipulará o tipo, o alcance e a velocidade de relocação industrial para o 'Norte', que, por enquanto, continua sendo mais uma ameaça, concretizada seletivamente, do que uma realidade em massa. Ao mesmo tempo, a miniaturização e a compactação de produtos e mecanismos de produção permitirá a criação de 'linhas de montagem continentais e globais' (LMCs e LMGs), integradas por robótica e microeletrônica, transportadas ou embarcadas em navios, trens e aviões de grande porte, e que já começam a sair da prancheta de desenho para a sala de cálculo de custo e benefícios.

Espelhando e ajustando-se à lógica destas transformações, pode-se estabelecer tanto a nova feição da cooperação interfirmas e inter-nações nos mais diversos campos quanto à competição oligopólica, que ainda ganha outros estímulos em função de custo e escala de projetos científicos, tecnológicos e produtivos.

Assim, ficará cada vez mais clara a falta de operacionalidade de noções como "Terceiro Mundo" ou o enganoso rótulo de 'país industrializado', não só pela 'nova cara' do planeta - modelada por acelerados processos de diferenciação e diversificação no 'Sul' e de sua interpenetração seletiva com o

2. Trata-se na realidade de um acrônimo criado a partir das iniciais dos componentes, para indicar estas verdadeiras 'montanhas tecnológicas'.



'Norte', mas pelas transformações das nações 'desenvolvidas' em um complexo sistema de economias de serviços e 'sociedades de comunicação eletrônica'. Há uma acelerada inovação tecnológica, que transforma a manufatura em 'fatura' tecnocerebral. De fato, estamos no limiar da emergência de uma complexa economia intercontinental (de macromercados) de serviços, com um firme crescimento destas atividades, que já incorporam 70% da força de trabalho dos Estados Unidos e um pouco menos na Europa Ocidental.

## Formação de corporações estratégicas e megaconglomerados

Constatamos a consolidação tanto de uma nova divisão internacional do conhecimento quanto de uma nova divisão transnacional da produção, ambas propiciadas pela formação de Megaconglomerados tecnológico-produtivos e de Corporações Estratégicas Tecnopolíticas (CETs). À diferença das empresas, conglomerados e grupos convencionais (orientados por produtos e filieres de produção, entre cujos ingredientes definidores estão as vantagens comparativas convencionais de produção, mercado e comércio), as CETs são orientadas por matrizes científicas, por corações tecnológicos e por redes e cadeias produtivas e comercializadoras. Isto provoca mudanças colossais na estrutura e dinâmica das corporações, enquanto agentes centrais do processo de transnacionalização, centralização e concentração do conhecimento e da produção, assim como na

prática de mercado (que ganha um sentido ampliado, de marco societário) e nas percepções do que realmente sejam possibilidades, oportunidades e necessidades políticas, econômicas, militares e culturais de empresas, governos e sociedades.

## Criação de macromercados e definição de continentalizações político-estratégicas

A globalização tecnológica e a atuação de corporações estratégicas e megaconglomerados viabiliza e requer a criação de macromercados. Os pivôs político-estratégicos e os pólos motores científico-tecnológicos e produtivos destas integrações diversas, nos mais variados campos, já mencionados, são Estados Unidos, Alemanha e Japão, com seus sub-eixos dentro da Triade. Já as integrações dos diversos "espaços" (Triade, Eurásia, Eucanmex, Urssásia, Confederação Européia (Europa 92/CEE, Europa EFTA, Europa Pós-Comunista). Anel do Pacífico, Círculo Asiático Oriental (da Mongólia ao Japão e da Indonésia à Tailândia), Anel do Atlântico, Mercosul) redesenham o planeta. Neste contexto, deve-se estudar a realidade do Mercosul em gestação, da Iniciativa para as Américas (do governo norte-americano) e do sub-eixo Pacífico das Américas (México, Venezuela e Chile), assim como a sua interação cooperativa e conflitiva, levando-se em consideração o que foi exposto nos parágrafos ante-





riores.

Delinea-se, também, uma tendência não só para o jogo dos Macromercados entre si (incluindo processos de reestruturação produtiva, transformação estatal e reconfiguração sócio-cultural), mas também para a confrontação com outras vertentes produtivas, comerciais, culturais e políticas. Assim, os "Pólos Mercado-Societários" e os Pivôs Geopolíticos e Geoestratégicos terão que enfrentar os resultados e desdobramentos das tendências para o crescimento do comércio intra-Pacífico Oeste, trans-Pacífico, Euro-Pacífico, intra-Eurásiano, intra-Américas, Transatlântico e inter-europeu (leste-oeste).

Estes movimentos planetários levam consigo não só desestruturas e reestruturas econômicas (Triade, Europa pós-socialista, Europa 92, Europa 12), como propiciam diversas "Iniciativas" (Kaifu, Bush) de Estado, e ainda impulsionam e se apoiam em recomposições político-militares, as quais chamamos de "Continentalizações político-estratégicas". São esforços de compactação sub-regional, regional e continental, impulsionadas por governos nacionais de projeção transnacional, que visam a "estabilização administrada" das mais diversas áreas, ajustando-as aos novos requerimentos da produção e da emergência do "comércio transnacional", decorrentes das modificações na localização seletiva, concentração e centralização de conhecimento e produção. Estas continentalizações político-estratégicas, estipuladas a partir dos centros dominantes, por sua vez, alimentam e se atritam com reformulações nacionais, continentais e intercontinentais convencionais, expondo e realçando, ainda, conflitos e demandas - latentes ou emergentes - de cunho cultural, étnico, religioso e nacional.

A economia política dos assuntos mundiais (economia global) torna-se, a cada dia, brutalmente menos econômica e mais política. Por um lado, devemos assinalar que os Macromercados e Continentalizações políticas não caracterizam poderes nacionais hegemônicos. Isto é importante, pois a ausência de um poder hegemônico - seja ele de uma única nação, de uma coalisão ou de um alinhamento - resulta em dificuldades para impor um regime de comércio global, investido de autoridade planetária. Em decorrência, passam a ser centrais na agenda do GATT, as discussões a respeito de *Trips* e *Trims*, devido às já mencionadas transformações na estrutura e no funcionamento da Economia e da Ordem Política Internacional e Transnacional e devido às tentativas norte-americanas e de países pertencentes à OECD de introduzir no âmbito do organismo internacional as considerações e restrições a respeito de serviços e propriedade intelectual, fundamentais num mundo de *Tecnobergs*. De fato, no GATT negociam-se, além de acordos tarifários,

incentivos e subsídios, uma série de itens cruciais: padrões de qualidade, empregos, legislação fitossanitária, regulação de fluxo internacional de serviços, operações em determinados macromercados por nações de fora, etc.<sup>4</sup>

Por outro lado, apesar da retórica do "comércio livre", que domina as discussões do GATT, já se insinua no eixo Norte-Norte - e, em particular, nos novos macromercados e continentalizações políticas, como os formados por EUA-Canadá-México, Europa Ocidental (incluindo a área pós-socialista) e o anel asiático do Pacífico - a tendência para a continuidade de atitudes e para o aperfeiçoamento de mecanismos que visam a obtenção de "resultados administrados" na área de comércio exterior. Em outras palavras: o renovado eixo Norte-Norte, consolidado a partir da preponderância e sedimentação Triádica (EUA-Canadá, Europa Ocidental e Japão) e da incorporação do chamado Segundo Mundo (após o desmantelamento do bloco socialista) e de alguns países de industrialização recente e intensa (como a Coreia, Taiwan, Cingapura, Malásia, Indonésia, México, etc), está sendo predisposto a um novo protecionismo, que poderá vir a ser racionalizado como "comércio administrado".

Há, de fato, uma política racional na lógica econômica. Junto com a emergência de uma Nova Ordem Transnacional e não meramente internacional, baseada em novos elementos (conhecimento, meio-ambiente, rapidez de inovação e adaptação, produção *high tech* ou convencional retificada localizada seletivamente ou realocada para dentro da Triade, etc.), torna-se cada vez mais nítida a lógica política na condução dos assuntos de comércio internacional e transnacional, que passa a funcionar como "administrado".

O "novo" protecionismo ou "comércio administrado politicamente" implica na continuidade e no desenvolvimento de diversos "mecanismos" e atitudes políticas e legais: arranjos especiais nas transações comerciais, que favorecem ou atingem o parceiro circunstancial, em função de cálculos políticos e econômicos; restrições qualitativas e quantitativas nas exportações e importações; subsídios à produção e à comercialização; tratamentos preferenciais, etc.<sup>5</sup> Afinal de contas, o protecionismo em voga não é tão novo assim, mesmo no meio da propalada doutrina "neoliberal" e da ideologia do "livre comércio".

Nesse sentido, considerem-se as diretrizes para a agricultura da Comunidade Econômica Europeia, baseadas numa teia de subsídios e incentivos à produção e comercialização, além da formação, também pela CEE, de uma sólida barreira aos produtos externos. Ou os dispositivos governamentais dos Estados Unidos em relação ao comércio exterior e às várias cláusulas restritivas, dissuasivas

3. De fato, devemos lembrar que antes dos supercomputadores, os cientistas tinham que criar complexos e trabalhosos modelos de moléculares e imaginar estados físicos na cabeça. Hoje, "eles podem visualizar facilmente vírus e estruturas nas telas dos supercomputadores. Os astrofísicos podem observar em segundos a formação de uma galáxia que leva milhões de anos". O *Jornal do Brasil*, 06.05.90.

4. Cláudio de Souza, *Gazeta Mercantil*, 28.03.90.

5. Os subsídios à agricultura e as barreiras à importação custam a países como Austrália, Canadá, Japão, Nova Zelândia e EUA, e também à CEE, 72 bilhões de dólares ao ano, de acordo com um estudo da OCDE. Cada emprego sustentado pelo protecionismo na agricultura destes países ricos custa o equivalente a 13.000 dólares por ano no Japão, 20.000 na CEE e quase 100.000 nos Estados Unidos. *Jornal do Brasil*, 13.04.90. Os subsídios à agricultura mundial se elevam a 245 bilhões de dólares por ano. *Jornal do Brasil*, 12.07.90.



e punitivas, dirigidas a outros governos. Tudo isto sem contar os subsídios que o Estado norte-americano garante a seus produtores e exportadores e as restrições comerciais e de investimento do governo japonês.

Enquanto isso, no eixo Sul-Sul, o "livre comércio" é imposto como política de "portas abertas", seja através de uma bem-sucedida "negociação" em torno das políticas de subsídios aos produtos, produtores e ao comércio de produtos agrícolas - que afetam a maioria dos países em desenvolvimento - seja (num aparente paradoxo) pelo estabelecimento de um "GATT científico e tecnológico". Isto significaria o controle da criatividade científica, da aplicação tecnológica e da propriedade intelectual, que afeta a inovação produtiva e a renovação econômica dos países de industrialização tardia, podendo atingir, com estes mecanismos de poder global, as emergentes economias dos países de industrialização tardia, podendo atingir, com estes mecanismos de poder global, as emergentes economias de serviços no chamado "Terceiro Mundo", assim como proclamar o fim das "políticas nacionais" e dos "tecno-nacionalismos", em especial de países como o Brasil, Índia, Coreia e Indonésia.

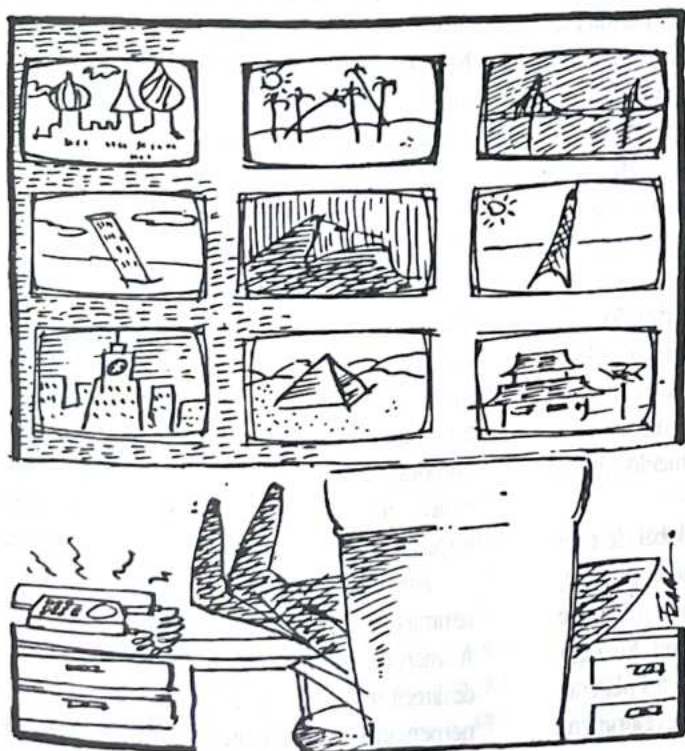
Este comércio é administrado de uma posição de força propícia à constituição de uma nova fase de "intercâmbio desigual" que, para os países do Sul, significa uma constante, fragmentada e assistemática negociação e renegociação (piecemeal negotiation) a respeito do acesso aos mercados do Norte. A especialização, o residualismo, a complementariedade e a suplementariedade de mercados de produção e consumo funcionarão como referência. Em consequência, o sul ficará mais dependente do norte.

## Reformatação do Estado, transnacionalidade institucional, "governança" supranacional e emergência de elites orgânicas globais

Tanto o reforço científico nacional excludente do eixo norte-norte, quanto a globalização tecnológica decorrente, assim como a criação de macromercados e, ainda, a definição de continentalizações político-estratégicas se apresentam, por sua vez, como condicionantes e "movimentos" precursores da formação de Mega-Estados ou Estados de projeção planetária, de macro-sociedade e de uma "Polity" global.

Neste contexto, e considerando o dito nos parágrafos anteriores, deve ser examinada a concomitante "reformatação" do Estado: tanto a sua "desconstrução" organizacional e desengajamento funcional, em diversas áreas de atividade (em forma e com sentido e alcance diferentes para a Triade e para os países "externos" a ela), quanto a sua reconstrução e reinserção dinâmica, como instância miniaturizada, mas potencializada, com maior projeção extranacional no eixo norte-norte.

Há uma incompatibilidade dos Estados Nacionais e dos Estados-Nações da Triade, em relação às necessidades do sistema produtivo global, que leva a reajustes importantes - institucionais, culturais e



... os sistemas, do sul, à formação, elaboração e concretização de uma Nova Ordem Transnacional, nos campos econômicos, culturais, e de condonamento, assim como a reconstrução da 'Hierarquia Geoestratégica', e emergência de uma agenda de assuntos transnacionais (...) e criação de uma 'Polarquia Internacional, nos campos políticos e militares, além de testemunhar a 'desconstrução' da antiga Ordem Internacional".



políticos - no Primeiro Mundo. Mas a presença das estruturas de poder transnacionais no processo de formulação e decisão do eixo norte-norte não esvaízia o Estado no eixo norte-norte, embora requeira sua reformulação pragmática e particular a cada caso "nacional". Já a incompatibilidade estatal do Terceiro Mundo com a Nova Ordem Transnacional (e os ajustes estruturais impostos no eixo sul-sul e sul-leste, para adequar estes países ao novo sistema) levam a uma miniaturização e desengajamento do Estado. Mais: em muitos casos, propiciam ou reforçam a desestruturação do Estado, junto com uma recomposição societária altamente problemática e reemergências nacionais e étnicas conflituosas (América Latina e Europa Ocidental), até a decomposição estatal e desagregação ou regressão societária (África).

O resultado é a desigual e combinada transnacionalização do Estado, nos vários "mundos", seja na forma de *polities* interpenetradas, organizadas em torno do eixo emergente de estruturas supranacionais de poder privado e público, seja através da formação de Estados cognatos, refuncionalizados sob a égide das elites orgânicas transnacionais de alcance global, ou pela "interação dirigida" por governos de projeção transnacional ou organismos supranacionais, através do agendamento e legitimação de questões transfronteiras.

Trata-se, também, de uma adequação do Estado à existência de issues que envolvem fatores político-estratégicos, culturais e econômicos transnacionais, ajustando-o às novas funções de potencialização científica, tecnológica e produtiva, que exigem escalas e parâmetros regionais (supranacionais) e continentais para serem realizados a contento. Isto, por sua vez, traz profundas consequências - na conceituação estratégica e na prática - para os aparelhos militar e burocrático dos Estados nacionais, impondo-lhes modificações substanciais. Mas também produz efeitos profundos nas estruturas sociais, além de ter séria incidência na noção e prática de soberania nacional e popular (cidadania), reafirmando a tendência à criação, por um lado, de macro-sociedades, e por outro, à desagregação e atomização de estruturas sociais existentes.

Como parte do processo de planetarização, está em curso a emergência de "elites orgânicas", globais transnacionais (em lugar das instâncias internacionais), estruturadas por e através de *jet sets* telemáticos, com miras ao gerenciamento global político e econômico.

Este esforço de administração global de elite marca um estágio superior de organização, preparo, recursos, sentido e estilo de atuação em relação ao de seus precursores, como o *Council on Foreign Relations*, as *Business Roundtables*, a Trilateral, a rede do *Committee for Economic Development*

(CED/KD/SNS/Cepes-Europa), etc.<sup>6</sup> Neste caso, estamos considerando a criação de novas elites orgânicas - cujo *habitat* é o mundo dos *Jet Sets* Telemáticos - capazes de desempenhar funções de direcionamento estratégico, de formulação de macrodiretrizes continentais, intercontinentais e planetárias e, até mesmo, de gestão (que por definição e necessidade são supranacionais). Isto se realiza no lugar dos Estados nacionais (quando impedidos ou incapacitados por natureza) ou das agências internacionais (quando limitadas nas suas atribuições), ou em conjunção com estes dois agentes. De fato, as agências econômicas multilaterais (Banco Mundial, FMI, etc.) passam a desempenhar, no eixo sul-sul, um esforço de normatização, gerenciamento e indução econômica regional e global, com efeitos pertinentes muito mais contundentes nas economias nacionais do que seus próprios Estados.

As novas Elites Orgânicas supranacionais são sustentadas por sofisticados sistemas de processamento de informação e por redes de telecomunicações transnacionais, que permitem uma administração coordenada (quando não unificada), a longa distância, de atividades diversas - sejam elas de cunho científico, produtivo ou político. E, graças a estes recursos, têm condições de posicionar-se como verdadeiras estruturas de poder transnacional, dispondo de tecnologias flexíveis para a elaboração, decisão e implementação da ação política, cultural e econômica (produtiva e tecnológica) em escala planetária, assim como do acompanhamento de seu próprio desempenho. Neste espaço de atuação, na intrincada malha de comunicação e nas redes de interligação de elite, encontramos o embrião da *Global Polity*. Surgem, assim, as necessidades e condições para uma primeira "Transnacional Capitalista" - que marca o fim da era das elites orgânicas internacionais -, organizada em torno dos Megaconglomerados continentais, macrorregionais ou planetários e das Corporações Estratégicas: o *jet set* telemático de planejamento e atuação global. Estas entidades realizam o necessário planejamento e desenvolvem a ação política planetária privada - não mais somente através de Estados ou órgãos multilaterais, mas de organismos supranacionais e exclusivos. Em certa medida, o *jet set* telemático tende a substituir diversas funções das antigas formas de Estado, vistas como inadequadas, ineficazes e abertas demais ao olho público e à interferência de corporações estratégicas ou megaconglomerados concorrentes de outros países, ou, justamente, como impedimentos para a concatenação supranacional.

Além das mudanças organizacionais, observa-se uma crescente opacidade administrativo-política. A emergência e consolidação de um *jet set* telemático de direção estratégica viabiliza o segredo tecnológico, perpetuando e desenvolvendo o segredo político-

6. A respeito destas organizações de elite empresarial-intelectual, ver DREIFUSS, René Armand. *A Internacional Capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.



estratégico, subtraindo as questões vitais do olhar público. Isto é escorado pelo seletivo e calculado processo de desestatização das áreas "ocupacionais" do Estado (transportes, telecomunicações, previdência, etc.) - um reordenamento das áreas ditas de "utilidades públicas" - que é fundamental ao processo de renovação planetária dos megaconglomerados e corporações estratégicas.

Desta forma, é introduzida na discussão a questão do "poder opaco" no plano transnacional político-estratégico e a necessidade de debruçar-se sobre as diretrizes e opções dos Estados maiores (o jet-set telemático) e a ação político-tecnológica das corporações estratégicas. Há, de fato, novas formas de (re)organização e intervenção empresarial, governamental e militar, e processos de intermediação de interesses e demandas transnacionais públicas e privadas no interior e sobre o Estado nacional. A globalização tecnológica, a planetarização econômica e a transnacionalização do poder político e das questões societárias deixam a descoberto muitas das limitações na análise e na formulação de diretrizes e políticas públicas, uma vez que as questões continuam centradas em visões convencionais de antinomias e dicotomias, como nacionalismo político-transnacionalização econômica, dependência e autonomia, etc., esvaziando a nossa possibilidade de fornecer elementos substanciais à formulação de diretrizes nestes novos tempos.

## **Reformulação estratégia, geopolítica e político-espacial**

Estes movimentos de integração, de corte econômico, político, militar, tecnológico e cultural, impulsionam e se configuram como tendências globalizantes e continentalizadoras. Processam-se em contradição com afirmações nacionais, étnicas, regionais e locais (tendências particularizantes). Neste duplo processo, com manifestações de entrecruze, interligação e entrecruzamento de movimentos globalizantes e particularizantes, desdobram-se questões de suma importância: a reafirmação de identidades culturais, religiosas, étnicas e nacionais, contraposta à desagregação por um lado e à integração transfronteiras por outro; a alta mobilidade social e espacial, reforçando o sentido da planetarização. Mas, ao mesmo tempo, estas tendências introduzem elementos perturbadores da estabilidade do processo, como no caso de grandes migrações forçadas por acontecimentos econômicos e políticos, ou de situ-

ações de coexistência conflitiva (latente ou expressa) de comunidades de origem e estilos de vida diferentes, num mesmo perímetro nacional, que reforçam, por sua vez, os mecanismos de seleção e incorporação, mobilizando sentimentos coletivos de afirmação de identidade por oposição e exclusão.

O processo mencionado inclui tendências e diretrizes muito diversas:

- integrações e colaborações militares pós-tensão Leste-Oeste e pós-Ideologia de Segurança Nacional e reformulação militar (organizacional, perceptiva, estratégica e de composição nacional). Há uma modificação substancial e de forma nos subsistemas tecnoburocráticos e militares, no processo de afirmação/subordinação nacional e de reformulação. Redefinição de missões e sentido, percepção e localização, identidade, etc.;

- irrupção de issues transnacionais e transfronteiras, como a produção de narcóticos e o narcotráfico, a destruição e preservação do meio-ambiente, e as questões relativas ao ecodesenvolvimento auto-sustentável e aproveitamento de recursos naturais (fontes de energia, produção agrícola, etc.) através das fronteiras estabelecidas formalmente;

- recomposição estratégica no Primeiro Mundo, e possíveis conflitos desta recomposição com (e entre) as afirmações políticas, as enraizadas práticas e referências retóricas de Soberania Nacional no Segundo, Terceiro e Quarto Mundos;

- "incorporações" político-institucionais (formação de mega-Estados) e as continentalizações geoestratégicas decorrentes, com vistas à estabilização administrada de regiões e sub-regiões perturbadoras (ou potencialmente conflitivas) da Nova Ordem Transnacional.

Modificam-se, em consequência e de forma substancial, as percepções e formulações estratégicas (militares), assim como as ideológicas e políticas. Emergem, com considerável ímpeto, dúvidas e questionamentos, que levam a uma reconsideração dos paradigmas de desenvolvimento possível, não como teorias, mas como práticas e processos sociais trans-societários e até transestatais. Chegar a uma sociedade "satisfeita" se torna uma questão candente, atravessando regimes e modelos diferentes.

Surgem questões cruciais em torno de temas tão diversos como **law enforcement** (nacional e transnacional), dissuasão e **strike-force** em um mundo multipolar hierarquizado estrategicamente. Em outra ordem de questões, ganha relevância a localização espacial de um país no planeta, pelas possibilidades de utilização do espaço ocupado (localização, qualidade e dimensão específica) para questões que afetam o globo como um todo (ecologia) ou envolvem o cosmos (plataformas de lançamento). Emergem também novos temas, como as

**"... assistimos, do sul, à formulação, elaboração e concretização de uma Nova Ordem Transnacional, nos campos econômicos, cultural, e do conhecimento, assim como a reestruturação da 'Hierarquia Geoestratégica', a emergência de uma agenda de assuntos transfronteiriços (...) e criação de uma Poliarquia Internacional, nos campos políticos e militar, além de testemunhar a 'desconstrução' da antiga Ordem Internacional".**



vantagens e vulnerabilidades decorrentes da qualidade das "novas riquezas" percebidas (capital biótico, novos materiais sintéticos, terras raras, nível de formação e informação das sociedades, qualidade de vida das populações, conhecimento adquirido e parques científico-tecnológicos instalados ou viáveis, etc.). Tanto a localização espacial no planeta, quanto as vantagens e vulnerabilidades se tornam recurso de barganha econômica e política.

Os processos de continentalização político-estratégica, a emergência de mega-Estados e a formação de macromercados estipulam as condicionantes de outros dois fenômenos. Por um lado, propiciam a projeção legitimadora do Estado por outros referenciais, em lugar daqueles determinados pela guerra fria e acolchoados na ideologia do "interesse nacional" (anticomunismo, sociedade nacional de bem-estar e democracia, ou anticapitalismo, sociedade igualitária e centralismo democrático) e seu desdobramento nas opostas ideologias de Segurança Nacional dos blocos que dominaram a política até agora. Esta ideologia implicava num posicionamento "ativo" frente à contestação (tanto no capitalismo de fato quanto no socialismo real), com altas taxas de repressão e de manipulação. Em contrapartida, obrigava a considerar os direitos humanos, políticos e existenciais como elementos no cálculo político e diplomático. Por outro lado, surgem indícios da formação de referenciais transnacionais, ainda não consolidados num corpo doutrinário e de práticas condizentes, mas que já têm sido usados em diversas situações (estabilidade mundial), "satisfação societária" (que ganha novas dimensões e indagações com o colapso do soviétismo de Estado), crescimento integrado auto-sustentável, preservação ecológica, gestão pública transparente, novas formas de representação da cidadania, etc.

Este conjunto de mudanças desdobra-se em diversas manifestações. Temos a criação de **shifting coalitions** (coalizões em recomposição político-militar-diplomáticas) com intuitos estabilizadores de quadros regionais e sub-regionais conflitivos, como a formada no Golfo Pérsico. E temos, também, a transnacionalização militar no Primeiro Mundo, com uma readequação de interações das Forças Armadas da Triade, em virtude das novas realidades políticas e dos novos equipamentos militares de alta tecnologia e caros (superação da OTAN no seu formato convencional, acomodação do Japão e da Alemanha no quadro de "nações armadas" e a criação de unidades binacionais ou de forças multinacionais de "deslocamento rápido" para cenários regionais e sub-regionais). Além disso, vale mencionara transnacionalização e transfronteirização policial-militar no Terceiro e Quarto Mundos, a partir de demandas diversas, endógenas e exógenas, determinadas pela transnacionalização de assuntos

complexos pela sua interação econômica, social, política e cultural, como o narcotráfico (consideremos, para efeito de raciocínio, o arco político, econômico, social e cultural formado por Bolívia, Peru e Colômbia, com ramificações no Brasil, Argentina e Uruguai). Ou, mais uma vez, as cruciais questões ambientais.

Por outro lado, a divisão internacional do conhecimento ("GATTs" que delimitam propriedade intelectual e científica, etc); a globalização tecnológico-produtiva-financeira (econômica) e a transnacionalização institucional-política (continentalização geopolítica e geoestratégica, como as **shifting coalitions**), e a marcação de fronteiras políticas subcontinentais (como o Canal do Panamá, para a compactação Eucanmex liderada pelos Estados Unidos); e a questão das **issues transfronteiriças**, como o narcotráfico, epidemias e pandemias e o meio ambiente) colocam o Cone Sul da América Latina numa situação dramática se não houver mudanças urgentes.

## **Reconfiguração societária e formação de macro-sociedades**

Em decorrência das transformações acima mencionadas (e viabilizando-as), são geradas (e geridas) as "sociedades de acumulação informativa" e de "criação de conhecimento": macro-sociedades de informação e informatizadas. São sociedades nacionais que se interligam com outras sociedades, não só por estruturação produtiva, de consumo, de lazer ou por integração comercial, mas por compartilhar de problemas, expectativas e soluções transfronteiras. As sociedades nacionais passam a ser testemunhas dos eventos de outras - graças à mídia eletrônica -, acompanhando-as no ato do acontecimento e tornando-se fatores de pressão. Um exemplo interessante desta tendência foi a "comunalidade" global constituída em torno dos aparelhos de TV através do planeta, quando os fatos marcantes da Guerra do Golfo foram transmitidos, sobre a marcha dos acontecimentos, por meio de emissão portátil via satélite. Ou, mais ainda, o acompanhamento da tentativa de golpe de Estado (e resistência) na União Soviética, monitorada jornalisticamente passo a passo, fazendo dos atores principais alvo imediato do escrutínio mundial e das multidões, atores centrais acompanhados pelo planeta afora. Os fatos dramáticos da



URSS tomaram-se, assim, parte do cotidiano visual e emocional das mais diversas sociedades e fizeram com que estas "participassem" do processo. Sem contar o fato de milhares de indivíduos e grupos, dentro e fora da URSS, terem vivido aqueles momentos interligados eletronicamente, comunicando os eventos, incentivando a resistência e criando embaraço para os golpistas.

Estas macro-sociedades (ou sociedades civis extranacionais) em formação devem ser vistas *per se* e à luz de seus choques e interações com as estruturas sociais desinformadas ou ignorantes e mecânicas (Quarto ao Oitavo Mundo), e com as sociedades desigualmente e semi-informadas ou parcialmente informatizadas do Segundo e Terceiro Mundos.

Irrompe neste processo a produção, a pesquisa e o trabalho à distância, induzindo transformações no sistema de produção, na estrutura social, no espaço urbano, nas instituições e na codificação legal e administrativa de Estado. Por outro lado, neste processo assistimos à criação de redes empresariais, associativas e de ONGs transnacionais, envolvidas com a formulação, implementação, execução e controle de *policy* visualizadas continental ou planetariamente (e realizadas de acordo) sobre temas "supranacionais", como o desenvolvimento, a estabilidade institucional, a satisfação societária e o meio ambiente.

A interação dos Estados com as corporações estratégicas e os órgãos supranacionais "estatais" (Parlamento europeu, por exemplo) ou "societários" (ONGs) na formulação política é um dado do futuro imediato, nesta etapa de "transição". Esta interação é reforçada e reforça, por sua vez, a função dirigente dos portadores de conhecimento, dos criadores de conhecimento e dos guardadores de conhecimento (seja no âmbito de países, instituições ou organizações).

Emergem, assim, as condições e necessidades para a articulação societária à distância (inclusive transnacional), tanto da formulação alternativa de diretrizes como da contestação responsável, do questionamento e do apoio. Viabilizam-se, assim, as condições para a organização sindical, comunitária e política em espaços transnacionais, que superam as fronteiras de Estado e a dimensão internacional propriamente dita. Trata-se da emergência da "política de sociedades" versus a "política de Estados", o que anuncia, por sua vez, uma nova estrutura estatal em gestação e até em funcionamento. Trata-se, também, da emergência e consolidação de "sociedades de cidadãos", de individualidade orgânica, em contraposição às "sociedades de massas" ou de classes desarticuladas. E do esboço de uma *polity* global.

Mas, a "nova" economia política internacional

e transnacional será também determinada pelas opções e possibilidades científicas e tecnológicas, que rompem barreiras ideológicas, doutrinárias ou de interesses imediatistas. Esta "nova" economia política dependerá dos princípios de legitimação (tanto os gerados pelas ordens internas quanto os de mudança social e política) a serem definidos e implementados. Além disso, dependerá dos resultados da interação das práticas globalistas, continentais, regionalistas e nacionais. E também dos parâmetros emergentes da Nova Ordem Econômica Transnacional e da Nova Ordem Internacional de Conhecimento, constituídas - por ação da Triade, omissão, convivência ou impotência do sul - na década de 80 (e, por conseguinte, da definição de formas, meios e sentido de mudança global).

Finalmente, a nova economia política irá depender dos novos parâmetros de estabilidade social e dos novos princípios de "sociedade civil" extranacional (em formação) a serem reconhecidos. Parece que a satisfação societária, envolvendo cidadania, equidade e bem-estar, pragmática e utilitariamente definidos, independente de governos e regimes, é uma possibilidade referencial. Junto com estas questões, serão levantados novos tópicos, referentes à legitimação interna e internacional. Entre estes, estarão as preocupações ambientalistas, tanto as que afligem uma determinada região quanto aquelas que afetam terceiros. O ambientalismo, por cima e além de sua própria centralidade dramática, terá que ser considerado no contexto do seu uso como instrumento de política externa, econômica, financeira e científico-tecnológica, seja por Estados, corporações, organismos multilaterais privados ou supranacionais e agências internacionais. Afinal de contas, uma vez que os "direitos humanos", a "democratização" e o "pluralismo" já não parecem funcionar como bandeiras legitimadoras e/ou bloqueadoras ou condicionadoras de iniciativas governamentais e privadas, resta como grande opção mobilizadora o tema da defesa do meio-ambiente. Por conseguinte, as poderosas organizações que o levantam aparecem como únicas instituições capazes de tomar-se efetivos agentes de contestação ou coonestação, em escala global, regional e sub-regional.

Neste sentido, impõe-se uma questão importante: quais seriam os parâmetros da estabilidade social e os princípios das "sociedades civis" em gestação? A resposta, embalada pelo sentimento pragmático generalizado, ao qual não importa sistema ou regime, estaria na procura da "satisfação societária", isto é, de como alcançá-la aqui e agora e não somente desejá-la para um futuro incerto. É bom reiterar que o anseio e a vivência da "satisfação societária", seja de porte nacional ou continental, comporta um pacote de demandas. Afirma a cidadania (liberdade e direitos civis explícitos, o antiautoritarismo ativo e

***"Como parte do processo de planetarização, está em curso a emergência de 'elites orgânicas' globais transnacionais (...), estruturadas por e através de jet sets telemáticos, com miras ao gerenciamento global político e econômico".***



o respeito à diversidade, além da concordância intrínseca com a pluralidade) em lugar do dirigismo governamental. Relega a mero problema intelectual, acadêmico ou de fé a igualdade, que passa a ser substituída pela bandeira da equidade (certeza de poder desfrutar de benefícios sociais, consumo e recompensas materiais, de forma "imparcial", isto é, com a certeza de haver uma certa correspondência entre sua contribuição e a sua retribuição). E reclama o bem-estar "utilitário" em lugar do democratismo formal: uma espécie de recuperação do utilitarismo "tradicional", segundo o qual as melhores diretrizes, práticas e instituições são as que maximizam a quantidade e qualidade total de bens e serviços colocados à disposição dos "cidadãos-societários-usuários".

No entanto, é bom enfatizar que a demanda por "satisfação societária" irrompe mais como uma demanda da sociedade organizada de forma não convencional, do que como objetivo de Estado ou preocupação de governo. Quais serão, então, os princípios organizadores dos governos dos novos

tempos? Eficiência, eficácia e expediente (o uso de métodos vantajosos, ao invés dos que sejam justos ou equilibrados) na gestão da coisa pública, para assegurar o máximo de racionalidade técnica, a fim de alcançar o sucesso econômico e a conformidade social.

Por tudo isso, é fácil imaginar que na agenda das sociedades atuais - e nem tanto de seus governos - em vez da construção de uma Nova Ordem Interna e até Internacional, o que encontramos é a conciliação do justo, desejável e plausível com o que é possível, realizável e de sentido comum. Mas está é uma questão complexa. Ser justo é uma condição ou avaliação que depende das estruturas internas do Estado, que, por sua vez, está sob constante pressão para mudar. O que é possível depende dos seus próprios recursos, de sua estrutura interna e do que estiver contido na e estipulado por sua posição geográfica, balanceado contra os recursos, estruturas e posições de outros. Continuamos a lidar com uma questão de poder e este é o coração do problema.





# Estética da Utopia

**"A matéria comum à utopia e à estética é a rebelião contra o poder, contra todo o poder"**

**Anibal Quijano**

Traduzido de Quijano, Anibal.

"Estética de la utopia".

Revista del Consejo Latinoamericano de Ciencias

Sociais, Buenos Aires,

Número 57, octubre de 1990,

p. 34-37. Tradução: Prof.

Hoyédo Nunes Lins - Dep. de

Ciências Econômicas;

revisão: Prof. Alai Garcia

Diniz - Dep. de Língua e

Literatura Estrangeiras.

Criança geopolítica observa o nascimento do homem novo. Óleo sobre tela de Salvador Dalí, 1943





Constitui uma comprovação insistente que a transformação do mundo ocorre primeiro como transfiguração estética (por exemplo, Lunn, 1982). Em consequência, é necessário admitir uma relação fundamental entre utopia e estética.

Por que a utopia se constitui e se aloja em primeiro lugar no reino do estético? A pergunta abre um vasto território cuja exploração ajudaria muito, provavelmente, a decifrar alguns dos mais obscuros signos da paixão contemporânea, sobretudo no mundo constitui, como a América Latina, no conflito da dominação colonial. Em particular, o nó que aprisiona nosso debate atual: o formado pela questão da liberação social, por um lado, e da identidade (identidades?), por outro.

“A vida está feita da mesma matéria dos sonhos”

É inevitável partir por um caminho que a própria interrogação propõe: de alguma estranha maneira, a utopia pareceria constituir-se e consistir de mesma matéria do estético. Não se aloja ali somente como um embrião humano em uma proveta. Entre ambas haveria, deste modo, uma relação de natureza e não meramente externa ou contingente. Neste sentido específico, a utopia deveria ser admitida

como um fenômeno de natureza estética. O que não é, entretanto, o mesmo que dizer que a utopia constitui, *tout court*, um fenômeno estético.

Se se admite que a utopia não é meramente uma quimera, ou uma construção arbitrária, e por isto prescindível e ainda desdenhável, mas sim um projeto de reconstituição do sentido histórico de uma sociedade (Quijano, 1988), não implica somente que aquela ocupa esse peculiar território das relações intersubjetivas que reconhecemos como imaginário da sociedade, onde o estético possui o seu reino. Isto, por si só, já seria muito importante. Mas o que está em jogo, antes de tudo, é que há um sentido estético em toda a utopia, sem a qual não seria possível estirar as antenas do imaginário da sociedade na direção de outro sentido histórico.

Em termos coloquiais poder-se-ia dizer que se parte na busca de outra sociedade, de outra sociedade, de outra história, de outro sentido (isto é, de outra racionalidade), não unicamente porque se sofre materialmente a ordem vigente, mas sim, antes de tudo, porque... se desgosta. Toda utopia de subversão do poder implica também, por isso, uma subversão estética. Tem caráter estético. Isso estabelece uma diferença radical com as expectativas de todos



O Retorno. René Magritte, 1940



aqueles que admitem ou apóiam a plena legitimidade da ordem vigente, de sua racionalidade particular, ainda que sejam suas vítimas materiais, e cuja luta não implica nem leva a outra meta se não a de mudar de lugar e de papel dentro da mesma ordem. Não basta, nesse sentido, lutar contra os exploradores. Dentro de apenas deste marco, a utopia não está necessariamente colocada. Para que ela esteja presente, requer-se a luta contra a exploração, contra toda a forma de exploração. Requer-se a luta contra a dominação, contra toda forma de dominação.

Por este mesmo caminho duas questões vêm a nosso encontro. Primeiro, se utopia e estética são feitas da mesma matéria, não será também que a estética possui natureza utópica? Segundo, em que consiste esta matéria comum e de onde procede?

As duas questões levam, ou parece que levam, a uma mesma solução. A utopia, toda utopia, é engendrada como busca de liberação de uma sociedade relativamente a uma ordem presente e a sua específica perspectiva de racionalidade. A utopia projeta uma alternativa de liberação em ambas dimensões. Implica, deste modo, uma subversão do mundo, tanto em sua materialidade como em sua subjetividade. Por se lado, toda rebelião estética implica igualmente uma subversão do imaginário do mundo, uma liberação deste imaginário no que respeita aos padrões que estruturam e ao mesmo tempo o aprisionam. Toda estética nova possui em consequência, caráter utópico.

Porém, se toda utopia tem caráter estético, nem toda utopia tem caráter utópico. Este traço é encontrado somente em uma estética subversiva. Por isso, se bem que toda utopia seja constituída de matéria estética e apareça primeiro no reino estético, nem toda estética aparece primeiro no reino da utopia. A relação entre ambas é fundamentalmente, sem dúvida; mas não se trata de uma reciprocidade simétrica. A utopia, toda utopia, projeta os sonhos e as esperanças dos dominados; mas também dos que, sem o ser, encontram-se entre os "humilhados e ofendidos" deste mundo. Quer dizer, daqueles para quem a exploração e a dominação, qualquer que seja a forma de existência, são ofensivas e humilhantes para o conjunto dos homens e das mulheres da terra. Por isso não poderia existir sem componente estético. De outro modo, o reino do estético é um campo de disputa entre um padrão de dominante e uma alternativa de subversão e de liberação. Faz parte da estrutura das relações intersubjetivas do poder. Mas nenhuma alternativa de subversão estética poderia deixar de possuir um componente utópico. O poder é, no fim das contas, o inimigo comum. A matéria comum à utopia e à estética é a rebelião contra o poder, contra todo o poder.

Neste sentido, toda proposta estética que não se resigne ao comentário do existente, que se dirija à

liberação da produção imaginativa, isto é, o imaginário real, seus modos de constituir-se, suas formas de expressão e seus modos de as produzir, subverte o universo intersubjetivo do poder. É um momento e uma parte da constituição de uma nova racionalidade, de um novo sentido histórico da existência social, seja esta individual ou coletiva. Porque somente dentro de ou em referência a este processo, pode verdadeiramente produzir-se a liberação do imaginário. É, precisamente desta maneira que a utopia emerge e se aloja em primeiro lugar no reino da estética.

Na mesma perspectiva, a crítica das relações de poder, vigentes ou que se mostram como alternativas, que se mostram como alternativas, que não se encerra na denúncia, mas também se orienta ao debate de uma racionalidade alternativa, não se dirige unicamente à materialidade das relações sociais, e sim também às relações intersubjetivas que se encontram imbricadas com aquelas. Parte dela implica uma estética. Se não, revela seu caráter tecnocrático e reducionista, qualquer que seja seu nome e sua reivindicação formal de identidade. Seu instrumentalismo, sua relação essencial do poder, não com a liberação.

Não será, talvez, muito difícil admitir que na presente crise histórica esta é umas das questões em causa. No fim das contas, não é nova a idéia de que o "socialismo realmente existente" foi o produto deste reducionismo tecnocrático. Em particular, da teoria imposta desde Stalin, do caráter "reflexo" da "superestrutura" com respeito à "base".

## A Novidade do Mundo

Utopia e estética novas não ingressam no mundo a todo momento nem são produzidas somente nas visões de intelectuais e de artistas. Emergem na passagem de um período histórico, quando, como é historicamente demonstrável, o mundo que chega se abre de novo a opções de sentido, de racionalidades alternativas.

Supondo que hoje ocorre desta forma, ainda que a opinião dominante seja quase radicalmente adversa. Na verdade, há a confrontação de um paradoxo peculiar. Poucos resistiriam a admitir que todo um período tenha atingido o seu final na história. Mas a expressiva maioria pareceria aceitar, também, que deste modo toda utopia, toda possibilidade de utopia, é arrastada para fora da história. Se este último for certo, o fim do período é, nem mais, nem menos, o fim da história. O mundo histórico não se abre mais a nenhuma opção; não poderia ser novo, em absoluto, no tempo que está por vir.

**"... O tempo que vem não será um mero prolongamento do passado como agora o milenarismo capitalista, e sim um tempo historicamente novo."**



Com o muro de Berlim, poder-se-ia dizer, o Século XX terminou historicamente, ainda que sua cronologia tenha ainda uma década pela frente. Tudo aquilo que se edificou como projeto real de utopias antiburguesas neste período, cultural e politicamente, encontra-se em escombros.

Um período histórico não é meramente uma cronologia. É, antes de tudo, uma peculiar estrutura de significações; isto é, de racionalidade; um cenário de conflitos entre propostas de racionalidade e de hegemonia de algumas delas. O que encerra o período é o esgotamento daquelas. E outro conflito esboça o horizonte que vai sendo constituído, entre o discurso da ordem triunfante e as novas utopias.

Este século foi o cenário do conflito entre duas formas da mesma racionalidade, ambas herdeiras da mesma versão instrumental da modernidade europeia, o capitalismo privado e o "socialismo realmente existente". O cenário vai se encerrando com a vitória do primeiro.

Como o "socialismo realmente existente" ocultou-se debaixo de seu nome para ocupar o lugar da democracia socialista no imaginário dos que enfrentam a alienação social, os vitoriosos fingem que vêem no colapso de seus rivais nada menos que a morte da esperança mesma cujo nome fora usurpado na contenda que termina.

Seus poderosos "mass media" procuram oprimir-nos com a vitória do capital, de seu poder, de sua tecnologia, de seu discurso. Encontram-se desvanecidos para sempre, nos dizem, os sonhos de liberação, de solidariedade, de controle direto de toda autoridade. Eram só "grandes relatos", desdenháveis quimeras. Um pragmatismo sem atenuantes estende-se como a envolvente ideologia que proclama o fim de todas as (outras) ideologias, para cantar a morte de toda esperança de subversão desta ordem. Inclusive, não faltam ignorantes para crer que não é somente este período, e sim que chega ao fim (Fukuyama, 1989) e começa o eterno reinado do capital e da ordem liberal. Parecem estar morta, na verdade, toda utopia, enterrada debaixo dos escombros de todos os muros do "socialismo realmente existente" ou fechada na weberiana jaula de ferro da razão instrumental.

**Eppur si muove.** O mundo já é novo, em muitos sentidos. E, sobretudo, abriga já visíveis e ativas opções de sentido histórico. Quer dizer, o tempo que vem não será um mero prolongamento do passado, como sonha agora o milenarismo capitalista, e sim um tempo historicamente novo.

Assinalarei alguns dos traços decisivos desta novidade. Para começar, pela primeira vez vivemos em um mundo global, literalmente, que cobre o globo terrestre. As consequências e as implicações de tal fato, sobre todos os fenômenos e todas as categorias referidas a eles (nações, Estados, raças, castas,

etc.) que formam a vasta família do poder, são hoje apenas vislumbráveis, e aqui não caberia debater sobre isto. Mas poucos, sem dúvida, arriscariam seriamente esperar que o poder vigente, o do capital, conseguiria atravessar impune, o tempo que vem.

No debate atual sobre a crise da modernidade, não está em questão somente das propostas antagonistas do poder, como sustenta a maioria dos críticos da modernidade, nem é seguro que se poderá desalojá-las definitivamente em benefício do domínio eterno dos elementos instrumentalizáveis da racionalidade moderna, para os fins do poder. Mais profundamente, estão em jogo os fundamentos mesmos do paradigma cognitivo que permite tal instrumentalização: a separação dicotômica sujeito-objeto; a linearidade sequencial entre causa-efeito; a exterioridade e incomunicação entre os objetos; a identidade ontológicas dos objetos, para assinalar algumas das dimensões centrais do problema. Quer dizer, todo aquele conteúdo na imagem da separação entre a árvore da vida e a árvore do conhecimento, onde começa o processo de desencantamento do mundo. As estruturas do universo intersubjetivo que sustentam o domínio eurocentrista na inteligência e nas relações materiais do poder, estão em questão. Está, por certo, presente o risco do regresso de todos os fundamentos culturalistas, inclusive a imposição das versões mais perversas do eurocentrismo. Mas também abrem-se as portas à (re?) Instalação de uma relação de comunicação entre a sociedade e o universo.

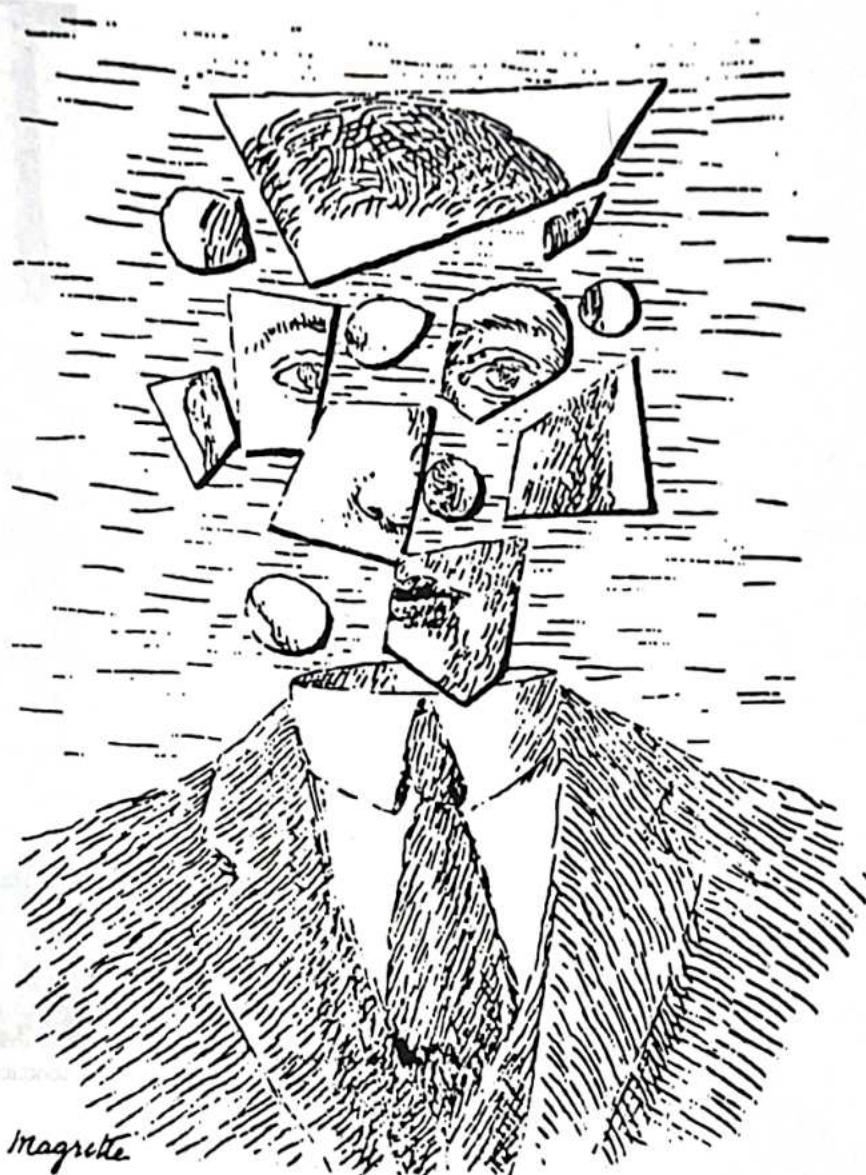
O desdobramento da "revolução tecnológica" está apenas em seu começo. Até aqui tomou possível a globalização do mundo e a extensão do domínio do capital sobre os povos, e o de seus beneficiários, principalmente euro-norte-americanos, sobre todos os demais grupos do mundo. Porém, também permitiu colocar em questão sua epistemologia, sua cosmovisão, sua racionalidade. E apenas estamos no umbral das implicações disto sobre a produção tecnológica do futuro; da capacidade de reapropriação tecnológica a partir de outras racionalidades; do processo de re-originar outras culturas; e, no imediato, das possibilidades de criação estética nova que tudo isto abre, na produção de novos sons, cores, imagens e formas novas, realidades novas.

A globalização do mundo exacerba, talvez, a velha quimera de seus dominadores, a homogeneização do mundo, que se encontra agora, certamente, mais sintonizado, e isto indica um fundo comum de significações. Mas é também, simultaneamente, mais diverso, mais heterogêneo. O "Ocidente" penetra, desarticula outros mundos. Todavia, em contrapartida, produz vastas multidões migratórias. A migração é, quase, uma condição humana contemporânea. Entretanto, aquelas não são apenas mão-de-obra, e sim universos culturais que



também penetram e reconstituem os "centros" do poder global. O que na África ainda erode e desarticula um modo de existência social (China Achebe, *The thing fall apart*), nos migrantes é uma genuína metamorfose, produz na Inglaterra uma não tão subterrânea reconstituição do cotidiano (Salman Rushdie, *Los versos satânicos*). E na América Latina, como nos Estados Unidos negro, provavelmente por serem os dois serem os dois territórios mais antigos do domínio colonial e da migração, levanta-se um processo de re-origem cultural, isto é, de produção de significados originais, não meramente de versões subalternas da cultura crioulo-euro-norte-americana (José Maria Arguedas, *El zorro de arriba y el zorro de abajo*; Toni Morrison, *The song of Solomon*). O "no arguediano", este entrelaçamento peculiar entre a utopia da liberação social e a da identidade, parece não ser privado do mundo andino ou da América Latina, senão de todo o mundo histórico constituído na dominação colonial. Contudo, talvez, termine confirmando também os próprios dominadores em suas próprias sedes.

Se se observam as tendências com as quais emerge a próxima acumulação mundial, não só são visíveis os eixos produtivos, a tecnologia ou a possível distribuição espacial do controle desta estrutura. Também pode ser colocada a questão dos limites de mercantilização da força de trabalho, mais além do problema do emprego-desemprego-subemprego dentro do capital. E, como uma das opções possíveis do trabalho e dos trabalhadores frente a estes limites, a extensão das relações de reciprocidade no controle dos recursos, de produção, de distribuição, como já está ocorrendo e não somente na América Latina. Mais para frente, os conflitos dentro do poder e contra ele não poderão permanecer somente dentro das relações salário-capital.



E disto se trata. Ainda que a poeira levantada pela queda dos muros não os deixe ver o estrépito da fanfarra capitalista não o deixe ouvir, começa agora um novo momento de uma luta a todo momento inconclusa e de uma esperança que não cessa de desafiar a morte: a substituição da autoridade pela liberdade e da moral do interesse pela moral da solidariedade.

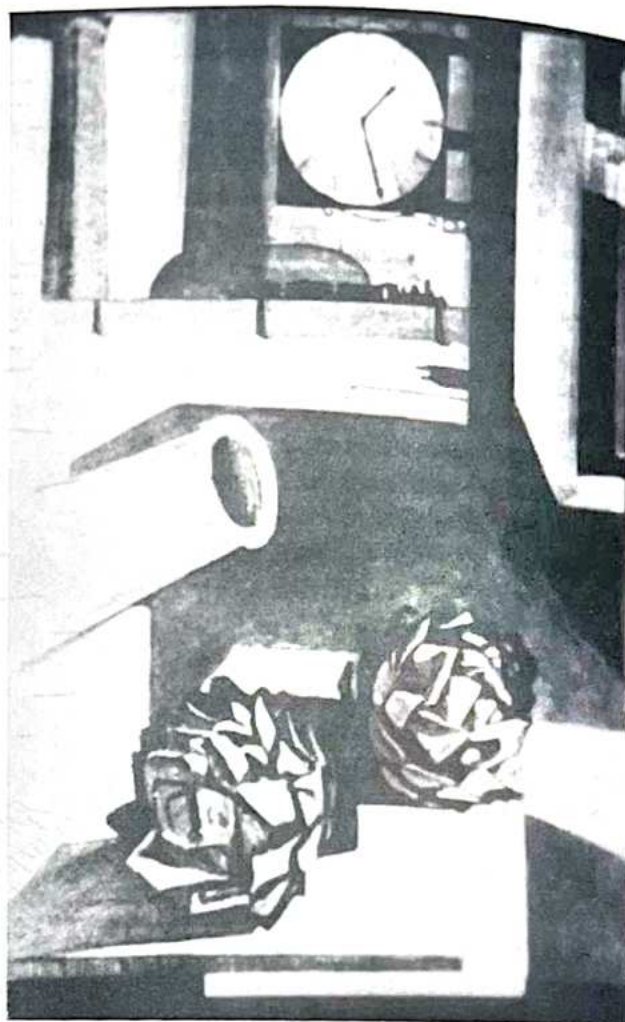
Essa esperança é muito antiga e ao mesmo tempo nova. Foi, no umbral do novo período, reconstituída na vasta onda revolucionária que sulcou o planeta do capital na década dos 60 e cujo epicentro foi Maio de 68, em Paris. A idéia da democracia direta - controle direto da autoridade, solidariedade coletiva e liberdade individual - pode ser reencontrada e restaurada a partir de então. Este foi o sinal preciso do esgotamento de todo o período histórico que agora termina de encerrar-se, da chegada de uma nova utopia de luta contra a alienação.

A utopia do tempo que chega está agora entre nós. Tanto mais clara e precisa quanto mais completa é a derrocada do edifício do "socialismo realmente

## Tempo de Utopia

Frente a tais questões, não é muito grande o risco de sugerir que estamos imersos também em um processo de reconstituição do imaginário, cujos novos dados lutam por se fazer presentes, sair de prisões prévias, tomar formas, ser imagens e sistemas de imagens. Mas tudo isto somente pode se constituir plenamente na medida em que no conjunto da existência social se processe, no mesmo movimento, a necessidade, como sentimento e como interesse, de busca e de luta por racionalidades alternativas às do poder atual, em suma, de seu mundo. A estética possível não pode constituir-se senão como estética da utopia.





A conquista do filósofo. Óleo sobre tela de Giorgio de Chirico, 1914

existente". Tanto mais imperiosa quanto mais completa a vitória do capitalismo privado e mais global o seu domínio.

## América Latina

A América latina ingressa neste horizonte como o mais apto território para a história deste tempo que chega. Talvez não seja simples coincidência, depois de tudo, que seja aqui onde o debate sobre estética e sociedade se revele hoje não somente mais intenso, senão, principalmente, mais profundo e rico (Acha, Lauer, Canclini, entre outros) do que em qualquer outro lugar. Tendo em vista que na América Latina a utopia da libertação social não pode ser resolvida sem que se resolva a utopia de sua identidade, aqui, mais do que em qualquer lugar deste mundo, será requerida uma estética da utopia.

Vão se dissolvendo as últimas imagens da cultura crioulo-oligárquica e sua estética da simulação,

da imitação, da hibridez e da limitação. Seu equivalente colonial/transnacional não produzirá senão outra simulação. Seus dominadores não pretendem outra coisa. Modernizar é europeizar, proclama hoje um de seus mais famosos atores (Vargas Llosa). Porém nem se esfolando entre as pontas da europeização chegariam a outra coisa além de uma nova simulação. Não têm passado sua história fingindo ser o que nunca foram? E não é isso, exatamente, o que urdiu o obscuro labirinto que forma a nossa questão de identidade?

Na América Latina as lutas contra a dominação de classe, contra a discriminação de cor, contra a dominação cultural, passam pelo caminho da devolução da honra a tudo o que aquela cultura da dominação desonra; da outorgada liberdade ao que nos obrigam a esconder anos labirintos da subjetividade; de deixar de ser o que nunca fomos, que nunca seremos e que não temos que ser. Em poucas palavras, passam pela assunção do processo real, ativo, de reoriginar a cultura na América Latina e, com isto, pela constituição do processo e do sentido de identidade.

1. FUKUYAMA, Francis. *The end of history*. New York: [s.n.], 1989, [s.p.]. Na realidade, trata-se de uma versão simplista e tosca das famosas teses de Alexandre Kojève. Sobre Kojève, consultar: AUFFRET, Dominique, KOJEVE, Alexandre. *La philosophie, l'état, la fin de l'histoire*. Editions Grasset & Fasquelle, 1985.
2. LUNN, Eugene. *Marxism and modernism*. [s.l.]: University of California Press, 1982, [s.p.].
3. QUIJANO, Anibal. *Modernidad, Indentidad y utopia en América Latina*. [s.l.]: Sociedad y Política Ediciones, Perú, 1988, [s.p.].





**APUFSC - SSIND**

**ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
SESSÃO SINDICAL DA ANDES - SN**